

REVISTA DE ESTUDOS ANARQUISTAS E DECOLONIAIS

**DECOLONIALIDADE, BRASIL E
FILOSOFIA POLÍTICA GLOBAL**

**QUEM TEM MEDO DAS FILOSOFIAS
DECOLONIAIS E
CONTRACOLONIAIS?**





EQUIPE EDITORIAL

Editor Geral

Wallace dos Santos de Moraes

Prof. do Dpto de Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) e de História Comparada (PPGHC), todos da UFRJ. Coordenador do GT Filosofia e raça da ANPOF. Líder do Coletivo de Pesquisas Quilombo da UFRJ, do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (CPDEL/UFRJ) e do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL/UFRJ)

Editora Adjunta:

Pamela Cristina de Gois

Doutorado pela UFRJ, mestrado pela UFOP, especialista em ética e política pela UEL, graduada em história e filosofia. Membro do Quilombo do IFCS(UFRJ), do Coletivo de Pesquisas Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL/UFRJ) e da equipe técnica do GT Filosofia e Raça.

Editora Assistente

Ana Carolina dos Santos da Silva

Graduanda de Bacharel em Enfermagem pela UFRJ. Membro do Coletivo de Pesquisas Quilombo da UFRJ, do Quilombo do IFCS(UFRJ) e do Coletivo de Pesquisas Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL/UFRJ).

SUMÁRIO

Editorial	04
Pamela Cristina de Gois Wallace de Moraes	
O racismo institucional dos espíritos cativos: devotos do estado e da igreja	10
Pamela Cristina de Gois	
Feminização política e confederalismo democrático: práticas de resistência em Rojava	31
André Vianna Nascimento Paulo Edgar da Rocha Resende Dominique Silva Zóboli	
O Letramento racial a partir das reflexões de Lélia Gonzalez	54
Andréa Rocha dos Santos	
A colonialidade do saber na sociologia brasileira: eurocentrismo, freyre e fernandes e a dependência epistemológica	74
Heitor Claro da Silva	
Racismo algorítmico e saúde mental: breves reflexões sobre o sofrimento psíquico de sujeitos acometidos pela discriminação racial-algoritmica	88
Daniel Rocha Monteiro	
A educação de élisée reclus: aspectos anarquistas para se pensar o ensino de geografia	118
Amanda Rech Brands	
Estudantes pretos e o programas de intercâmbio mt no mundo	134
Jose Isavam Oliveira Silva Juliana Faltz Taborelli	

EDITORIAL

Decolonialidade, Brasil e filosofia política global – Quem tem medo das filosofias decoloniais e contracoloniais?

A primeira edição da READ de 2026 surge celebrando a nossa integração ao GT Filosofia e Raça da ANPOF e esperamos ter vida longa nessa parceria antirracista.

Este número é lançado no contexto de mais uma guerra neocolonialista patrocinada por EUA e Israel, países governados por racistas, militaristas, igrejist,as, homofóbicos, misóginos e autoritários. Esses mesmos países já patrocinaram o extermínio do povo palestino, invadiram a Venezuela e agora é a vez do Irã. Quem será a próxima vítima do neocolonialismo?

No Brasil, quase simultaneamente ao carnaval — a mais expressiva manifestação decolonial e contracolonial do planeta — e em meio ao avanço da extrema direita no cenário internacional, alguns intelectuais marxistas decidiram dirigir ataques às cosmovisões decoloniais e contracoloniais. O debate, em si, não constitui um problema. A questão central é que uma parcela da esquerda marxista, majoritariamente branca, tornou explícita sua posição ao criticar justamente as perspectivas que colocam a questão racial no centro das análises.

O mais estarrecedor é assistir a julgamentos sem o devido conhecimento das bases teóricas e práticas que constituem o pensamento que criticam. Esquerda e direita se alinharam mais uma vez para impedir o avanço das propostas autônomas mais populares.

Diante desse cenário, a pergunta que se coloca é: por que temem a decolonialidade e a contracolonialidade? Suas objeções revelam, em grande medida, uma resistência ao protagonismo negro e indígena na produção de conhecimento e na desconstrução das hierarquias raciais e culturais que sustentam a modernidade.

Para a direita, o racismo é reduzido a “mimimi” e, para a esquerda marxista, o mais importante é a luta de classes. Mas em que consiste o pensamento decolonial e contracolonial?

O pensamento decolonial emergiu na década de 1990. Seus principais autores — Quijano, Landier, Mignolo, Catherine Walsh, Grosfoguel, entre outros — desenvolveram

teorias críticas voltadas à contestação das epistemologias eurocêntricas, propondo uma reflexão profunda a partir da diversidade étnica, em oposição ao epistemicídio e à colonialidade do poder e do saber. O texto fundador da rede de intelectuais foi o de Aníbal Quijano: “América Latina, eurocentrismo e colonialidade do poder.” Quijano foi um marxista peruano que seguia a perspectiva de Mariátegui e se organizou em grupos clandestinos revolucionários pela revolução socialista.

Já o pensamento contracolonial nasceu das interações sociais de um negro, nordestino, quilombola, que trabalhou como ajudante de pedreiro e morou em favelas do Rio de Janeiro e ajudou a organizar as lutas por terras no Nordeste. Ele foi um dos mais profundos defensores das organizações, resistências e culturas dos quilombos no Brasil.

O que os marxistas ignoram é que a perspectiva decolonial nasce como filha do marxismo, mas não dependente dele, e preenche uma das principais lacunas da filosofia marxiana, pois coloca a discussão da questão racial no centro do debate. Já a cosmovisão contracolonial nasce de um afrodescendente que afirma nunca ter sido colonizado, junto com seu povo, e que trava uma guerra de denominações contra o eurocentrismo, do qual Marx é produto e produtor.

Dito isso, as perspectivas decolonial e contracolonial surgem exatamente para valorizar as cosmovisões indígenas e negras da América Latina. Ao contrário de Marx, elas não dão centralidade para o proletariado industrial como único agente revolucionário e legítimo da revolução socialista.

As cosmovisões decoloniais e contracoloniais convocam à abertura para a diversidade epistêmica e para a construção de um mundo pluriversal. No caso das perspectivas decoloniais, essa pluriversalidade emerge dos saberes produzidos na América Latina; já no pensamento contracolonial, ela se enraíza nos conhecimentos quilombolas, das aldeias e das favelas. Nesse cenário, ambas as formas de pensamento se afirmam como expressões de resistência ao sistema colonial e a toda a sua herança — aquilo que chamamos de colonialidades. Assim, ser decolonial ou contracolonial não se restringe ao campo acadêmico ou teórico. Pelo contrário, essas perspectivas exigem compromisso com as lutas populares e com a superação de todas as formas de exclusão e discriminação impostas pelo colonialismo.

O que os críticos não entenderam é que as perspectivas decoloniais e contracoloniais, obviamente, são anticapitalistas. Trata-se de uma luta de corpos que resistem ao colonialismo e à colonialidade desde 1492. Essas cosmovisões buscam promover uma confluência, para usar os termos de Nego Bispo, entre diferentes matrizes de saber do nosso povo, sem ser nacionalista. Isso é revolucionário porque não desmerece as nossas formas de trabalho como determinantes para se pensar a superação de todo o sistema.

As perspectivas decolonial e contracolonial apresentam múltiplas vertentes, assim como ocorreu com o marxismo após Marx. No entanto, se o marxismo se caracteriza pela centralidade da luta de classes como motor da história e pela compreensão de que o operariado é o sujeito revolucionário, para nós é fundamental recolocar no centro do debate aquilo que, no Brasil, produz morte física e psicológica diariamente: o racismo. Assumir a discussão racial como eixo estruturante, denunciando as diversas formas de subalternização impostas a indígenas e negros nas Américas, seguirá sendo nossa principal contribuição.

Para concluir, observa-se que tais objeções marxistas às contribuições decoloniais e contracoloniais acabam por abrir espaço para a reafirmação do racismo epistêmico, funcionando como resistência a qualquer possibilidade de protagonismo negro e indígena na produção de conhecimento e na desconstrução das hierarquias raciais e culturais que sustentam a modernidade/colonialidade. Esse cenário evidencia o quanto o marxismo ainda necessita passar por um processo de descolonização. Em momento oportuno, pretendemos organizar um dossiê dedicado exclusivamente a essa temática. A seguir, apresentamos os artigos que compõem este número.

O primeiro artigo desta edição, intitulado *O racismo institucional dos espíritos cativos: devotos do Estado e da Igreja*, de autoria da professora doutora Pamela Cristina de Gois, articula precisamente elementos da filosofia ocidental, especialmente a partir do pensamento de Nietzsche, com reflexões da filosofia política e decolonial libertária. O texto realiza uma análise aprofundada das problemáticas que envolvem o Estado e a Igreja enquanto instituições forjadas no contexto da colonização.

Em *Feminização política e confederalismo democrático: práticas de resistência em Rojava*, André Vianna Nascimento, Paulo Edgar da Rocha Resende e Dominique

Silva Zóboli, examinam como o protagonismo feminino e o confederalismo democrático têm transformado profundamente a organização social de Rojava. A partir das noções foucaultianas de resistência, os autores mostram como coletivos de mulheres desafiam o patriarcado e o Estado-nação, constituindo uma experiência singular de democracia radical.

Andréa Rocha dos Santos, doutoranda em direito, em *O letramento racial a partir das reflexões de Lélia Gonzalez*, discute as contribuições de Lélia Gonzalez, os limites do feminismo tradicional e o papel central das mulheres negras na luta por dignidade e reconhecimento. O texto enfatiza ainda a relevância do movimento negro, das políticas afirmativas e da valorização da cultura afro-brasileira na construção identitária.

A colonialidade do saber na sociologia brasileira: eurocentrismo, Freyre e Fernandes e a dependência epistemológica, de Heitor Claro da Silva, mestre em ciências sociais, analisa como estruturas eurocêntricas moldaram a sociologia produzida no país. O autor examina Freyre e Fernandes à luz do pensamento decolonial, identificando tensões entre dependência e apropriações criativas do cânone europeu.

Daniel Rocha Monteiro, em *Racismo algorítmico e saúde mental: breves reflexões sobre o sofrimento psíquico de sujeitos acometidos pela discriminação racial-algorítmica*, discute como tecnologias treinadas com dados enviesados reproduzem e intensificam violências raciais. O autor analisa os impactos desse processo na subjetividade e na saúde mental de pessoas negras, destacando a construção de imaginários negativos e o dano à autoestima.

Amanda Rech Brands, em *A educação de Élisée Reclus: aspectos anarquistas para se pensar o ensino de Geografia*, analisa as contribuições educacionais do geógrafo anarquista Élisée Reclus. A autora destaca sua defesa de uma educação libertária, não opressiva e centrada na autonomia dos estudantes. O texto mostra como esses princípios podem inspirar práticas críticas e socialmente engajadas no ensino contemporâneo de Geografia.

Por fim, Jose Isavam Oliveira Silva e Juliana Faltz Tadorelli, em *Estudantes pretos e o Programa de Intercâmbio MT no Mundo*, analisam que critérios de seleção baseados em desempenho e proficiência em inglês reforçam desigualdades raciais já



existentes. Os autores defendem políticas afirmativas e práticas educacionais antirracistas para garantir acesso equitativo à mobilidade acadêmica.

Boa leitura!

Pamela Cristina de Gois

Wallace de Moraes

ARTIGOS





**O RACISMO INSTITUCIONAL DOS ESPÍRITOS CATIVOS: DEVOTOS DO
ESTADO E DA IGREJA**

**THE INSTITUTIONAL RACISM OF CAPTIVE SPIRITS: DEVOTEES OF THE
STATE AND THE CHURCH**

Pamela Cristina de Gois

Doutorado pela UFRJ, mestrado pela UFOP, especialista em ética e política pela UEL, graduada em história e filosofia. Membro do Quilombo do IFCS(UFRJ), do Coletivo de Pesquisas Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL/UFRJ) e da equipe técnica do GT Filosofia e Raça.

RESUMO

Em termos nietzschianos, o Estado jamais admite a presença de espíritos livres em sua nação, pois estes não reconhecem sua autoridade, tampouco a da religião dominante. Por essa razão, prefere cultivar espíritos cativos. No processo das invasões coloniais, o Estado europeu, juntamente com a Igreja Cristã, criou e conservou valores morais de seu interesse. Por meio de suas instituições, impôs sua força civilizatória, nutrindo a existência do espírito cativo, que, através de um longo processo de doutrinação, consolidou-se como um animal obediente em sociedade. Esse tipo humano alimenta um sistema pautado em convicções e dominações hierárquicas, pois simplesmente deposita fé naquilo que lhe é apresentado como verdade. O pensamento de Nietzsche, portanto, pode estabelecer um diálogo com a chamada filosofia decolonial libertária, uma vez que ambas compreendem a liberdade como inseparável da independência intelectual. Reconhecem-se, é claro, as ressalvas de Nietzsche em relação ao anarquismo, sobretudo em suas obras de maturidade; contudo, o presente artigo concentra-se nos pontos de convergência entre essas perspectivas.

PALAVRAS-CHAVE

Nietzsche; Racismo; Instituições estatais; Decolonialidade libertária.

ABSTRACT

In Nietzschean terms, the State never admits the presence of free spirits within its nation, since they would not recognize its authority, nor that of the dominant religion. For this reason, it prefers to cultivate captive spirits. During the colonial invasions, the European State, together with the Christian Church, created and preserved moral values aligned with its own interests. Through its institutions, it imposed a civilizing force that nurtured the existence of the captive spirit, which, through a long process of indoctrination, was consolidated as an obedient being within society. This human type sustains a system based on convictions and hierarchical domination, as it simply places faith in what is presented as truth. Nietzsche's thought, therefore, can establish a dialogue with the so-called decolonial libertarian philosophy, since both understand freedom as inseparable from intellectual independence. It is acknowledged, of course, that Nietzsche expressed reservations regarding anarchism, especially in his mature works; nevertheless, this article focuses on the points of convergence between these perspectives.

KEYWORDS

Nietzsche; Racism; State Institutions; Decolonial Libertarianism

O RACISMO INSTITUCIONAL DOS ESPÍRITOS CATIVOS: DEVOTOS DO ESTADO E DA IGREJA

INTRODUÇÃO

Além de um verdadeiro educador independente dos interesses do Estado, como Nietzsche coloca em *Sobre o futuro de nossas instituições de ensino* (SE), o espírito livre, mais tarde em *Humano, demasiado humano* (HH), também se desvincula publicamente de todos os valores morais do cristianismo institucionalizado.

Para Nietzsche, o Estado e a Igreja Cristã são os grandes responsáveis pelo assassinato das capacidades inventivas do ser humano. Acrescentam-se a essa ideia as seguintes palavras de um dos principais organizadores da obra do filósofo: “na nascente da assim chamada grande política está, antes de tudo, a consciência do fim da tradição cristã, de todos os mitos da humanidade” (MONTINARI, 2002: 49). Se, em Nietzsche, o reconhecimento dessa problemática já é investigado como um movimento ligado a uma grande política, na perspectiva decolonial e libertária tal concepção constitui a base para se pensar no fim dos sistemas hierárquicos de poder. Deste modo, Nietzsche acrescenta um elemento que pode ser fundamental nessa crítica: o cristianismo, enquanto instituição que se promoveu como potência civilizatória e tornou enferma, sob um aspecto moral, toda a cultura ocidental. Algo que, certamente, foi amparado pelo Estado que se autodenomina moderno. Segundo o filósofo, observa-se que tais instituições desempenham o seguinte papel na cultura:

Todos os Estados e ordens da sociedade: as classes, o matrimônio, a educação, o direito, adquirem força e duração apenas da fé que neles têm os espíritos cativos – ou seja, da ausência de razões, pelo menos da recusa de inquirir por razões. Isso os espíritos cativos não gostam de admitir e sentem que é um *pudendum* [algo de que se envergonhar]. O cristianismo, que era muito ingênuo nas concepções intelectuais, nada percebeu desse *pudendum*, exigiu fé e nada mais que fé e rejeitou apaixonadamente a busca de razões; apontou para o êxito da fé: vocês logo sentirão a vantagem da fé, insinuo, graças a ela se tornarão bem-aventurados. O Estado procede da mesma forma, na realidade, e todo pai educa o filho também assim: apenas tome isso como verdade, diz ele, e sentirá o bem que faz. Mas isso significa que a *verdade* de uma opinião seria demonstrada pela *utilidade* pessoal que encerra; que a vantagem de uma teoria garantiria sua certeza e seu fundamento intelectual (HH I, § 227: 145).

Nietzsche observa que, para os espíritos cativos, é mais conveniente permanecer como são do que se libertar de tudo aquilo que lhes foi imposto até então como verdade. O filósofo identifica a religião e o Estado como problemas centrais da cultura ocidental. Todavia, a partir deste ponto será debatido outro diagnóstico não formulado por ele, mas que contribui diretamente para o aprimoramento daquilo que ele denominou espírito cativo: o colonialismo. Foi também por intermédio da religião que esse colonialismo se justificou. Assim:

O igrejismo cumpre papel fundamental nesse processo de “demonização” da cultura do colonizado na sua cruzada contra a ciência. Ao agir dessa maneira, o igrejismo, o militarismo e os governantes em geral emitem um sinal também para os governados brancos que devem seguir seus valores “superiores” e se sentirem como parte, em unidade, de uma mesma cultura igrejista, militarista, estadolátrica, autoritária, hierárquica, narcisista e destilando profundo ódio contra os diferentes (MORAES, 2020b:7-8).

Em comum com a filosofia nietzschiana, a teoria decolonial libertária também critica a Igreja como um meio de doutrinação. Atrelada ao Estado, ambas são responsáveis por produzir culturas submissas aos seus interesses: arrecadar almas e obter lucros. É a partir da moralidade produzida no interior das Igrejas Cristãs que o Estado pôde se tornar uma autoridade máxima, sobretudo nas colônias implementadas para suprir economicamente a Europa. Nesse sentido, o que é imposto como universal pelos dominadores foi estabelecido como regra. Tudo aquilo que era plural deveria desaparecer em nome de um conhecimento, de uma cultura, de um tipo de Estado e de um Deus que representavam apenas os interesses do homem branco desse continente.

1. NIETZSCHE, O ESTADO E A IGREJA

Nietzsche é um filósofo que se preocupa com os efeitos colaterais da moralidade advinda da modernidade. Assim, tanto a filosofia nietzschiana quanto a decolonial libertária destacam a importância de um pensamento voltado à investigação sobre o papel moral que a metafísica cristã impôs ao Ocidente.

O problema não é o debate da tradição ocidental sobre a existência ou não da alma, de Deus ou de entidades relacionadas à metafísica cristã, mas, sim, as consequências negativas à vida resultantes desse processo, que culminou no cristianismo como religião oficial do Ocidente. Para Nietzsche, isso se relaciona à escravidão do espírito, a saber, o de um dualismo universal que sempre nega uma parte em detrimento

da outra. Já na concepção decolonial, para além desse tipo de escravidão, que pode ser caracterizada como intelectual e consequência direta do cristianismo, também se observa a escravidão do próprio corpo, separado da natureza e objetificado nesse processo.

O debate sobre a relação entre Estado e cristianismo permeia boa parte da obra *Humano, demasiado humano I* (HH I). Nietzsche defende que ambas as instituições, por serem responsáveis pela formação da cultura, afetam diretamente o crescimento espiritual de uma nação. No extenso aforismo 472 da obra em questão, o filósofo reflete sobre como o Estado se aproveita da religião para suprir aquilo que não pode oferecer ao seu povo. Em razão das vantagens, na maior parte dos casos, o Estado prefere caminhar junto à religião, já que esta proporciona um consolo metafísico ao povo, substituindo, assim, a carência material em tempos de crise. Nas palavras do filósofo, essa religião:

satisfaz o ânimo do indivíduo em tempos de perda, de privação, de terror, de desconfiança, ou seja, quando o governo se sente incapaz de diretamente fazer algo para atenuar o sofrimento psíquico da pessoa: mesmo em se tratando de males universais, inevitáveis, inicialmente irremediáveis (fomes coletivas, crises monetárias, guerras), a religião confere à massa uma atitude calma, paciente e confiante. Onde as deficiências de interesses dinásticos, fazem-se notórias para o homem perspicaz e o dispõem à rebeldia, os não perspicazes pensam enxergar o dedo de Deus e pacientemente se submetem às determinações do *alto* (conceito em que habitualmente se fundem os modos humano e divino de governar) (HH I, § 472: 227).

Nietzsche demonstra que o poder alienador da Igreja é capaz de maquiagem situações adversas em uma cultura em crise. Em outras palavras, ela tem a disposição de distrair as massas. Algo que agrada o Estado, pois, conseqüentemente, diminui a atenção para si em tempos difíceis. O filósofo constata ainda que esse processo articulado de maneira proposital trouxe vantagens para ambos, mas fica mais difícil de ser executado após governos monárquicos. Nietzsche chama a atenção para o fato de os Estados democráticos terem uma maior dificuldade de ceder esse total poder à religião.

Após governos monárquicos, o cristianismo teria passado de um poder popular para exercer um outro tipo de domínio, que agora é particular e remete “à consciência e ao costume de cada indivíduo” (HH I, § 472: 228). Sob a ótica nietzschiana, esse fator representou um agravante que dificultou o florescimento de nações espiritualmente autônomas. A passagem de sucessivos governos monárquicos para um contexto em que a separação entre religião e Estado se torna mais evidente acarretou profundas

repercussões culturais. Nesse cenário, as instituições religiosas passaram a assumir uma postura de hostilidade frente ao poder estatal, enquanto os indivíduos não vinculados à religião passaram a depositar no Estado a expectativa de suprir o vazio deixado pela ausência de referências religiosas. Tal dinâmica resultou em tensões políticas, manifestas no acirramento dos conflitos entre esses¹. A principal tese de Nietzsche é a de que desse conflito resultaria algo positivo, a extinção de ambos os poderes gregários:

Enfim – pode-se dizer com segurança – a suspeita em relação a todos os que governam, a percepção do que há de inútil e desgastante nessas lutas de pouco fôlego tem de levar aos homens a uma decisão totalmente nova: a abolição do conceito de Estado, a supressão da oposição ‘privado e público’ [...]. – Repetindo brevemente o que foi dito: os interesses do governo tutelar e os interesses da religião caminham de mãos dadas, de modo que, quando esta última começa a definhar, também o fundamento do Estado é abalado (HH I, § 472: 230).

Nota-se que, na perspectiva do filósofo, Estado e religião constituem sistemas de poder interdependentes, de modo que a existência de um pressupõe a do outro. Sob essa ótica, uma democracia desvinculada da esfera religiosa conduziria, inevitavelmente, ao declínio gradual de ambas as instituições, o que poderia ser interpretado como um avanço significativo para a humanidade. Em Nietzsche, contudo, não basta o afastamento em relação ao Estado; torna-se imprescindível a ruptura com o cristianismo institucionalizado, visto que este também simboliza valores de submissão coletiva e de aprisionamento moral. Assim, configura-se um arranjo coeso e funcional. Nesse contexto, a aproximação entre o pensamento nietzschiano e a crítica anarquista revela-se novamente pertinente. Mikhail Bakunin (1814-1876), em *Deus e o Estado*, de 1871²,

¹ Entretanto, é pertinente observar que a tese nietzschiana se afasta da realidade de determinados Estados autodenominados democráticos, os quais se reconfiguram em associação com novas formas de cristianismo. No caso brasileiro, por exemplo, a ascensão das Igrejas evangélicas durante o governo de Jair Bolsonaro evidencia essa dinâmica. Trata-se de regimes que preservam a aparência democrática, mas cujo fundamento permanece vinculado ao controle das massas em benefício de interesses restritos a uma elite.

² Trata-se de um escrito inacabado do autor, concebido como ensaio preliminar de um projeto mais amplo. É relevante sublinhar o contexto histórico em que foi produzido, pois, assim como o jovem professor Nietzsche, Bakunin demonstra preocupação com o papel desempenhado pelo Estado e pela Igreja naquele período. Ainda que ambos tenham extraído conclusões distintas, é notável que a filosofia nietzschiana não possua o mesmo viés revolucionário presente no pensamento bakuniniano. Conforme observa Alex Buzeli Bonomo, responsável pela introdução da obra, “no contexto de derrota da Comuna de Paris, e dos franceses na Guerra Franco-prussiana, Bakunin preocupa-se duplamente: tanto com a opressão estatal, quanto com a pressão ideológica da Igreja Romana, que avança principalmente entre o campesinato francês, cumprindo um papel reacionário. Essa escravidão mental poderia ser ainda pior que a submissão física ao poder do Estado”. Conf.: Bakunin, 2014: 10. Nietzsche também faz referência a esse mesmo momento histórico, mas

afirma, em relação a esses dois poderes, que um alimenta o outro. Segundo o filósofo político:

o povo, infelizmente, é ainda muito ignorante e mantido na ignorância pelos esforços sistemáticos de todos os governos que consideram isso, como muita razão, uma das condições essenciais de seu próprio poder esmagado por seu trabalho cotidiano, privado de lazer, de relação intelectual, de leitura, enfim, de quase todos os meios de uma boa parte dos estímulos que desenvolvem a reflexão nos homens, o povo aceita, na maioria das vezes, sem crítica e em bloco, as tradições religiosas. Elas o envolvem desde a primeira idade, em todas as circunstâncias de sua vida, artificialmente mantidas em seu seio por uma multidão de corruptores oficiais de todos os tipos, padres, leigos; elas transformam-se entre eles em um tipo de hábito mental, frequentemente mais poderoso do que seu bom-senso natural (BAKUNIN, 2014: 44-45).

Para que um Estado consiga manter-se no poder da forma que deseja, é necessário um povo alheio ao mínimo de intelectualismo. Para tanto, o papel da Igreja é fundamental: ela exige apenas a fé, tornando o pensamento próprio algo dispensável. A única alternativa que resta a um povo massacrado é depositar fé em algo sobre-humano. Portanto, essa junção perfeita entre Estado e Igreja revela-se praticamente insolúvel. Trata-se de um ciclo de dependência que funciona de modo eficaz para o esquema de aprisionamento do indivíduo. Aquele que está a serviço do Estado, isto é, do capital, tem todas as suas forças destinadas ao trabalho. O espírito cativo é um servo das próprias instituições, mostra-se condizente com esse sistema, à subserviência e ao sistema político e econômico vigente.

2. A FUNÇÃO DA DECOLONIALIDADE LIBERTÁRIA NA EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL

A formação do Estado, tal como se conhece nos países da América Latina, baseia-se em uma estrutura que ultrapassou os muros europeus. A mesma organização utilizada para o domínio interno foi imposta a diversos povos que tiveram seus territórios invadidos. Em outras palavras, a ampliação do território dos Estados europeus dentro de seu próprio continente não foi suficiente para suprir sua demanda capitalista. Dessa forma, outros povos tiveram suas riquezas usurpadas por meio da criação de um sistema político e de organização social caracterizado pelo autoritarismo hierárquico e pela

direciona suas reflexões para a esfera da cultura e da educação, como se examina no primeiro capítulo da presente tese.

exploração. Trata-se de um jogo de poder entre mando e obediência, amparado pela moralidade da religião cristã. Nas palavras de Walter Mignolo, pioneiro na pesquisa que discute modernidade/colonialidade, essa associação entre Estado e cristianismo se deu da seguinte forma:

Primeiro, a lógica da colonialidade (ou seja, a lógica que sustentava os diferentes âmbitos da matriz) passou por etapas sucessivas e cumulativas que foram apresentadas positivamente na retórica da modernidade: especificamente, nos termos da salvação, do progresso, do desenvolvimento, da modernização e da democracia. A etapa inicial dispôs a retórica da modernidade como salvação. A salvação era focada em salvar almas pela conversão ao cristianismo. A segunda etapa envolveu o controle das almas dos não europeus através da missão civilizatória fora da Europa (MIGNOLO, 2017: 8).

O interesse pelo poder que caracteriza a Igreja Cristã foi fundamental no estabelecimento do colonialismo. Ainda hoje, ele viabiliza a existência de um discurso repleto de imposições dogmáticas e hierarquias. Esse Deus cristão que ganhou força para além da Europa medieval foi estipulado como Deus único para todas as nações que deveriam estar submissas ao grande Estado europeu, e, conseqüentemente também à sua moralidade. Assim, “o igrejismo em conluio com o Estado cumpre papel fundamental nesse processo de ‘demonização’ da cultura do colonizado” (MORAES, 2020c:22).

Aquilo que foi protagonizado na Europa medieval com o intuito de doutrinar seu povo obteve um grande sucesso nesse aspecto desejado, mas, também, foi crucial na dominação fora do continente em questão. Deste modo, os detentores do poder certamente só tinham a agradecer à religião cristã e aos valores impostos por ela, pois lhe trouxeram inúmeros benefícios. Nas palavras de Bakunin:

Há uma categoria de pessoas que, se não creem, devem pelo menos fazer de conta que sim. São todos os atormentadores, os opressores, os exploradores da humanidade: padres, monarcas, homens de Estado, homens de guerra, financistas públicos e privados, funcionários de todos os tipos, soldados, policiais, carcereiros e carrascos, capitalistas, aproveitadores, empresários e proprietários, advogados, economistas, políticos de todas as cores, até o último vendedor de especiarias, todos repetirão em uníssono essas palavras de Voltaire: “Se Deus não existisse, seria precioso inventá-lo”. Vós compreendeis, “é preciso uma religião para o povo”. É a válvula de escape (BAKUNIN, 2014: 46).

Para Bakunin, apesar de ter ocorrido de forma natural, demarcando uma saída da animalidade humana no período evolutivo da história, a religião acabou por se

caracterizar pelo seu caráter corruptivo, impondo-se como uma hierarquia de poder. Portanto, o filósofo político critica o caráter legislador das instituições religiosas, sobretudo as cristãs. Ao apontar a religião e o Estado como instituições corruptivas, Bakunin oferece uma contribuição significativa à presente proposta de pesquisa. Trata-se, aqui, de perceber a origem de um problema que se dissemina por todo o mundo ocidental por meio do colonialismo.

As vantagens de uma religião que domestica o caráter humano e convence o indivíduo a aceitar o poder hierárquico são inúmeras para aqueles que desejam, da mesma forma, manter seu domínio sobre o povo. Esse povo, quando ocupado por ideais metafísicos de salvação, deixa de se importar com as condições em que se encontra em razão da administração estatal. Nesse contexto, a fé sobrepõe-se ao pensamento crítico sobre o mundo, instaurando uma forma de pensamento dogmático.

Grosfoguel (2016: 32) enfatiza que, na era medieval, os judeus e muçulmanos da região de Al-Andalus, ao serem obrigados a se converter ao cristianismo, foram as primeiras vítimas do processo de imposição religiosa por parte dos invasores. Apesar de se tratar da primeira forma de epistemicídio, que também envolveu o genocídio desses povos, não se observa aqui uma ideia racista, como viria a ocorrer posteriormente com os povos originários da África e da América. Dessa forma, “não era plenamente racista, pois não colocava em dúvida, de maneira profunda, a humanidade de suas vítimas” (Grosfoguel, 2016: 33). Foi nas Américas que se inaugurou um novo modelo de colonização, denominado moderno, em substituição ao sistema medieval e posteriormente expandido para outros continentes explorados. Nesse contexto, estabeleceu-se pela primeira vez uma imposição racial absoluta. Não apenas judeus e muçulmanos foram compelidos à conversão ao catolicismo, mas também todos os povos dos territórios conquistados foram submetidos a esse princípio religioso.

Os espanhóis, ao considerarem as tradições judaicas e islâmicas como expressões de um Deus equivocado, ainda lhes reconheciam certa humanidade. Em contraste, os povos originários da América e da África foram classificados como desprovidos de alma e de qualquer religião digna de reconhecimento, o que legitimava, aos olhos dos colonizadores, sua completa subjugação. O seu Deus, feito de acordo com a imagem e semelhança do homem europeu, deveria ser o único. Assim, o homem branco

também excluiu toda possibilidade epistêmica daqueles que não possuíam sua própria imagem.

De acordo com Grosfoguel (2016), o primeiro episódio de epistemicídio de caráter religioso ocorreu por meio da tentativa de eliminar as produções intelectuais de judeus e muçulmanos. Esse processo se concretizou quando os espanhóis incendiaram suas bibliotecas, buscando suprimir qualquer registro ligado aos seus conhecimentos. Percebe-se, assim, que a intenção dos colonizadores não se restringia ao controle territorial, mas também se estendia à esfera do saber. Depois, segundo o pesquisador decolonial, “o mesmo aconteceu com os códices indígenas – a parte escrita da prática utilizada pelos ameríndios na busca pelo conhecimento” (GROSFOGUEL, 2016: 33-4). Aqui, inaugura-se o epistemicídio racista. Ele se efetivou com a destruição dos documentos referentes aos saberes ancestrais desses grupos étnicos, seus conhecimentos não eram dignos de nenhuma validade.

Em nome da modernidade, a Igreja Cristã afirmou que a salvação viria apenas para aqueles que se prostassem diante da sua palavra. Não o bastante, ela escolheu entre aqueles que se converteram quem seria mais digno de humanidade e quem, apesar da conversão, continuaria no estado animalesco segundo suas concepções racistas.

A Igreja Cristã não apenas legitimou ações que reduziram o não-europeu e o não-cristão à condição de objeto, como também consolidou, no processo colonial, categorias dualistas. A separação entre corpo e alma foi utilizada como instrumento de sustentação dos interesses de dominação. Para o pensamento decolonial, é relevante destacar que a filosofia surgida com a modernidade, em René Descartes (1596–1650), reforçou a metafísica cristã como um saber considerado válido. Nesse contexto, a filosofia moderna passou a afirmar a existência em termos dualistas, agora distinguindo entre corpo e razão. Os colonizadores interpretaram essa perspectiva segundo uma lógica específica: aquele que não possui razão tampouco poderia possuir um corpo sagrado à luz da concepção cristã, sendo reduzido à condição de objeto ou coisa. Privados de alma e de razão, povos inteiros foram radicalmente desumanizados.

A razão difundida pelo Ocidente através de suas instituições possui um padrão normativo, baseado na cultura e no modo de vida europeu. De acordo com Quijano:

Com Descartes o que sucede é a mutação da antiga abordagem dualista sobre o “corpo” e o “não-corpo”. O que era uma co-presença permanente de ambos os elementos em cada etapa do ser humano, em Descartes se converte numa radical separação entre “razão/sujeito” e “corpo”. A razão não é somente uma secularização da ideia de “alma” no sentido teológico, mas uma mutação numa nova id-entidade, a “razão/sujeito”, a única entidade capaz de conhecimento “racional”, em relação à qual o “corpo” é e não pode ser outra coisa além de “objeto” de conhecimento. Desse ponto de vista o ser humano é, por excelência, um ser dotado de “razão”, e esse dom se concebe como localizado exclusivamente na alma. Assim o “corpo”, por definição incapaz de raciocinar, não tem nada a ver com a razão/sujeito. [...] Deste modo, na racionalidade eurocêntrica o “corpo” foi fixado como “objeto” de conhecimento, fora do entorno do “sujeito/razão”. Sem essa “objetivização” do “corpo” como “natureza”, de sua expulsão do âmbito do “espírito”, dificilmente teria sido possível tentar a teorização “científica” do problema da raça [...]. Dessa perspectiva eurocêntrica, certas raças são condenadas como “inferiores” por não serem sujeitos “racionais”. São objetos de estudo, “corpo” em consequência, mais próximos da “natureza”. Em certo sentido, isto os converte em domináveis e exploráveis (QUIJANO, 2005: 128-29).

Sem possuir a “alma” exigida pelo cristianismo nem a “razão” valorizada pela filosofia, aqueles considerados sem salvação e sem pensamento autônomo eram vistos como passíveis da mais severa condenação física. Nesse contexto, apenas o homem branco europeu era reconhecido como digno de redenção, pois seu corpo era entendido como portador de alma e razão — atributos que os colonizadores elevaram como critérios supremos. Essa lógica servia para legitimar toda a política de exploração e dominação de outros corpos, submetidos ao sistema colonial e cristão.

Foi no cenário do colonialismo que o igrejismo se fortaleceu como prática, perpetuando-se até os dias atuais. Assim, “o empreendimento colonialista foi sustentado ideologicamente por igrejistas que justificavam as atrocidades contra os povos que ‘não tinham Jesus no coração’” (MORAES, 2020b: 8). O igrejismo se define aqui como instituições, especificamente cristãs, capazes de massacrar/eliminar tudo aquilo que não condiz com suas práticas morais: tudo que for plural, oposto ao universal, ao seu único Deus e seu único filho.

Bem como reconhecia o jovem professor Nietzsche, o nacionalismo é o principal sentimento para o fortalecimento do poder do Estado. Tal sentimento faz com que todas as suas decisões sejam aceitas. O pesquisador Moraes (2020b) relaciona o nacionalismo ao seu conceito de igrejismo, que em certa medida também se aproxima do pensamento nietzschiano. O Estado juntamente com a Igreja deseja obter o poder máximo sobre aqueles que considera seus súditos: “Trata-se do uso da justificativa divina, logo, igrejista,

que nega a ciência, que subjaz a existência de diferentes raças. A outremização tem a necessidade de criar o outro, o estrangeiro, estabelecendo uma relação direta com a ideia de nacionalismo” (MORAES, 2020b:9).

A união do sentimento nacionalista do Estado ao igrejismo foi um conjunto que justificou de forma moralizada o conceito de raça. O homem europeu se definiu como o mais sábio, a sua religião foi considerada como a única a ser seguida. Assim, o mundo deveria estar ao seu total dispor. Segundo essas concepções nacionalistas, o homem branco detinha toda a superioridade necessária para o total domínio de quaisquer povos. Afinal, sua cultura estava acima de todas. Eles eram exemplo a serem seguidos.

O cristianismo se expandiu por todo Ocidente, deixou de ser uma religião restrita a um pequeno grupo. Em consequência, se tornou “a religião por excelência, porque ela expõe e manifesta, em sua plenitude, a natureza, a própria essência de todo o sistema religioso, que é o empobrecimento, escravização e aniquilamento da humanidade em proveito da divindade” (BAKUNIN, 2014: 54). O filósofo compreende que todas as religiões de seu conhecimento têm papel semelhante no que diz respeito à doutrinação. No entanto, ele não deixa de reconhecer que o cristianismo se difundiu com maior ênfase, se tornou uma religião com um poder absoluto. Portanto, portadora da verdade que deveria ser seguida por todos. Ainda de acordo com o pensador:

Escravos de Deus, os homens devem sê-lo também da Igreja e do Estado, enquanto esse último for consagrado pela Igreja. Eis o que, de todas as religiões que existem ou que existiram, o cristianismo compreendeu melhor do que as outras, sem executar a maioria das antigas religiões orientais, as quais só abarcaram povos distintos e privilegiados, enquanto o cristianismo tem a pretensão de abarcar a humanidade inteira; eis o que, de todas as seitas cristãs, o catolicismo romano sozinho, proclamou e realizou com consequência rigorosa. É por isso que o cristianismo é a religião absoluta, a última religião, é por isso que Igreja apostólica e romana é a única consequente, a única lógica (BAKUNIN, 2014: 54-5).

A maneira como o cristianismo soube impor-se sobre a humanidade fez dessa religião algo singular. A história demonstra que tal religião exerce poder sobre seus devotos. Sua ressonância com o poder instituído pelo Estado permitiu uma junção perfeita entre ambas as instituições, de modo que o sucesso do empreendimento colonial fosse assegurado. Nesse sentido, torna-se necessário compreender o papel de ambas no processo de dominação de diversos povos.

Para além da discussão acerca do papel do cristianismo institucional durante as invasões coloniais, Quijano (2005) analisa minuciosamente a formação da colonialidade do poder, estabelecida por meio do conceito de Estado-nação e de um intenso projeto de nacionalização na Europa nesse contexto. Algo fundamental na compreensão que liga o cristianismo institucional ao Estado. Em suas palavras:

O processo de centralização estatal que antecedeu na Europa Ocidental e a formação de Estados-nação, foi paralelo à imposição da dominação colonial que começou com a América. Quer dizer, simultaneamente com a formação dos impérios coloniais desses primeiros Estados centrais europeus. O processo tem, pois, um duplo movimento histórico. Começou como uma colonização interna de povos com identidades diferentes, mas que habitavam os mesmos territórios transformados em espaços de dominação interna, ou seja, nos próprios territórios dos futuros Estados-nação. E continuou paralelamente à colonização imperial ou externa de povos que não só tinham identidades diferentes das dos colonizadores, mas que habitavam territórios que não eram considerados como os espaços de dominação interna dos colonizadores, quer dizer, não eram os mesmos territórios dos futuros Estados-nação dos colonizadores (QUIJANO, 2005:130-31).

A formação da Europa Ocidental ocorreu por meio de uma disputa de poder, na qual cada Estado-nação em formação buscava um desígnio hegemônico de destaque. Para alcançar tal objetivo, tornou-se necessário recorrer a outras fontes de capital para além daquelas existentes nas proximidades de seus territórios. Embora o autor em questão reflita sobre as origens da formação desse Estado-nação e aponte meios para uma possível ruptura desse paradigma político, sua proposta limita-se à democratização do espaço público. Tal medida, contudo, certamente não eliminaria o problema, pois as estruturas de poder tendem a se reorganizar em novas configurações. Ainda hoje, essa estrutura vigente em todo o Ocidente mantém-se inferiorizando determinados grupos étnicos.

Dessa forma, não apenas o fim da idolatria ao Estado seria suficiente para romper com tais paradigmas coloniais, mas seria também necessária à sua completa destruição. O Estado moderno e capitalista subjuga determinados corpos aos interesses econômicos e burgueses voltados ao acúmulo de capital. Portanto, enquanto não houver sua total dissolução, sempre haverá hierarquias. A mera democratização desse espaço não garante, de forma efetiva, a autonomia de todos os povos nem o fim das concepções racistas e excludentes do pensamento ocidental. Quijano (2005) chega a compreender o problema como insolúvel, dada a idealização que emana de uma democratização total do Estado.

No entanto, não se posiciona contra ele a ponto de ambicionar o seu fim. Nas palavras do pesquisador decolonial:

Não obstante, a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno (QUIJANO, 2005: 135-6).

Nota-se que, apesar de reconhecer que a democratização total do Estado está distante de alcançar os ideais necessários na América Latina — sobretudo em razão das questões ligadas ao racismo que ainda se fazem presentes —, o pesquisador em questão não discute a destruição do Estado como uma alternativa eficaz ao colonialismo. Por outro lado, defende-se aqui que a descolonização plena dos povos submetidos a esse sistema somente seria possível mediante a aniquilação de todos os mecanismos da colonialidade do poder, cuja base reside no Estado e em suas instituições, que limitam o povo e vinculam a cultura exclusivamente aos seus próprios interesses.

Apontando uma drástica deficiência no pensamento decolonial, que não apresenta um olhar mais radical sobre o Estado dito democrático. Sendo assim, destacam-se as seguintes palavras:

Não obstante as evidências do papel assassino cumprido pelo Estado nas Américas, ainda perdura, mesmo na perspectiva decolonial, uma certa crença na possibilidade de o Estado cumprir um papel positivo para indígenas e negros. Aparentemente, essa crença tem uma origem marxista, baseada na possibilidade de tomada do Estado e fazê-lo estar a favor dos interesses dos operários prioritariamente. Fato que não aconteceu em nenhum lugar, muito menos por meio de governos eleitos. Se levarmos em conta a história e a própria constituição militarista, autoritária e hierárquica de todo Estado, acreditar no seu papel benevolente para negros, indígenas, trabalhadores e pobres em geral, é o mesmo que confiar na domesticação da raposa para tomar conta do galinheiro. É sob estas apreciações que a perspectiva libertária contribui para a libertação de negros, indígenas e seus descendentes. Acreditamos que a crítica profunda ao Estado realizada pela literatura e sobretudo pelas lutas históricas anarquistas deve cooperar sobremaneira para a perspectiva decolonial, livrando-a talvez do seu último bastião da modernidade/colonialidade: o respeito e a crença em alguma possibilidade de um papel positivo cumprido pelo Estado para as vítimas dos mais diversos racismos” (MORAES, 2020c:24-5).

As evidências históricas revelam que não basta depositar expectativas em um Estado democrático, tampouco em um Estado de orientação socialista. A concepção de um Estado que não imponha tributos abusivos sobre grupos já profundamente afetados pela exclusão social, que não esteja estruturado em um militarismo voltado à eliminação daqueles que não se enquadram em suas normas, e que trate todos os habitantes de seu território com igualdade e equidade, permanece restrita ao horizonte do modo de vida comunitário.

As leis e o direito, enquanto fundamentos das instituições estatais, têm se configurado como instrumentos de aprisionamento e de limitação da alteridade, quando não como mecanismos de negligência e até de aniquilamento. Em outras palavras, o desrespeito ao outro persiste, pois, em qualquer forma de Estado, determinadas hierarquias dificilmente são superadas. A cultura, por sua vez, sofre constantes interferências, independentemente da configuração estatal. É o próprio Estado quem engendra instituições destinadas a assegurar seus interesses, seja por meio da violência, seja pela difusão de um sentimento nacionalista propagado pela mídia, pelo sistema educacional ou pelas Igrejas.

Para além da violência física, aqueles que estão sob a tutela do Estado têm também seu pensamento manipulado, de modo a desejar determinado tipo de vida como o único possível, sem compreender, nesse processo, a possibilidade da existência de um autogoverno. Nesse sentido, a teoria decolonial ainda não reconheceu a necessidade imperativa de discutir a destruição das estruturas hierárquicas de poder. Persiste a expectativa de que se possa constituir um Estado capaz de oferecer pleno suporte aos interesses daqueles que são vistos apenas como força de trabalho destinada a sustentar o sistema capitalista, e não como sujeitos atuantes e pensantes. Tais problemas permanecerão insolúveis, uma vez que são de natureza estrutural e não há, até o momento, nenhuma alternativa verdadeiramente eficaz em curso, apenas pequenas transformações resultantes das lutas de grupos restritos que se dedicam à causa. Sendo assim:

O Estado, para negros e indígenas, desde a sua origem na Modernidade, baseada no colonialismo, significa forças militares que existem não para lhes proteger, mas para lhes matar, aprisionar, humilhar e lhes manter como meros reprodutores de capital para os governantes brancos (MORAES, 2020c: 20).

Embora não haja vantagens para os grupos oprimidos nessa forma de governo trazida juntamente com o colonialismo, a ideia do fim do Estado não se consolidou em nenhum dos territórios submetidos à violência colonial. Ainda hoje, o Estado reproduz o mesmo tipo de organização social, política e cultural do colonialismo, incluindo a religião cristã como dominante. Essa opressão, além de se manifestar nos currículos educacionais impostos de cima para baixo, atravessa todas as instâncias da sociedade — das periferias aos condomínios —, ainda que com impactos distintos. Mesmo que a educação se caracterize como laica, é preciso ressaltar que diversas instituições de ensino ainda são vinculadas aos parâmetros religiosos do cristianismo. Uma vez que, a moral cristã é norteadora de valores em nossa sociedade, as bases humanas que regem muitos currículos se configuram nessa religião.

O Estado sempre dita o modo de vida que considera correto e mais nobre. Assim, ao notar as falhas referentes à crítica ao Estado no pensamento decolonial, torna-se necessário ter em mente a seguinte questão:

O Estado, indebitamente, cumpriu um papel central na estruturação do racismo. Assim, foi o Estado europeu que não só patrocinou, como foi o executor, do colonialismo, da escravidão, dos estupros, das humilhações, das extorsões, da destruição da *pachamama*, do genocídio de diferentes povos. Aliás, o maior genocídio da história da humanidade. Foi essa instituição através de seu militarismo e como apoio das Igrejas cristãs que tratou indígenas e negros como sub-humanos (MORAES, 2020a: 61).

A denúncia feita aqui certamente ultrapassou a imaginação dos teóricos dos séculos anteriores ao nosso, mesmo que eles tenham vivido diretamente o processo histórico de genocídio instituído pelo Estado europeu. A problemática de tal processo escapou aos olhos mesmo dos europeus mais críticos: Nietzsche ou os filósofos libertários não argumentaram contra a colonização e o racismo embutidos nesse procedimento de dominação do outro feito pelo Estado. De todo modo, o problema maior é venerar o Estado, já que esse possui total poder sobre os seus. Algo que Nietzsche e os primeiros filósofos libertários certamente não fizeram já em suas respectivas épocas.

É preciso compreender que: “todas as vezes que um chefe de Estado fala de Deus, quer seja o imperador da Alemanha ou o presidente de uma república qualquer, estejas certo de que ele prepara-se para tosquiar de novo seu povo-rebanho” (BAKUNIN, 2014:125). Ser devoto do Estado significa aceitar todas as condições necessárias para a

sua existência. Independentemente da forma de governo, sempre haverá algum tipo de imposição, pois nesse jogo há aqueles que elaboram as leis e aqueles que devem obedecê-las. Não é possível conceber a máquina administrativa sem considerar a presença de hierarquias. Nesse contexto, os líderes políticos frequentemente recorrem à religião como meio de legitimar e reforçar o seu poder.

A presente pesquisa também é atravessada pela filosofia popular brasileira, que se coloca como grande questionadora do sistema colonial e de suas hierarquias. Como bem resume Luiz Rufino:

Para a Europa não bastou o genocídio, a tortura, o estupro, o encarceramento e a escravidão. Ela continuou avançando nas formas de terror, produzindo assassinatos que vão além do corpo físico e incutindo via catequização uma permanente captura dos mundos, das subjetividades e da regulação do ser em suas dimensões sensíveis (RUFINO, 2021, p. 21).

A religião dos invasores, utilizada como instrumento de subordinação dos colonizados, influencia diretamente o surgimento de todas instituições nos países invadidos. Sob os moldes morais do cristianismo, todo conhecimento produzido em solo colonizado foi direcionado à doutrinação das mentes e dos corpos daqueles considerados inferiores, razão pela qual tudo o que a ele se vincula deve ser questionado. Defende-se, portanto, a necessidade de uma crítica rigorosa às instituições cristãs que se estabeleceram como potências civilizatórias, pois, para que se concretize a liberdade discutida por Nietzsche, o cristianismo não pode ocupar o centro de referência cultural de um povo. No que tange esses assuntos, para a decolonialidade, ressalta-se que:

na sua formulação original por Quijano, o *'patrón colonial de poder'* (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. Os eventos se desdobraram em duas direções paralelas. Uma foi a luta entre Estados imperiais europeus, e a outra foi entre esses Estados e os seus sujeitos coloniais africanos e indígenas, que foram escravizados e explorados. O que sustenta as quatro 'cabeças', ou âmbitos inter-relacionados de administração e controle (a ordem mundial), são as duas 'pernas', ou seja, o fundamento racial e patriarcal do conhecimento (a enunciação na qual a ordem mundial é legitimada) (MIGNOLO, 2017: 5).

Idolstrar o Estado e o igrejismo, que visam à morte do espírito em vez da vida, à supressão da liberdade intelectual em vez da diversidade epistemológica, é ser um espírito cativo nos termos nietzschianos. Esse tipo está sempre disposto a obedecer à

lógica vigente, pois não é capaz de se autogovernar, necessitando constantemente das leis impostas pelo outro. O problema é que tais leis representam o declínio daquele que é governado, como bem apontado pelo pensamento decolonial libertário. Nesse cenário, a liberdade de espírito — isto é, a capacidade de pensar por si próprio e criar seus próprios valores —, assim como a liberdade física, de ir e vir, de existir, encontram-se sob constante ameaça, por serem conflitantes com os interesses do Estado e da religião cristã.

A ordem imposta e aceita por meio do hábito ultrapassa qualquer possibilidade de crescimento intelectual que uma nação possa vir a alcançar. Dessa forma, torna-se imprescindível criticar profundamente o papel do Estado e de suas instituições religiosas de origem cristã, que ditam as regras da existência. Possuir uma cultura de espíritos cativos revela-se vantajoso para aqueles que detêm o poder, pois tal cultura é vista apenas como meio para alcançar determinados fins, sempre ligados ao acúmulo de riqueza por parte dos dominadores. Em complemento a essa ideia, destaca-se que:

Com efeito, o Estado criado nas colônias nada mais é que um filho legítimo do seu pai europeu moderno conquistador baseado no direito soberano de matar. Um Estado que nasceu racista, cuja perseguição ao negro e ao indígena constitui-se como sua justificativa de existência. Não se trata de uma instituição qualquer, mas um Estado da morte, da prisão, da tortura, do controle sobre o colonizado, da obrigação de fazer trabalhar e produzir riquezas para os governantes, é nesse sentido uma instituição escravista, criadora de corpos dóceis, disciplinados, que prende e mata o rebelde, insubmisso (MORAES, 2020c: 21).

O interesse de qualquer Estado é, precisamente, o de possuir súditos que obedeçam às suas ordens. Enquanto o Estado existir — mesmo em sua configuração socialista — sempre haverá uma autoridade que se imporá sobre o outro. Dessa forma, permanecem cativos tanto aqueles que desejam que os demais sigam suas normas, impondo-as como verdades absolutas, quanto aqueles que não as questionam.

O dogmatismo e a fé conduzem à crença na autoridade e, por consequência, à submissão às suas leis. Contudo, não se trata aqui de rejeitar, por exemplo, determinados saberes especializados de verdadeiros conhecedores, mas de evitar concebê-los como verdades absolutas. É necessário recorrer ao próprio pensamento, à maneira do espírito livre, para elaborar conclusões mais rigorosas acerca do mundo. Nas palavras de Bakunin, essa ideia acerca de um tipo determinado de autoridade aceitável, pode ser compreendida da seguinte forma:

não reconheço nenhuma autoridade infalível, mesmo nas questões especiais; conseqüentemente, qualquer que seja o respeito que eu posso ter pela humanidade e pela sinceridade desse ou daquele indivíduo, não tenho fé absoluta em ninguém. Tal fé seria fatal à minha razão, à minha liberdade e ao próprio sucesso de minhas ações; ela transformar-me-ia imediatamente num escravo estúpido, num instrumento da vontade e dos interesses de outrem. Se me inclino diante da autoridade dos especialistas, e se me declaro pronto a segui-la, numa certa medida e durante todo o tempo que isso me pareça necessário, suas indicações e mesmo sua direção, é porque essa autoridade não me é imposta por ninguém, nem pelos homens, nem por Deus [...]. Inclino-me diante da autoridade dos homens especiais porque ela me é imposta por minha própria razão. Tenho consciência de só poder abraçar, em todos os seus detalhes e seus desenvolvimentos positivos, uma parte muito pequena da ciência humana [...]. Essa mesma razão proíbe-me, pois, de reconhecer uma autoridade fixa, constante e universal (BAKUNIN, 2014: 64-5).

Observa-se a existência de dois tipos de autoridade: a leiga e a especializada. A primeira corresponde ao Estado e à Igreja; a segunda, à figura de um especialista ou verdadeiro mestre. No caso da autoridade leiga, o descarte daquilo que é imposto como verdade deve ser absoluto, uma vez que tais instituições exigem apenas a fé daqueles que pretendem transformar em súditos. Já no âmbito da autoridade especializada, como certamente defenderiam Nietzsche e Bakunin, é necessário extrair conclusões a partir dos ensinamentos de quem respeitamos, sem, contudo, concebê-los como verdades absolutas e imutáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com a filosofia nietzschiana, a perspectiva libertária também valoriza o pensamento autônomo. Isso não significa que a figura da autoridade — ou, nos termos de Nietzsche, do mestre — seja irrelevante. O homem da ciência, por exemplo, desempenha um papel significativo, mas deve ser reconhecido como suscetível a falhas. Por outro lado, Estado e Igreja não representam qualquer saber específico capaz de promover uma verdadeira melhoria individual ou cultural da humanidade. Nota-se que, de maneira semelhante ao pensamento de Nietzsche, Bakunin fala da liberdade de pensamento em detrimento da ideia de fé. Pode-se associar diretamente a crença em um único Deus — o cristão — à perda da liberdade espiritual em todo o Ocidente. Não se trata apenas de uma crença, mas, sim, de valores morais e hábitos vinculados a práticas gregárias. Algo em harmonia com o autoritarismo estatal.

Mas, afinal, qual seria o verdadeiro sentido do Estado ainda hoje? “o Estado criado nas colônias não é um qualquer, mas um estado da morte, da prisão, da tortura, do controle sobre o colonizado. É, portanto, um necro-Estado” (MORAES, 2020b:5). O interesse é eliminar o inimigo, isto é, todo aquele que não concordar com o que está sendo estipulado. Pensar nesse tipo de gestão como democrática — ou seja, como um governo de todos —, mas que ainda permite a execução de determinados corpos, baseados em categorias raciais, de gênero e sociais, entra em conflito com a origem do termo na Antiguidade: *demos* (povo), *kratos* (poder). Na realidade, trata-se de um processo de exclusão, de um governo de poucos e para poucos, cujo grande objetivo é o capital. Somente aquele que o possui é considerado digno de ditar as regras do jogo, a moralidade e as leis.

REFERÊNCIAS

- BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra, 2014.
- GROSGOUEL, Ramón. *A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Trad. Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael Maieiro. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 31, n. 1, pp. 25–49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 22/01/ 2025.
- MIGNOLO, Walter. *COLONIALIDADE: O lado mais escuro da modernidade*. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. V. 32, n. 94. pp. 1-18. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 22/12/25.
- MONTINARI, Mazzino. *Equívocos marxistas*. *Cadernos Nietzsche* n. 12, p.33-52. 2002. Disponível em: <https://gen-grupodeestudosnietzsche.net/wp-content/uploads/2018/05/CN012.33-52.pdf>. Acesso em: 20/12/25.
- MORAES, Wallace dos Santos. *Crítica à Estadolotria: Contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial*. *Teoliterária*. V. 10, n. 21, pp. 54-78, 2020a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teoliteraria/article/view/49502>. Acesso em 02/02/2025.



- _____. *A Necrofilia Colonialista Outrocida no Brasil*. ESTUDOS LIBERTÁRIOS, UFRJ, Vol. 2. n.3; Ed. Especial, n.1. pp. 1-19, 2020b. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/34104>. Acesso em 15/12/2025.
- _____. *As Origens Do Necro-Racista-Estado No Brasil – Crítica Desde Uma Perspectiva Decolonial & Libertária*. Estudos Libertários, UFRJ, Vol. 2 n. 6. pp. 5-27, 2020c. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/39358>. Acesso em 08/02/2026.
- NIETZSCHE, Friedrich. *III Consideração Extemporânea*: Schopenhauer Educador. Trad. Giovane Rodrigues e Tiago Tranjan. São Paulo: Mundaréu, 2018.
- _____. *Humano, Demasiado Humano I*: um livro para espíritos livres. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, pp.117-142. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 05/09/2025.
- RUFINO, Luiz. *Vence-demanda*: educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.



FEMINIZAÇÃO POLÍTICA E CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA EM ROJAVA

POLITICAL FEMINIZATION AND DEMOCRATIC CONFEDERALISM: RESISTANCE PRACTICES IN ROJAVA

André Vianna Nascimento

Doutorando em Sociologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio doutoral no Instituto de Comunicação Nova ICNOVA na Universidade Nova de Lisboa - NOVA. Mestre em Sociologia Política na Universidade Vila Velha (UVV) e graduado em Relações Internacionais (UVV). Pesquisador no Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambiental (NEUS) e no Laboratório de Sociologia Digital - UFF. Atualmente é Bolsista de Doutorado CAPES.

Paulo Edgar da Rocha Resende

Professor Substituto na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), e no Centro Paula Souza (CPSETEC). Pesquisador no Observatório das Metrópoles São Paulo, é Doutor em Políticas Públicas e Transformação Social e Mestre em Ciência Política, pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB).

Dominique Silva Zóboli

Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade Vila Velha (UVV). Atualmente é mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos, onde desenvolve pesquisa sobre a participação social durante a construção do Acordo de Paz na Colômbia.

RESUMO

Movimentos de resistência política organizados para libertar o Curdistão Sírio da opressão do Estado Islâmico e de países vizinhos têm obtido resultados consideráveis na reorganização da sociedade. Com base em princípios éticos amparados por uma cultura feminina libertária, estão conduzindo uma transformação radical da política, da economia e de aspectos da cultura local. O fortalecimento do poder das mulheres a partir de coletivos e comunas estremeceu as estruturas patriarcais de dominação que instituem o Estado-nação e o capitalismo, constituindo uma organização política profundamente democrática e um modelo econômico de base coletivista e ecológica. Esse amplo e revolucionário processo sociopolítico é analisado com base às noções de resistência e militância, adaptados de Michel Foucault, com fins de compreender os sentidos políticos das lutas empreendidas e as intensidades das rupturas efetivadas. Identificamos que a resistência em Rojava se assemelha a um modelo de democracia radical, que se descola do rigor de teorias acadêmicas e se destaca por seu forte caráter de inovação política.

PALAVRAS-CHAVE

Rojava; Feminismo; Resistência; Democracia Radical.

ABSTRACT

Political resistance movements organized to free Syrian Kurdistan from the oppression of the Islamic State and neighboring countries have achieved considerable results in the reorganization of society. Based on ethical principles supported by a libertarian feminine culture, they were able to revolutionize politics, economics and culture. The strengthening of female power allowed to erode the patriarchal structures of domination that institute the nation-state and capitalism, building from collectives and communes a radically democratic political system and a more just and ecological collective economic model. This broad and revolutionary socio-political process is analyzed based on the notions of resistance and militancy, adapted from Michel Foucault, in order to understand the political meanings of the struggles undertaken and the intensities of the ruptures carried out. We have identified that the resistance in Rojava resembles a model of radical democracy, which moves away from the rigidity of academic theories and stands out for its strong character of political innovation.

KEYWORDS

Rojava; Feminism; Resistance; Radical Democracy.

FEMINIZAÇÃO POLÍTICA E CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA EM ROJAVA

INTRODUÇÃO

Com a revolução que a partir de 2012 começou a tomar curso no Curdistão sírio, região também conhecida como Rojava, novas configurações políticas, econômicas, sociais e culturais têm tomado forma, como desdobramento da resistência organizada por coletivos de forte protagonismo feminino, que compuseram partidos e guerrilhas armadas. O movimento conseguiu expulsar o Estado Islâmico e estruturas do Estado sírio da região, que está localizada ao norte da Síria e na fronteira com Turquia e Iraque. Ao conquistar certa autonomia política e administrativa, esses coletivos implementaram um sistema de democracia radical autodenominado Confederalismo Democrático, baseado na descentralização política em comunas, conselhos e assembleias, com liberdade e proeminência política das mulheres, multietnicidade e economia socialmente justa e ecológica.

Esse complexo e revolucionário processo sociopolítico merece a atenção dos estudos enfocados nos movimentos e lutas políticas de confronto e resistência, a fim de compreender os sentidos políticos e as intensidades das rupturas efetivadas pelos coletivos, como as formas de organização e os repertórios de ação empregados no rompimento com as tradições hierárquicas e patriarcais do Estado-nação e da economia capitalista. Em meio ao contexto de precariedade econômica e conflito armado, as inovações sociopolíticas são inspiradas nas proposições de Abdullah Öcalan, ex-líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). No final dos anos 1990, Öcalan “começou a articular uma alternativa ao Estado-nação e ao socialismo de Estado”, ao entender que “o problema da liberdade dos povos não era a falta de Estado, mas a emergência do Estado” (DIRIK, 2017:18).

A pesquisa sobre atividades coletivas em andamento se defronta com a dificuldade de analisar seus significados e impactos no tempo presente, bem como no acesso às fontes, que ainda estão em produção. Este estudo contou com fontes primárias – principalmente relatos de ativistas que estão ou estiveram em Rojava – e fontes secundárias, ambas obtidas em blogs, redes digitais, jornais de notícias, revistas

acadêmicas, livros e vídeos. O material empírico acessado é discutido com base nos sentidos políticos das inovações em curso, considerando para isso as noções de “resistência” e “militantismo” desenvolvidas por Foucault (2009; 2011). Este aporte teórico-metodológico parece adequado para compreender os confrontos políticos dos coletivos de Rojava, uma vez que suas inovações sociopolíticas não se subordinam a paradigmas políticos pré-determinados, o que é fundamental na noção foucaultiana de “resistência”. Ademais, implicam em rupturas culturais em direção à composição de novos modos de vida, tal como se sugere com o “militantismo”. Cabe destacar ainda que analisaremos o movimento revolucionário curdo sempre levando em conta a epistemologia feminista, sem a qual não seria possível o florescimento de tão ampla “feminização cultural”, conforme sinaliza Rago (2001).

Assim, no primeiro tópico discutiremos os aspectos organizativos em sua dimensão política e econômica, no que diz respeito ao Confederalismo Democrático e à ecologia anticapitalista. O aspecto social merecerá mais destaque no tópico dois, já que para a construção da feminização micropolítica, os coletivos de cada comuna de Rojava dedicaram especial atenção aos métodos educacionais. O terceiro tópico enfocará os repertórios de ação adotados na autodefesa necessária para o confronto com as forças militares dos Estados vizinhos e do Estado Islâmico. O quarto tópico apresentará a noção nativa de *Jineolôgî*, cujos princípios filóginos norteiam toda a epistemologia do movimento revolucionário. Por último, procederemos a analisar os sentidos e as intensidades das rupturas políticas produzidas pela revolução de Rojava.

1. ASPECTOS ORGANIZATIVOS: O CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO E A ECONOMIA DE BASE SOLIDÁRIA E ECOLÓGICA

Um dos fundadores do PKK, Abdullah Öcalan, histórico combatente anticapitalista em prol da independência do Curdistão, preso desde 1999 pelo Estado turco, idealizou o “Confederalismo Democrático” a partir de uma combinação da epistemologia feminista com o pensamento marxista e anarquista. Em sua concepção, o sistema, que fora implementado em Rojava, se basearia em uma auto-organização das comunidades locais, com amplo protagonismo das mulheres, ecologia sustentável e solidariedade. Neste caso, a administração e a coordenação política são responsabilidades

dos conselhos confederais, que se tornam o meio de conexão das vilas, regiões, bairros e cidades em uma rede confederada, sem um centro de poder. O sistema de conselhos e comunas delibera sobre as demandas locais numa estrutura de democracia radical de base (RIBEIRO, 2015). Há bastante semelhança dessa forma organizativa com aquela defendida por Bookchin (1990):

O que, então, é Confederalismo? É acima de tudo uma rede de conselhos administrativos cujos membros ou delegados são eleitos em assembleias democráticas cara-a-cara, nas diversas vilas, cidades e mesmo em vizinhanças de grandes cidades. Os membros destes conselhos confederados são estritamente mandatários, revogáveis e responsáveis em relação às assembleias que os escolheram para o propósito de coordenação e administração das políticas formuladas pelas próprias assembleias. Sua função é puramente administrativa e prática, não criadora de políticas como a função de representantes em sistemas republicanos de governo (BOOKCHIN, 1990:07).

A nova organização política de Rojava procura privilegiar o consenso na tomada de decisões e maximizar o poder local, promovendo descentralização e o mínimo de coordenação regional (DESCONTROL, 2017a). Mesmo sendo uma revolução espontânea e em meio a um conflito armado, este modelo de autogestão tem como base a participação civil, sempre considerando a inclusão de todos os membros da sociedade, independente de etnia, religião ou nacionalidade e, também, se estruturando a partir de princípios ecológicos e feministas (RIBEIRO, 2015).

[...] De todos os problemas apresentados e visões defendidas, chamou-me a atenção o nível de incorporação da defesa da libertação da mulher, tanto nas falas de mulheres quanto de homens, bem como algumas medidas adotadas em territórios autônomos curdos, que vão desde a paridade nos conselhos às políticas de escolarização das mulheres, ao incentivo à auto-organização, à autodefesa, às medidas restritivas de direitos a homens que praticam violência contra a mulher, entre outros (SIMEÃO, D *apud* ÖCALAN, 2016:13).

Isso significa que a consciência e a autonomia dessas mulheres em luta e o modo como se veem posicionadas em todas as frentes da revolução curda, corresponde ao poder político que assumiram em rejeição aos modelos institucionais modernos e patriarcais. Em outras palavras, isso significa que a própria noção de Confederalismo Democrático está estruturada sobre a existência necessária de um modelo “antipatriarcal” (CSRPC-SP, 2016).

Na prática, nota-se que os efeitos da auto-organização das mulheres curdas têm tido impacto gigantesco nos terrenos da vida cotidiana. Assim, a política que empreendem

incentiva que as mulheres se protejam social, legal e economicamente garantindo sua vida e sua liberdade tomando como estratégia, principalmente as Comunas, Assembleias, Comissões e Conselhos Populares (RIBEIRO, 2015). A forma de organização centralizada e hierarquizada, como a dos Estados-nação típicos, é marcadamente ausente em Rojava, como testemunhou o ex-diplomata britânico, Carne Ross:

Para um ex-diplomata como eu, achei confuso: eu permanecia procurando por hierarquia, um líder, ou sinais de uma linha de governo, quando, de fato, não havia; eram apenas grupos. Não havia aquela sufocante obediência ao partido, ou a obediência serviçal a um “grande líder” — uma forma de governo muito evidente passando a fronteira, a Turquia ao norte, e no governo regional curdo ao sul, no Iraque. A assertividade confiante dos jovens (ROSS, C *apud* MACHADO, 2017:98).

A partir do momento em que o modelo foi ganhando notoriedade e se consolidando como governo autônomo e horizontalizado, foi decidido que seriam implementados dois modelos dentro do sistema de Rojava: o da Autoadministração Democrática e o do Autogerenciamento Democrático. O primeiro pode ser resumido como uma estrutura responsável por assumir tarefas executivas, administrativas e algumas funções legislativas, como por exemplo a redação de uma “pseudoconstituição” denominada Carta do Contrato Social. O segundo propõe políticas a serem executadas que serão analisadas pelos Conselhos Populares.

Esse modelo organizativo se distingue do burocrático ao descentralizar o poder, alocando o processo decisório de forma *bottom-up* nos Conselhos e distribuí-los federativamente por Comunas (DESCONTROL, 2017a). As comunas são horizontais e se organizam de forma copresidencialista, com duas pessoas na presidência, rotatividade e limitação nas funções de todos os cargos de liderança, de modo que essas assumem por no máximo algumas semanas e qualquer decisão é tomada por meio de votação popular e deliberações “cara-a-cara” (CSRPC-SP, 2016; RIBEIRO, 2015).

Assim, a Autoadministração Democrática, composta por votações populares, implementou as chamadas Casas do Povo em todas as cidades, vilarejos e distritos dos três cantões. As Casas do Povo são compostas por 22 pessoas, sempre homens e mulheres (respeitando a cota mínima de 40% de mulheres), também funcionando em copresidencialismo, além de dispor de 44 deputados (sendo 22 mulheres). Essas pessoas provêm das mais diversas etnias, nacionalidades e religiões (BAHER, 2014).

É neste laboratório a céu aberto que tem se desenvolvido uma das maiores revoluções progressistas dos últimos cem anos (RIBEIRO, 2015). A sociedade acredita que é integralmente necessário uma série de organizações civis independentes para regulamentação de todo tipo de necessidade, pois assim ajudam a manter o poder nas bases. Os partidos Unidade de Proteção Popular (YPG) e Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) respondem diretamente às determinações das assembleias. Existem outras diversas organizações e unidades, por exemplo, a responsável pela organização da segurança oficial das fronteiras em Rojava, com o nome de *Asaysh*. Há também unidade especial para tratar de problemas vinculados à violência contra as mulheres.

As assembleias possuem vários níveis, inicialmente as de bairro, das cidades, da província e por fim a assembleia denominada “Congresso da Sociedade Democrática”. As assembleias locais debatem todos os assuntos pertinentes à vida em comunidade. O ex-diplomata britânico Carne Ross conta que na reunião em que participou foram debatidas questões que atendem às demandas cotidianas (MACHADO, 2017), como a formação de uma cooperativa de sabão em pó, a falta de suprimentos alimentares e até mesmo a rápida subida de preços de alguns produtos como o pão (CSRPC-SP, 2016).

No que diz respeito à organização econômica de Rojava, verifica-se diversas dinâmicas alternativas ao modelo capitalista. No momento de realização desta pesquisa, a produção econômica era controlada e limitada pelo regime à agroindústria de grãos e à extração de petróleo. As demais atividades produtivas eram realizadas fora da região. As indústrias que antes da revolução estavam nas mãos do governo foram ocupadas pelas Comunas locais. As Comunas gerenciam os recursos comuns a todos, dando os meios de produção aos mais desfavorecidos e uma distribuição igualitária de combustível, pão, energia e recursos básicos. Isso ocorre de forma consensual já que nas Comunas, Casas do Povo e, em âmbito maior, Assembleias Gerais os membros conhecem a situação pessoal dos demais (DESCONTROL, 2017a, 2017b). O comércio e as empresas privadas são permitidos, mas há uma forte regulamentação em termos de questões ambientais e de satisfação das necessidades do povo. A premissa básica é que a satisfação das necessidades da sociedade sempre é mais importante que os benefícios econômicos privados (DESCONTROL, 2017a). Busca-se, assim, construir um mercado baseado na justa distribuição e igualdade de ganhos. Öcalan destaca o vínculo patriarcal do

capitalismo e do Estado, incitando uma maior feminização dos sistemas político e econômico:

O Capitalismo e o Estado-nação representam o macho dominante em sua forma mais institucionalizada. A sociedade capitalista é a continuidade e culminação das antigas sociedades exploratórias. É uma guerra contínua contra a sociedade e a mulher. Colocando sucintamente, capitalismo e Estado-nação são os monopólios do macho tirano e explorador (ÖCALAN, 2016: 47).

Ahmad Yousef, co-ministro que cuida das relações econômicas, estima que 75% das propriedades em Rojava são comunais. Desde 2012, a região apresenta um planejamento econômico denominada “economia popular”, pautado em três pilares: bens comuns, propriedade de uso³ e empresas administradas por trabalhadores. O regime de propriedade privada da terra foi abolido (com a exceção de veículos, utensílios e animais), passando sua titularidade às centenas de Comunas que se dividem pelas três cidades (CSRPC-SP, 2016). As propriedades particulares devem servir para a autossuficiência e o excedente dividido às Comunas, que posteriormente repartem as produções ao povo (DESCONTROL, 2017c).

Ou seja, mesmo que existam propriedades particulares, a lógica de acumulação privada de lucros e ganhos não parece ocorrer em Rojava. A lógica do capitalismo é rejeitada, conforme defende Öcalan, ao asseverar que a economia não deve ser voltada para benefícios próprios e/ou acumulação de riqueza ou excesso de produção, mas para redistribuição justa de seus recursos (ÖCALAN, 2008).

2. PEDAGOGIA ANTI-AUTORITÁRIA

A mudança do sistema educativo e o embasamento que se dá às escolas e centros de ensino de Rojava são vitais para produzir e manter a subjetividade revolucionária. Para Dorşin Akif, professora da Academia de Ciências Sociais da Mesopotâmia, em Cizîrê, a “diferença do processo educacional de Rojava em comparação com uma educação padronizada já é observada pela denominação” (AKIF, 2016). O termo “universidade” não é utilizado em Rojava, e sim “academia”. Entende-se que “Universidade” baseia-se

³ Segundo o comitê de solidariedade à resistência popular curda de São Paulo, quando um prédio, como uma casa ou um negócio, está sendo utilizado por uma pessoa ou por um grupo de pessoas, os usuários possuem de fato a terra e as estruturas, mas não podem vendê-las. Portanto, qualquer outra propriedade torna-se bem comum. Esta abolição da propriedade privada limita-se à terra, à infraestrutura e às estruturas.

em grande medida no sistema convencional, pois se convertem, em geral, nas instituições nas quais o Estado se organiza. Ao contrário, “academia” é um modelo no qual a sociedade constrói seu próprio poder intelectual. Segunda a professora, cada região ou cantão de Rojava se esforça para construir seu próprio sistema educacional de acordo com suas particularidades sociais. Claro que há objetivos compartilhados em termos de paradigmas: o Confederalismo Democrático, a economia ecológica e a emancipação de gênero (*idem*).

Em setembro de 2014 foi inaugurada a primeira e única instituição de ensino superior de Rojava, a chamada Academia de Ciência Sociais da Mesopotâmia (BIEHL, 2017). Diferentemente das estratégias ocidentais convencionais, a pedagogia da academia recusa o ensino unidirecional, de modo que os professores adotam abordagem na qual estão abertos a aprender com seus estudantes. Essa sensibilidade ao outro é também um reflexo da feminização cultural que refunda as instituições e culturas tradicionais locais. Os estudantes fazem provas, mas essas não são voltadas a punir eventuais falhas no aprendizado, funcionam como recordação e medição do aprendizado, bem como formas de expressão. Além disso, os professores também estão sujeitos a avaliação por parte dos alunos (BIEHL, 2017). A estratégia da academia de Rojava é de ensinamento voltado para o contexto social por meio de intercâmbio crítico e recíproco entre professores e alunos, quebrando paradigmas da educação hierárquica.

Esse modelo pedagógico certamente tem suas raízes no pensamento de John Dewey, que fora assimilado por Bookchin. Este não escreveu muito sobre educação especificamente, mas, como já nos referimos anteriormente, seus textos sobre democracia e ecologia influenciaram Öcalan e seu “Confederalismo Democrático”, que inspiram a revolução de Rojava (BIEHL, 2017). Visando uma sociedade autogestionada e horizontal, envolvendo a construção de caráter de todo cidadão porque só assim elimina-se qualquer tipo de submissão. É nesse sentido que se deve considerar de grande importância a emancipação da mulher, para que não mais sejam atribuídas funções padronizadas às mulheres desde a educação infantil. Para a desconstrução do patriarcado e a estruturação de práticas de liberdade consistentes na vida cotidiana, a educação tem papel primordial na construção de uma cultura libertária.

3. ESTRATÉGIAS DE CONFRONTO E AUTODEFESA ARMADA

A resistência revolucionária em curso em Rojava não pode ser compreendida sem que se leve em consideração o contexto de guerra. Os curdos são um dos maiores grupos étnicos do planeta, com cerca de 30 milhões de pessoas, que não dispõe de território autônomo com soberania reconhecida internacionalmente. Ao longo da história enfrentaram numerosos casos de marginalização, com a negação sistemática de direitos e liberdades, bem como diversas políticas de genocídio e extermínio. A sobrevivência atual da revolução se deve em grande parte à capacidade de resistência armada, composta por exércitos de voluntários e um intrépido engajamento feminino (KNAPP, 2016).

Desde 2011 a Síria se encontra em situação de Guerra Civil, como desencadeamento da forte repressão do regime de Bashar al-Assad à oposição que se revoltava no contexto da Primavera Árabe. O Estado Islâmico integra o conflito reivindicando territórios como o do Curdistão iraquiano e sírio, onde se encontra Rojava, mas as forças rebeldes curdas resistem. Após anos de tensão em sua fronteira e com o fortalecimento dos curdos, que também reivindicam parte de seu território, a Turquia ataca milícias curdas e em 2018 toma o controle da região de Afrîn.

As forças de Rojava, organizadas sobretudo nas YPG (Unidades de Proteção Popular) e nas YPJ (Unidades de Proteção das Mulheres), empregam estratégias predominantemente defensivas com o objetivo de preservar a autonomia política e territorial conquistada no norte da Síria, bem como proteger a população curda de ataques provenientes de atores estatais (como Turquia e, em determinados contextos, o regime sírio) e paraestatais (notadamente o Estado Islâmico). No contexto bélico local, o uso organizado e sistemático da violência armada é imprescindível para a manutenção da vida e o controle territorial. Neste contexto, uma parte das mulheres curdas se organizaram militarmente para a guerra em curso, evitando a reincidência de ações terroristas e recuperando territórios ocupados pelo Estado Islâmico. Desde 1960 as mulheres do Curdistão iraquiano lutam corajosamente contra a violência dos aparelhos militares estatais, criando em 1996 um batalhão inteiramente formado por mulheres (SILVA et al., 2017).

Diversas cidades e vilas curdas foram defendidas e tiradas do controle dos terroristas e dos Estados no entorno da região. Apesar de todo o esforço pela autodefesa

e a resistência curda, ainda se verifica a presença de milícias e unidades de exércitos estatais em Rojava. Durante a presidência de Bashar al-Assad⁴, unidades do exército Sírio, que não reconhecem a autonomia das assembleias do povo de Rojava, se encontravam extensivamente na região de Cizire (DESCONTROL, 2017b).

A YPG, formada por homens e mulheres e, em especial sua ramificação, YPJ, composta exclusivamente por combatentes mulheres, ganhou visibilidade ao redor do mundo ao quebrar estereótipos de gênero quanto ao envolvimento de mulheres em conflitos armados. O YPJ surgiu pela urgência das mulheres terem redobrados cuidados ao se protegerem, considerando que o Estado Islâmico, que dominava a região até 2012, as capturava para estuprá-las e vendê-las como escravas sexuais (SILVA et al., 2017). As combatentes insistem que cada unidade de defesa deve continuar ligada a uma comuna, ou assembleia, de modo que tais organizações assim que possível possam ser extinguidas.

As mulheres do movimento acreditam que um dia uma organização como as YPJ já não será mais necessária, uma vez que poderão estar integradas dentro das YPG sem que isso pressuponha uma renúncia a suas demandas. Todavia, para elas é claro que, mesmo num futuro próximo, as YPJ continuarão existindo como uma organização armada feminina independente, uma vez que são necessárias para atuar como um contrapeso às milícias tradicionalmente masculinas, como a YPG (DESCONTROL, 2017a:167).

As condições materiais dos e das curdas revolucionárias de Rojava são precárias, as armas e equipamentos de defesa do exército são velhos e muito usados, não dispendo de armamento pesado, veículos blindados, e, por muito tempo, nem mesmo capacetes e coletes à prova de balas (DESCONTROL, 2017d). Para suprir carências econômicas o exército de guerrilha produz artesanalmente seu próprio material bélico, utilizando por exemplo bombas a partir de botijões de gás de cozinha. Na região, cada força militar responde a sua comuna, distrito ou cantão. Essa descentralização favorece sua posição bélica e organizacional em relação a seus adversários em termos de flexibilidade e liberdade de agir (DESCONTROL, 2017d).

Os voluntários que integram o exército de defesa podem abandonar as YPG livremente, porém a responsabilidade e as funções que irão desempenhar dependem das necessidades do momento. Apesar do livre fluxo de combatentes voluntários, quando

⁴ A família Al-Assad governou a Síria por 53 anos até ser deposta em Dezembro de 2024, como resultado dos combates das forças rebeldes contra o regime, no contexto da Guerra Civil iniciada em 2011.

sofrem ataques de alta intensidade, como o perpetrado pelo Estado Islâmico em julho de 2014, é realizada uma convocação geral à mobilização, para que toda e todo jovem de cada família que estiver na região se apresente ao YPG (DESCONTROL, 2017d).

Em situações normais, qualquer tipo de obrigatoriedade impositiva seria contraditória com a plena realização da liberdade individual, um dos valiosos princípios da Confederação Democrática. Diante da precariedade de seus equipamentos bélicos e da violência de seus oponentes, a convocação ao recrutamento é a estratégia que lhes mantém vivos, assim como autônomas suas cidades e povoados. Entretanto, quando a pessoa não se apresenta ao recrutamento ela não sofre punições ou interdições, lhe restando talvez julgamentos éticos e morais de uma possível falta de compromisso com a coletividade. Além disso, a formação dos combatentes também é bastante diferente dos exércitos estatais profissionais, com aulas de história, geografia, relações de gênero e resolução não violenta de conflitos (DESCONTROL, 2017d).

Outro órgão que existe na região é o *Asayish*⁵ que age como força civil que cumpre tarefas policiais, mas evitando o emprego da violência. A principal formação que recebem é baseada na resolução não violenta de conflitos e na teoria feminista. Atualmente a função principal desse organismo é a gestão dos postos de fiscalização das estradas, para que não entrem combatentes inimigos ou carros bombas terroristas. No entanto, no que diz respeito às relações sociais entre a população da região de Rojava, defende-se que cada um seja capaz de se autodefender e que tenha conhecimentos básicos de resolução pacífica de conflitos, para que prescindam de organismos coercitivos (*idem*).

4. RELAÇÕES DE GÊNERO E ASPECTOS ESPECÍFICOS DAS MULHERES: JINEOLOGÎ

As questões de gênero começaram a entrar nas pautas do PKK no final da década de 1980, mas foi somente após os anos 1990 que o movimento de mulheres curdas ganha força, principalmente por pressão das militantes e guerrilheiras, que começam a se organizar e questionar os papéis sociais atribuídos a elas na sociedade (RIBEIRO, 2015). Atento às reivindicações das mulheres e aos confrontos empreendidos às relações de poder patriarcais, Öcalan (2013) sugere a valorização da *Jineologî*, ou “ciência das

⁵ *Asayish* significa “segurança” em curdo (DESCONTROL, 2017d).

mulheres”, que seria uma cosmologia feminina cujas implicações vão para além das relações de gênero, visando a destruição do patriarcado em distintas esferas. Para Amorosi (2019:09), “para sair da hegemonia ideológica da dominação patriarcal e capitalista, central é o papel da mulher”.

Öcalan afirma que o XXI é o século das mulheres, enquanto o papel que uma vez cabia à classe trabalhadora, cabe agora à sororidade entre elas: a realidade dessa opressão é para ele muito mais concreta que outras, especialmente no contexto ex-colonial do Oriente Médio; portanto, a descolonização nacional está vinculada à descolonização da mulher por meio de uma nova epistemologia feminina, ou seja, a *Jineoloji* (AMOROSI, 2019:09).

Com isso, evidencia-se que o movimento revolucionário de Rojava é intrínseco à luta de libertação das mulheres, o que implicaria uma sociedade livre do patriarcado e de todas as formas de dominação dele decorrentes. Nesta não há lugar para a exploração do trabalho capitalista, nem para a máquina centralizadora do Estado-nação.

A Jineologi apresenta uma proposta de intervenção radical no pensamento e paradigma patriarcal. Nesse sentido, a jineologi é um processo epistemológico. O principal é o acesso direto das mulheres e da sociedade ao conhecimento e à ciência, que é controlado pelos governantes. O objetivo é pavimentar o caminho para as raízes e compreender a identidade das mulheres e da sociedade, que foram separadas de sua verdade. Mulheres devem criar suas próprias disciplinas, alcançar suas próprias interpretações e seus próprios significados, e compartilhar isso com toda a sociedade (KAYA, 2024:01).

Para dimensionarmos a amplitude do significado político de tal feminização cultural e política é preciso observarmos as particularidades que as mulheres curdas enfrentam na cultura tradicional regional. Muitas ainda são submetidas a casamentos arranjados, poligamia masculina, estupros e, no Curdistão iraquiano, mutilação genital. De modo que a libertação das mulheres está diretamente conectada com a libertação de diversas formas de opressão e sujeição. Para Öcalan o capitalismo e o Estado-Nação representam a forma institucional do homem dominante, que perpetuam a racionalidade exploratória sobre a sociedade e a mulher.

A participação das mulheres na guerrilha e nas estruturas orgânicas do partido repercute de diversas formas na sociedade. Ao questionar os estereótipos de gênero e enfrentar as estruturas do patriarcado, a sua mobilização adquire prestígio junto às comunidades locais. Em decorrência, fortalecem-se a solidariedade e os laços de confiança entre elas. E isso é o contraponto à estrutura social tribal-feudal que as submete à autoridade patriarcal. Casamentos arranjados para menores de idade (meninas), baixíssimos índices

de alfabetização e a certeza de viver limitada ao espaço doméstico, cuidando de casa, marido e 51 filhos, inquieta as jovens e as faz repensar o seu lugar no mundo. Tais experiências e o fato de que as guerrilheiras pertencentes a este contexto facilitam a criação de uma agenda mais próxima da realidade social da região. Agenda essa estruturada a partir da necessidade de estímulo à cidadania e à criação de alternativas políticas autônomas para enfrentar os problemas no decorrer do aprofundamento da questão curda (RIBEIRO, 2019:50-51).

A colocação do gênero como uma das bases dessa nova formação social tem causado mudanças significativas para as mulheres da região. A partir do momento em que Öcalan é preso, em 1999, a estrutura do PKK é repensada, havendo cada vez mais ondas de expansão da adesão feminina e ampliação das pautas de gênero como centrais. “Para além das estruturas orgânicas do PKK e objetivando a institucionalização do movimento de mulheres rumo ao desenvolvimento de uma confederação transnacional, é fundado o Alto Conselho das Mulheres (KJB), em 20 de abril de 2005.” (RIBEIRO, 2019:71). O KJB promove trabalho e organizações em conjunto com organizações como a PAJK⁶, YJA⁷ e YJA-Star⁸.

Algumas das transformações sociais promovidas pelo movimento de mulheres no noroeste do Curdistão (Turquia e Síria) dizem respeito à abolição dos casamentos forçados e/ou com menores de idade; a proibição dos crimes de honra; a igualdade nos testemunhos entre homens e mulheres e, neste sentido, a capacidade das mulheres em receberem heranças e possuir bens; a proibição da poligamia e da tutela exclusiva das crianças pelo pai de forma irrestrita; a proibição de negociações envolvendo casamentos (dotes). Entre as iniciativas adotadas para aumentar a participação feminina nas organizações curdas estão: a inclusão de cotas para a incorporação de mulheres nos partidos políticos, a organização de grupos de planejamento para inserção de uma agenda de gênero, a obrigatoriedade do instituto da coliderança (cargos de representação devem ser compostos por um homem e uma mulher em igualdade de funções). Estas iniciativas impactam profundamente no incentivo à participação feminina nos diferentes partidos políticos e organizações pró-curdas (RIBEIRO, 2019:72.)

O rompimento com o patriarcado, como visto, implica em uma tarefa múltipla e complexa, com transformações radicais em diversas frentes. O pioneirismo de Rojava tem demonstrado disposição a romper com comportamentos opressores e estereótipos que atribuem papéis fixos, essencialistas às diferenças de gênero. Nesse sentido, importante

⁶ The Free Woman Party of Kurdistan.

⁷ Union Of Free Women (Yekitiya Jinen Azad).

⁸ Free Women's Units.

observarmos como as mulheres de Rojava entendem sua identidade e como constroem sua subjetividade, tendo como enfoque a experiência da Vila Jinwar, que é uma comuna só de mulheres, no nordeste da Síria, onde a maioria dos cidadãos são de origem curda. Jinwar foi criada por grupos de mulheres locais e voluntárias de diversos países, em prol da criação de um espaço imediato para que as mulheres pudessem viver em um mundo diferente daquele de opressão, distantes do patriarcado e do capitalismo (HALL, 2018). Elas estão reconstruindo o olhar tradicional do Oriente Médio sobre a mulher:

As mulheres de Jinwar queriam se autogovernar baseando-se em princípios democráticos que respeitem os direitos de todos e assegurem a capacidade de todos serem iguais na vida. (...) Toda mulher que se assenta na vila pode participar do conselho da vila e ajudar a planejar a vida ali. As mulheres de Jinwar podem coletivamente assar seus pães na padaria ou cozinhar e comer na cozinha comunal. Na escolha, na academia, ou no centro de saúde, bem como na agricultura, mídia e diplomacia, toda mulher pode ter suas responsabilidades baseadas em seus próprios desejos (HEVAL, 2018:01).

Em depoimento ao canal oficial da comuna de Jinwar no Youtube⁹, combatentes locais afirmam que para enterrar valores patriarcais construídos há 8000 anos as mulheres precisam se organizar e ser conscientes de que um novo futuro se constrói com suas próprias cores, seu próprio sistema, sua justiça e sua igualdade. Consideram que na vila começaram uma nova vida, com liberdade e autonomia. Uma delas afirma: “quando mulheres vivem com homens elas sempre são oprimidas, sempre ficam trancadas, homens sempre colocarão pressão nas mulheres. Mas quando vivemos ao redor de nós mesmas, haverá liberdade. E com liberdade haverá beleza”. Outra complementa: “a vida das crianças será muito boa. Haverá amor de mãe, honestidade, paz e não terá ódio, guerra, lideranças, tampouco diferenças entre homens e mulheres: todos serão iguais, os pensamentos mudarão”.¹⁰

Na percepção das combatentes, há uma semelhança entre os homens e o explorador capitalista. Afirmam que o homem sempre explorou o trabalho das mulheres e as escravizou, e agora as mulheres alcançaram um nível onde os homens não podem roubar os frutos de seu trabalho, destruindo essa mentalidade e levando as mulheres ao verdadeiro sucesso. O capitalismo as colocaria distantes de sua realidade real, por

⁹Canal oficial da Vila Jinwar no Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCkoteU8UIR1IRCLlnDapHoQ>.

¹⁰ As transcrições dos vídeos do Canal Oficial da Vila Jinwar são de tradução nossa.

considerá-las fracas, delicadas e bonitas, ignorando suas potências. Em Jinwar a força das mulheres pode se desvelar. Para Heval (2018), as mulheres em Jinwar se recriam de suas cinzas para desenvolver sua própria identidade autodeterminada. Cria-se então um sentido para a existência, as práticas e a subjetividade da mulher dentro da sociedade de Rojava.

5. MILITANTISMO E FEMINIZAÇÃO CULTURAL: ANALÍTICA DA RESISTÊNCIA CURDA

Considerando o exposto à respeito da revolução curda em curso no território de Rojava, fica evidente que se trata de práticas de resistência política que visam a libertação de um povo historicamente oprimido por *necropolíticas*¹¹ estatais e paraestatais. Pela inovação do que se apresenta, é produtivo analisarmos essas práticas de forma a compreender seus significados nas lutas políticas, assim como a intensidade e as dimensões com que rompem com as estruturas vigentes e com que confrontam sistemas instituídos. Seja na macropolítica das instituições, na micropolítica da formação da subjetividade coletiva ou nas relações econômicas¹². Para essa tarefa, recorreremos às contribuições de Foucault acerca da resistência. Para o autor, há três tipos de lutas de resistência:

Contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão) (FOUCAULT, 2009:235).

Os coletivos de Rojava se enquadram nos três tipos. No primeiro, quando buscam a independência e a consagração de um território autônomo, ainda que multiétnico. No segundo tipo, pela construção de uma economia distinta do capitalismo, na qual o foco é o bem-

¹¹ Achille Mbembe (2018) denomina *necropolítica* a forma de exercício do poder que se baseia na capacidade de decidir sobre a vida e a morte, produzindo populações matáveis e zonas em que a morte é administrada como técnica de governo. Em diálogo crítico com a noção de *biopolítica* de Foucault (2002), Mbembe mostra como, sobretudo em contextos coloniais, raciais e de guerra, o poder soberano não apenas deixa morrer, mas faz morrer, governando por meio da exposição de determinados grupos à morte e à precariedade extrema, para garantir a vida e a segurança de outros.

¹² Sobre micro e macropolítica, o que significam, como se apresentam e como se relacionam, ver: Passetti (2017) e Rolnik (2018).

estar comunitário não os privilégios individuais que produzem exploração do trabalho. No terceiro tipo, pelos múltiplos esforços de desconstrução do patriarcado.

No que diz respeito à dimensão macropolítica do confronto de resistência, Foucault acrescenta: “são lutas ‘transversais; isto é, não são limitadas a um país (...) não estão confinadas a uma forma política e econômica particular de governo” (*idem*:234-235). O modelo político de Confederalismo Democrático, como visto, certamente apresenta ruptura com a democracia liberal representativa, com regimes autoritários e até mesmo com o Estado-nação no modo como o conhecemos. Entretanto, por mais que ostente importante estrutura descentralizada de tomada de decisões, ainda assim se trata de uma forma de gestão, ainda que coletiva, da vida. As decisões em assembleias, conselhos e comitês, como pretendem proteger o território e os que nele habitam, exercem efeitos “sobre os corpos das pessoas, sua saúde, sua vida e morte” (*idem*). Ao fazê-lo, podem estar ignorando as singularidades de cada indivíduo e sombreando parte da dimensão com que cada um pode ser diferente¹³, ainda que em medida muito menor que em qualquer outra sociedade regida por organizações burocráticas estatais.

Não se trata de um julgamento negativo, mas de uma análise realista sobre a intensidade da ruptura e da inovação política em Rojava. De qualquer forma, é importante considerar que as lutas de resistência, principalmente quando logram encampar um processo revolucionário, estão sujeitas a encontrar contradições e limites. Afinal, nenhuma ruptura política ou subjetiva é total e absoluta e nada indica por enquanto que o processo político que aqui discutimos está consolidado em uma configuração final (CARVALHO, 2016).

Se o Confederalismo Democrático foi a invenção possível diante de contexto de conflito armado e de permanente disputa de soberania sobre o território, não se pode esquecer que foi um modelo político que tem permitido a sobrevivência de um povo com autonomia sobre seu território; a convivência de curdos, armênios e assírios com suas distintas religiões, tradições e idiomas; a ruptura com o sistema econômico capitalista para um modelo mais solidário e ecológico; e por último, mas não menos significativo, a ascensão social das mulheres em todas as esferas micros e macropolíticas, rompendo com

¹³ À respeito da liberdade individual sendo desafiada diante de compromissos com a coletividade, conferir Stirner, 2004.

o histórico cultural de opressão patriarcal. Ao considerar a análise serial do anarquista Proudhon, verificamos que a sociedade curda foi capaz de empreender uma eficaz descentralização política e econômica, de modo que a série liberdade-autoridade tem de modo crescente dado mais espaço para a liberdade que para a autoridade (RESENDE e PASSETTI, 1986).

Diante dos genocídios, massacres, ameaças e histórica negação de direitos e liberdades, os coletivos de resistência curda reinventaram uma existência livre, a partir de uma cultura política libertária e feminizada. Na formulação de Foucault, “o principal objetivo destas lutas [de resistência] é atacar, não tanto ‘tal ou tal’ instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder (...) que faz dos indivíduos sujeitos” (*idem*). Os e as combatentes de Rojava precisaram romper com a cultura patriarcal que assujeita homens, mulheres e determina relações de poder com ênfase na dominação. Esse processo fica ainda mais evidente com a noção de militância, apreendida a partir dos modos de vida dos cínicos. Trata-se de:

Combate contra costumes, contra convenções, contra instituições, contra leis, contra todo um estado da humanidade. É um combate contra vícios, mas esses vícios não são simplesmente os do indivíduo. São os vícios que afetam o gênero humano inteiro, são os vícios dos homens, e são vícios que tomam forma, se baseiam [em] ou são a raiz de tantos hábitos, de maneiras de fazer, de leis, de organizações políticas ou de convenções sociais que encontramos entre os homens. (...) O combate cínico é um combate, uma agressão explícita, voluntária e constante que se endereça à humanidade em geral, à humanidade em sua vida real, tendo como horizonte ou objetivo mudá-la, mudá-la em sua atitude moral (seu *éthos*), mas, ao mesmo tempo e com isso mesmo, mudá-la em seus hábitos, suas convenções, suas maneiras de viver” (FOUCAULT, 2011:247)

Acabar com o patriarcado na cultura tanto micro quanto macropolítica é sem dúvida construir uma vida outra no mundo existente. É possibilitar que as condutas não se estruturam a partir de uma matriz cultural dominante, mas a partir de práticas de liberdade que se pretendem soberanas de si, autoconstruídas nos desafios da vida cotidiana, não mais segundo tradições e padrões heterônomos (PASSETTI, 2019). É no “desprezo à autoridade” e na “disposição agressiva em atacá-las”, “desestabilizando hierarquias”, que se efetiva essa vida militante cínica, capaz de produzir “cultura[s] libertária[s]” (AUGUSTO, 2017), que, por serem avessas à autoridade são invariavelmente feminizadas (RAGO, 2001). Esse militância de Rojava assim,

demonstra uma combatividade ao mundo instituído, que, com uma certa agressividade implementa outro mundo com outras formas de existência, mais livres e baseadas numa ética feminizada, que naquele contexto se traduz em solidariedade, relações igualitárias, respeito mútuo, democracia radical e ecologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas de resistência têm se demonstrado ao longo do tempo serem capazes de se redefinirem de forma completamente nova, criativa e autônoma. Enquanto modelos tradicionais de organização social se pautam em formulações já testadas, replicadas e dogmatizadas, a resistência nos moldes libertários que aqui discutimos se reinventa de acordo com as possibilidades e necessidades de cada local em cada momento histórico. As mulheres de Rojava inovaram com modelos organizativos sem paralelo em outros locais do planeta e, dessa forma, se desafiam a enfrentar os mais diversos obstáculos e dificuldades dignos de quem traça sua própria história inspirada somente na busca por uma vida livre e justa.

Como aparentemente elas bem compreenderam, a liberdade se conquista com ação de confronto e luta, não esperando que seja concedida por terceiros. E também compreenderam que não há liberdade em um sistema político, econômico e sociocultural até que os indivíduos em suas micropolíticas cotidianas e as instituições macropolíticas sejam igualmente liberadas de relações de dominação e assujeitamento. A feminização das subjetividades, da política e das relações econômicas apresenta esse potencial: desmantelamento do Estado-nação, ao menos em sua forma burocrática e coercitiva, do capitalismo e da cultura patriarcal.

Este estudo teve como pretensão compreender os sentidos políticos das lutas de resistência em Rojava e, com isso, colaborar para a construção de outras vidas e outros mundos em qualquer lugar. Não como cópia e repetição, mas como inspiração e reprodução, de que o outro possível não se espera acontecer, se constrói no imediato, com revolta e rebelião, diante da urgência da liberdade. A cultura libertária, feminizada por princípio, não é composta de dogmas, cartilhas ou manuais de instrução, mas de construções individuais e coletivas de recusa à sujeição, às autoridades e às hierarquias, ao modo militante cínico. Os coletivos que impulsionaram essa revitalização da vida

livre em Rojava, construindo uma democracia sem Estado, uma economia sem capitalismo e relações de gênero sem sexismo, ostentam tanta riqueza política, social e cultural, que certamente merecem ser conhecidos e compreendidos por todos que se interessam pela resistência e por novos modelos de organização social e política.

Assim como o micro e a macropolítica estão sempre conectadas, as práticas culturais de um povo repercutem em suas instituições e relações de poder. A feminização cultural que implica na aceitação da mulher e a substituição da autoridade pela solidariedade tem efeitos na vida cotidiana, na política, na economia e na luta armada. Esta última, se faz urgente e necessária diante das investidas do fundamentalismo religioso e as disputas estatais pelo controle do povo e seu território. O processo revolucionário de Rojava ocorre em condições devastadoras e difíceis. Porém, é importante notar como a coragem e o sacrifício andam de mãos dadas com a determinação, mostrando que o objetivo é realmente instigar e formar uma nova sociedade com novas potencialidades e ampla liberdade para todos. Para o movimento esse projeto não é uma proposta de um mundo ideal e sim um processo, um modelo adaptativo, mutável e flexível pelo qual se constrói a sociedade que se almeja dia após dia.

REFERÊNCIAS

- AMOROSI, Lucia. (2019), “Militância política e relações de gênero: o caso das mulheres militantes no Curdistão”. *Cadernos Pagu*, n. 56, pp. 2-34.
- AUGUSTO, Acácio. (2017), “Lutas anarquistas hoje: entre a utopia e as heterotopias”. *Cosmos e Contextos*, n. 29. Disponível em: <https://cosmosecontexto.org.br/category/edicoes/cosmos-e-contexto-n-29-set-2017/>
- BAHER, Zaher (2014). *The experiment of West Kurdistan (Syrian Kurdistan) has proved that people can make changes*. Rearguard Action.
- BIEHL, Janet (2017), “Duas academias de Rojava”. In: DIRIK, Dilar; GRAEBER, David. (org.). *A revolução Ignorada*. São Paulo: Autonomia Literaria.
- BOOKCHIN, Murray. (1990), “The meaning of Confederalism”. *Green Perspectives*, v. 20, pp. 1–7.
- CARVALHO, Eliane. (2016), “Rojava: uma revolução contra o estado”.

Ecopolítica v. 16, pp. 79–88.

- CSRPC-SP, Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo. (2016), *Şoreşa Rojavayê: revolução, uma palavra feminina*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre.
- DESCONTROL, Editora. (2017a), “Cap. 9: A Revolução das Mulheres”. In: *A Revolução Ignorada: liberação da mulher, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio*. Trad. Paulo Ferraz. São Paulo: Autonomia Literaria, pp. 164-178.
- _____. (2017b), “Epílogo”. In: *A Revolução Ignorada: liberação da mulher, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio*. Trad. Paulo Ferraz. São Paulo: Autonomia Literaria, pp. 179-180.
- _____. (2017c), “Cap. 5: Breve História de Rojava”. In: *A Revolução Ignorada: liberação da mulher, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio*. Trad. Paulo Ferraz. São Paulo: Autonomia Literaria, pp. 101-120.
- _____. (2017d), “Cap. 7: Lidando com Conflitos”. In: *A Revolução Ignorada: liberação da mulher, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio*. Trad. Paulo Ferraz. São Paulo: Autonomia Literaria, pp. 136-153
- DORŞIN, Akif e AYDIN, Derya (s.d.). “Educação em Rojava: Academia e Pluralística contra a Universidade e o Monismo - Uma entrevista com Dorşin Akif por Derya Aydın”. *O Sistema Educativo em Rojava*. Trad. Rosa Silva. [Kurdish Question]. Biblioteca Terra Livre: Disponível em: <https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/o-sistema-educativo-em-rojava/>. Acesso em: 23 out. 2025.
- FOUCAULT, Michel (2002), *Em Defesa da Sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2009), "O Sujeito e o Poder". In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. (orgs.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2011), *A coragem da verdade*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WFMartins.
- HALL, Richard. (2018), “Welcome to Jinwar, a women-only village in Syria that wants to smash the patriarchy”. *The Independent*. Londres. Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/jinwar-syria-north-patriarchy-kurdish-women-raqqa-a8661866.html?fbclid=IwAR1Fx2iiSSDBSzfkeoVYxSkCb6mb1eiSFhhKZSrG_i8wXZfan1usIFYN64k. Acesso em: 22 out. 2025.



- HEVAL, Rûmet. (2018), “How we built Jinwar Women’s Village in Rojava/northern Syria”. *Komun Academy*. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/rumet-heval-how-we-built-jinwar-women-s-village-in-rojava-northern-syria>. Acesso em: 22 out. 2025.
- KAYA, Gonul. (2024), “Why Jineology? Re-Constructing the Sciences Towards a Communal and Free Life”. *Jineology*. Disponível em: <https://jineoloji.eu/en/2014/03/27/why-jineoloji-re-constructing-the-sciences-towards-a-communal-and-free-life/>. Acesso em 22 out. 2025.
- KNAPP, Michael; FLACH, Anja; AYBOGA, Ercan. *Revolution in Rojava*. London: Pluto, 2016.
- MACHADO, Luisa Carmen. (2017), “ŞOREŞA ROJAVAYÊ: NÃO SÓ A UTOPIA, MAS TAMBÉM A REVOLUÇÃO É UMA PALAVRA FEMININA”. *REVICE- Revista de Ciências do Estado*, n. 1, pp. 491–503.
- MBEMBE, Achille. (2018), *Necropolítica*. São Paulo: N-1.
- ÖCALAN, Abdullah (2008). *Guerra e paz no Curdistão: Perspectivas para uma solução política da questão curda*. Colônia: International Initiative Edition.
- ÖCALAN, Abdullah. (2013). *Liberating life: Woman’s Revolution*. Cologne: International Initiative Edition.
- ÖCALAN, Abdullah. (2016), *Confederalismo Democrático*. Rio de Janeiro: Coletivo Libertário de Apoio a Rojava.
- PASSETTI, Edson. (2017), “Micropolítica como tecnologia governamental”. *Ecopolítica*, 17, pp. 59-73.
- _____. (2019), “A Presença de Michel Foucault nos Anarquismos”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, vol, 67, n. 2, pp. 16-41.
- RAGO, Margareth. (2001), “Feminizar é Preciso: por uma cultura filógina”. *São Paulo em Perspectiva*, 15, n.3, pp. 58-66
- RESENDE, Paulo-Edgar A.; PASSETTI, Edson. (1986), *Proudhon*. Col. Grandes Cientistas Sociais. Tradução Célia Gambini e Eunice Ornelas Setti. São Paulo: Ática.
- RIBEIRO, Maria Florencia Guarche. (2015), *A revolução em Rojava: Jin, Jiyan, Azadî (mulheres, vida, liberdade)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pampa – Santana do Livramento.
- RIBEIRO, Maria Florencia Guarche. (2019), *A trajetória do movimento de mulheres no noroeste do Curdistão: A institucionalização do Confederalismo*



Democrático e da Jineologê (1978-2018). Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

- ROLNIK, Suely. (2018), *Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1.
- SILVA, Antonio Henrique Lucena et al (2017). *As Guerrilheiras Curdas e a Redefinição das Questões de Gênero na Guerra: o Combate ao Terrorismo do Estado Islâmico no Iraque e na Síria*. Faculdade Damas da Instrução Cristã. Recife
- STIRNER, Max. (2004), *O único e a sua propriedade*. Trad. João Barrento. Lisboa: Antígona.

O LETRAMENTO RACIAL A PARTIR DAS REFLEXÕES DE LÉLIA GONZALEZ

RACIAL LITERACY BASED ON THE REFLECTIONS OF LÉLIA GONZALEZ

Andréa Rocha dos Santos

Mestra e doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ). Advogada e pesquisadora com abordagem antidiscriminatória, aplicável às diferentes disciplinas do Direito. Ênfase em Direitos Humanos e Civis, sob o aspecto de gênero e étnico-racial.

RESUMO

Considerações acerca da importância do letramento racial no enfrentamento das desigualdades raciais. Percepção, a partir da produção acadêmica de mulheres negras, Lélia Gonzalez em especial, do que muda na vida da pessoa negra, a partir dessa experiência. Abordagem do papel da mulher negra na sociedade, dos estereótipos, sem pretensão de esgotamento. Da insuficiência do feminismo tradicional para abarcar as especificidades da mulher negra. Da contribuição do movimento negro e do letramento racial no desenvolvimento de políticas públicas e ações afirmativas afetas às questões étnico-raciais. Da importância do ensino de história e cultura afro-brasileira, na construção da identidade. Pretuguês, como forma também correta de falar, a considerar a cultura que o embasa. Sobre nossa razão emocionada. Da mulher negra e o trabalho. Do trabalho reprodutivo, dos deveres de cuidado atribuídos à mulher negra, do esgotamento e limitação de oportunidades que essas tantas responsabilidades implicam. Da luta contínua pelo espaço, pela voz, pela dignidade. Da marginalização de pessoas negras. Da interseccionalidade.

PALAVRAS-CHAVE

Mulher negra; Estereótipos; Letramento racial; Feminismo; Movimento negro.

ABSTRACT

Considerations on the importance of racial literacy in confronting racial inequalities. Perception, based on the academic production of black women, Lélia Gonzalez in particular, of what changes in the lives of black people, based on this experience. Approach to the role of black women in society, of stereotypes, without the intention of exhausting them. On the insufficiency of traditional feminism to encompass the specificities of black women. On the contribution of the black movement and racial literacy in the development of public policies and affirmative actions affecting ethnic-racial issues. On the importance of teaching Afro-Brazilian history and culture, in the construction of identity. Portuguese, as a correct way of speaking, considering the culture that underpins it. On our emotional reason. On black women and work. On reproductive work, on the duties of care attributed to black women, on the exhaustion and limitation of opportunities that these many responsibilities imply. On the ongoing struggle for space, for voice, for dignity. On the marginalization of black people. On intersectionality.

KEYWORDS

Black woman; Stereotypes; Racial literacy; Feminism; Black movement.

O LETRAMENTO RACIAL A PARTIR DAS REFLEXÕES DE LÉLIA GONZALEZ

INTRODUÇÃO

Movimento negro. Ser negro é movimentar-se, necessariamente. Desde os quilombos e para chegar a eles. Uma determinação aos negros e negras. Para sua sobrevivência, pela busca de vivência com dignidade, para conquista de direitos que já são seus, mas que insistem em não entregar. Insistência e resistência a não morrer, a não continuar subjugado, sem voz. Não! Vamos gritar em pretuguês. Resistir e reexistir!

Eu, mulher, negra, faço aqui considerações a partir de leituras de intelectuais negras e negros, de Lélia Gonzalez, em especial, acerca das condições de vida atribuídas às pessoas negras, sobre vieses inseridos no contexto étnico-racial. Sobre estereótipos fixados, em especial às mulheres negras. Do divisor de águas em que consiste o letramento racial.

E, no que consiste o letramento racial? Numa retirada de venda dos olhos para a construção e/ou consciência da identidade, elevação da autoestima e melhor compreensão da realidade do mundo. Esse “nascimento” pode acontecer em qualquer fase da vida. Ainda que não resolva por si as questões, muda a partir daí a postura, o entendimento das pessoas negras, diante das opressões cotidianas. Na intervenção *Democracia racial? Nada disso!* (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2023: 202), temos:

É por aí que a gente deve entender que esse papo de que a miscigenação é a prova da “democracia racial” brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violência, de manipulação sexual da escrava...

Lélia apresenta análise crítica à ideia sustentada de democracia racial, segundo a qual no Brasil, as relações interracialis são sempre verificadas em harmonia, onde cada um alcança o que pretende, na medida de seus esforços, sem desigualdades ou qualquer forma de opressão baseada em raça, etnia ou gênero. O mito da democracia racial, que tem como principal respaldo a obra *Casa-Grande & Senzala*, publicada em 1933 (FREYRE, 2006), é de forma contextualizada, desconstruído por Lélia em vários de seus escritos, com destaque ao ensaio *Racismo e Sexismo na cultura brasileira* (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2023:75).

Apesar das barreiras enfrentadas em seu dia a dia, nem sempre há percepção por parte dos grupos vulnerabilizados, no caso dos negros e negras em especial, por mais retinta que seja sua pele, da sua condição de pessoa negra e de que enfrentam atitudes racistas. Vítimas do mito da democracia racial, são ludibriadas por esse argumento, até que tenham a necessidade, que acontece por diversas formas e em diferentes momentos da vida, de perceber-se negro, para além da cor da pele e outros traços fenotípicos que traga. De identificar que essa “marca” traz consequências que determinam seu lugar na sociedade, e que o sistema de meritocracia fixado, desconsidera os diferentes pontos de partida. A obra “Tornar-se negro” (SOUZA, 2021), ao abordar o ideal de ego desenvolvido por pessoas negras para aceitação em sociedade e por elas próprias, que conduz à assimilação do branco, traz importante contribuição reflexiva, para demonstrar esse divisor de águas que a conscientização de ser pessoa negra, significa. Diz a autora:

O negro que elege o branco como ideal do ego engendra em si mesmo uma ferida narcísica, grave e dilacerante, que, como condição de cura, demanda ao negro a construção de um outro ideal de ego. Um novo ideal do ego que lhe configure um rosto próprio, que encarne seus valores e interesses, que tenha como referência e perspectiva a história. Um ideal construído através da militância política, lugar privilegiado de construção transformadora da história. Independentemente dos modos de compreender o sentido da prática política, seu exercício é representado para o negro como o meio de recuperar a autoestima, de afirmar sua existência, de marcar o seu lugar” (SOUZA, 2021:77).

No ensaio “Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher, Lélia Gonzalez, ao considerar questões de teoria, faz menção a abordagem que sustenta que “grupos racialmente subordinados são as minorias que internalizam o processo de colonização” (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2023: 33). Uma vez letrada racialmente, a pessoa negra (ainda que forçosamente sujeita a atitudes preconceituosas, pela subalternidade que ainda lhe é imposta pela forma velada de racismo que a alegada democracia racial tem como contexto), passa a ter maior direcionamento para resistência, posicionamento limitador aos abusos e para fazer valer os direitos já garantidos na ordem constitucional e convencional. O atuar conjunto, a partir de coletivos negros, incentiva esse despertar e engajamento, com atuação de cada indivíduo como integrante de um todo, em contribuição na luta contra as desigualdades. Os movimentos sociais, o movimento negro em especial, ao viabilizar às pessoas negras reflexão acerca de suas vulnerabilidades; dos marcadores que dificultam seu avanço e,

ainda, apresentar possibilidades culturais de aprimoramento educacional e oportunidades de lazer, fortalecem os vínculos e pressionam o poder público, em suas diversas instituições, e também o âmbito privado, com estímulo ao desenvolvimento de políticas públicas para, a que a partir delas, ações afirmativas sejam implementadas para avanço na correção da desigualdade racial existente, sobretudo nos cargos de poder, decisão e opinião. O espaço acadêmico e as instituições públicas são campos de necessária inclusão de pessoas negras, para que haja representatividade e pertencimento do perfil que, majoritariamente constitui nossa nação.

Nilma Lino Gomes, pontua:

Entende-se como movimento negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação, da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade” (GOMES, 2017:23).

O letramento racial, a ser alcançado por todas e todos, implica em consciência do valor que a pessoa negra tem e do fato de não haver ainda reconhecimento de sua contribuição ao País. O respeito ao papel do povo negro na história nacional, será mais facilmente alcançado, se observada a obrigatoriedade de ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) vigente, a partir das alterações inseridas pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Não há ainda, efetiva aplicabilidade, fiscalização de cumprimento da norma nos ambientes educacionais. Essa providência não deve ficar restrita ao ensino fundamental e médio. Tal qual previsto no Parecer do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP 003/2004. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004 (p. 13 a 16), cuja relatoria foi de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e traz inúmeras considerações relevantes, esse ensinamento deve ser estendido a todos os níveis de educação para alcance de seu objetivo. O pacto narcísico da branquitude, que consiste em espécie de acordo silente entre pessoas brancas que agem de forma colaborativa entre si, de maneira quase que intuitiva, com fins de manutenção de seus privilégios (BENTO, 2022: 18), é fortemente ameaçado a cada atitude consciente de negros e negras letrados(as), que não mais

permitem ou fazem de tudo para não permitir seu silenciamento e dos que são iguais a eles(as).

Com uma educação antirracista, as regras sociais e de conduta são percebidas com mais clareza e ensinam reivindicações de posicionamento acerca da alteração dessa realidade ainda discriminatória. Várias são as normas que apesar de lícitas, são limitadoras. Embora argumentem a igualdade em suas proposições, ocasionam impacto desproporcional às pessoas negras, às mulheres negras em especial.

Feitas essas considerações iniciais, passemos a observar, sem pretensão de esgotamento, como historicamente e ainda hoje, a mulher negra é “lida” no contexto social, incluídas as relações de trabalho e alguns dos estereótipos a ela atribuídos.

1.DO TRABALHO ANCESTRAL DA MULHER NEGRA

Reconhecida a contribuição do movimento feminista tradicional nas questões de gênero. Todo respeito às diversas conquistas verificadas. No entanto, ao olharmos para a mulher negra, constatamos o quanto mais de pauta seria necessário para nos abraçar. Ou, caso houvesse sensibilidade suficiente nessa análise, o constrangimento do movimento tradicional, em buscar, sem ressalvas, liberdade para fazer algo que já era imposto, desde sempre, à também mulher, só que negra. Trabalhar. E trabalhar muito. Sempre. Com ou sem remuneração.

No contexto brasileiro, mulheres negras trabalhavam inicialmente na condição oficial de escravizadas. Uma vez “libertas”, grande parte delas deu continuidade ao trabalho com seus senhores e várias ainda vivenciam, o que hoje identificamos como “escravidão contemporânea”. Trabalham nas “casas-grandes”, mediante remuneração quase nunca justa, ou mesmo sem remuneração, pelo “favor” de ali poder residir. Muitas, sobretudo antes dos avanços legais protetivos, mesmo com o desejo de voltar para casa, tinham como condição para conquista e manutenção da vaga de trabalho, que pernoitar, com raras folgas e prejuízo ao cuidado de sua própria família. Os tradicionais “quartinhos de empregada” ou “dependências”, em prédios antigos, ilustram essa realidade.

Outro exemplo de trabalhadoras e já ativistas em sua época, quando ainda vigente o período escravista, são as “ganhadeiras”. Mulheres consideradas como as

primeiras empreendedoras do Brasil. Merecem destaque, inclusive pelo importante papel na causa abolicionista. De acordo com a obra “A justiça é uma mulher negra”, as “quitandeiras”, seriam as “ganhadeiras” da liberdade, uma vez que para além de lidar com os tabuleiros para oferta de seus quitutes - seja na condição de escravizadas, livres ou libertas, muito contribuíram com recursos financeiros alcançados para alcance da liberdade de escravizados e, sobretudo, com a formação de uma rede de apoio e proteção, posto que transitavam com seu ofício em diversos espaços, com acesso a informações úteis e mesmo essenciais aos processos de fuga e de alcance de liberdade de pessoas negras (VAZ e RAMOS, 2021: 73-78).

Ainda sobre as trabalhadoras domésticas, observe-se o tempo decorrido desde o ato formal de abolição da escravatura, verificado em 13 de maio de 1888, com assinatura da Lei Áurea (Lei imperial 3.353), até o mínimo reconhecimento de direitos a essa classe de trabalhadoras, com a promulgação da Lei 5.859/1972, ainda sem inclusão da categoria na proteção efetivada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Considerada a notória maioria de mulheres negras que desenvolve a atividade, há constatação do quanto é não fática a sustentada democracia racial no País.

Os avanços na garantia de direitos decorreram de pressão dos movimentos sociais. O desrespeito ainda hoje existente a esses direitos trabalhistas tão arduamente conquistados pelas trabalhadoras domésticas, ainda é vivenciado como forma contemporânea de escravatura. É noticiado com lamentável frequência, casos de senhores e senhoras com abastada condição financeira e cultural que, sem constrangimento, fazem uso da força de trabalho de suas empregadas sem o respeito devido à pessoa humana e sua intrínseca dignidade, formalmente prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art.1º, III, como fundamento. São desrespeitados direitos trabalhistas e mesmo de liberdade dessas mulheres. Observada a divisão racial do trabalho, e considerada ainda a questão de gênero, Lélia pergunta e conclui em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, que apesar da abolição e dos avanços a duras penas até aqui verificados, não “se chegou” ou nem mesmo a gente saiu de um estado de coisas que escraviza, ainda que que libertas ou “livres” sejamos. Temos aí a reflexão sobre a escravidão contemporânea (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2020: 85).

A inserção da mulher negra no espaço de trabalho, em cargos de atividades expressivas e de poder, traduz desafio. Tanto no espaço público, como privado. Romper bolhas históricas, segundo as quais gerações de famílias negras têm tido como oportunidade tão somente a possibilidade de continuar a servir, com ratificação de lugares arbitrariamente reservados para pessoas negras, é objeto de políticas públicas atuais, a previsão de reserva de vagas no âmbito acadêmico e de vagas institucionais. Zelar pela concretização do que já está previsto legalmente, como ação afirmativa, é também essencial.

Assim, a condição de subalternidade, de desrespeito à mulher negra como igual em termos materiais, é uma constante. Desde os tempos de escravização oficial até hoje. Ainda se busca a inclusão de pessoas negras, da mulher negra em especial. Esse histórico reflete a perpetuação de estigmas que correspondem a figuras estereotipadas abordadas por Lélia Gonzalez em suas produções, como a seguir trataremos de algumas.

2.DA MÃE PRETA

A partir do forçoso agir dedicado mais às famílias contratantes que à sua própria família, temos a figura da mãe preta. Alguém, “quase da família”. Que supre a carência das crianças da casa dos senhores patrões, dá segurança aos seus pais. “Segura a onda” para que a senhora, mãe, esposa, possa exercer seu direito conquistado na luta feminista tradicional, de trabalhar. Alguém precisa ficar com as crianças. Direto. Sem ir para casa. Ganhando pouco. Sem estudar. Sem conseguir se preparar para mudar sua realidade. Alguém quase condenada a manter-se na base. No chão ou piso pegajoso (SANTOS, 2023). A libertação da mulher branca se deu e ainda se dá, em muitas circunstâncias, às custas da exploração da mulher negra. Lélia informa o espanto e/ou a indignação manifestados por diferentes setores feministas quando é explicitada a exploração da mulher negra. Destacou Lélia que, muitas vezes se expressam as feministas tradicionais, de maneira a considerar o discurso de mulheres negras, como uma forma de revanchismo ou de cobrança (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2020: 61).

Textos de Lélia mencionam a figura dessa mulher negra, que se entrega para proteção e cuidado de seus senhores e suas crias, como responsável por um tipo específico

de resistência, denominada “resistência passiva”. A expressão indica o fato de que, a “mãe preta”, de forma consciente ou não, com seu agir maternal, desempenha também importante papel de resistência, sendo responsável por apresentar, transmitir a cultura negra às pessoas brancas de quem cuidava ou ainda cuida, em tempos atuais. A leitura de Lélia acerca do papel da mãe preta, é além de científica, acolhedora e perspicaz. Identifica a condição em que essa mulher negra é colocada.

O letramento, quando existente, auxilia na imposição de limites. Abre horizontes para gerações futuras. Outro rótulo destacado por Lélia, é o da mulata. Pensemos a respeito.

3.DA MULATA

A mulata. Mulher negra, “mestiça” na maioria das vezes, ensinada na escola como resultado da miscigenação de brancos e negros. O imaginário de muitos, remete àquela que sabe sambar, é jeitosa e perfeita para o “desfrute”, para diversão. Não para casar-se. Moças brancas, sim, são de respeito. Para levar a sério. E vale dizer, que não apenas homens brancos concedem a mulheres negras esse tratamento. Homens negros também, sobretudo os que alcançam padrões financeiros mais altos. Há estudos sobre a solidão da mulher negra e percentual expressivo de famílias que têm apenas a mulher negra à frente de todas as responsabilidades (DIEESE, 2025) Não é apenas uma questão amorosa. Embora seja, também.

Há um escrito de Lélia, chamado “Mulher negra: Um retrato”. Traduz, em poucas páginas, muito do que boa parte das mulheres negras brasileiras vivencia. Pobreza; falta de acesso à educação; a boas oportunidades de trabalho; ausência de moradia digna; experiência familiar de abuso de álcool estimulado pela difícil realidade; falta de expectativas para mudança do quadro e solidão. Falta de apoio em seus diversos desafios. Após destacar as diversas vivências daquela mulher, a autora sintetiza:

Quem a visse de longe talvez se perguntasse o que aquela figura trágica lembraria. E a resposta não era difícil de encontrar: a mulher-sentada-na-porta-do-barraco era a própria: Solidão (RIOS, Flávia e LIMA, MÁRCIA, 2020: 178).

E em meio a essa falta de perspectivas, a depender de seus atributos físicos, a mulher negra, funciona como “produto de exportação”. Ser “mulata” como meio de vida.

Ainda muito jovem, de condição financeira simples na maioria dos casos, é “descoberta”, muitas vezes, nas escolas de samba. São expostas como objeto sexual. E, sem que percebam ou tenham exata noção, tem comprometida sua dignidade, não por sua opção de dançar e se apresentar como quiser, mas pelo desrespeito dos outros ao seu valor. São seduzidas pelos elogios, fugazes mimos, registros de mídia e promessas de sucesso, com baixa probabilidade de êxito duradouro. Funcionam como ferramenta de confirmação da tal democracia racial, a partir da promoção da imagem da mulher negra como admirada por sua beleza e criação de perspectivas nacionais e internacionais, que correspondem ao sonho de ascensão dessas mulheres. Acreditam que farão sucesso no exterior, que se casarão com homens ricos que as valorizem, que mudarão sua realidade de tão poucas oportunidades a curto prazo. São raras as realizações nesse contexto. Há o comprometimento da dignidade dessas mulheres (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2020:59).

A mulher negra tem o direito de escolher qualquer caminho profissional e pode chegar aonde quiser. O letramento racial aqui se faz importante para que ela perceba, de forma crítica, o que de fato está sendo a ela oferecido como oportunidade, para bem decidir.

No entanto, cabe destacar que de forma ingênua por vezes, mulheres negras estereotipadas como “mulatas exportação”, embarcam nas promessas vazias ou cheias, só que de abuso e falta de respeito à sua dignidade. Os “contratantes” estão preocupados tão somente com o “produto” e não com o ser humano mulher negra que ali está. Ainda que em tais circunstâncias, essa mulher desempenha um papel de luta, de resistência, para fins de inclusão, da forma como entende ser capaz, no padrão capitalista instituído. Os empreendedores desse negócio humano, aí inclusos os empresários e os administradores dos canais midiáticos, estão preocupados com a atenção e aprovação de seu público-alvo e não em contribuir com reflexões polêmicas que coloquem em risco a confortável máxima da democracia racial.

Lélia destaca em seus escritos, que apesar de haver registro de envio de matéria por jornalistas aos editores em suas redações de cobertura, eram retiradas pela chefia dos veículos de imprensa, a fala, a atuação de intelectuais negras e negros em eventos nacionais e internacionais, ainda que classificados esses veículos como progressistas,

posto que as sustentações, falas apagadas, de alguma forma, chamavam atenção à denegação do racismo existente (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2020: 62).

Os textos de Lélia, destacam os diversos marcadores a que está sujeita a mulher negra. Vamos “cuidar” um pouco disso.

4.DO DEVER DE CUIDADO. QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA DE TODOS? DA INTERSECCIONALIDADE

Ao falar da mulher negra, precisam ser considerados: Os estereótipos a ela reservados; os deveres de cuidado que desde a escravização e até os dias atuais são, sem que a ela seja dada alternativa, de sua responsabilidade; a necessidade de trabalhar para sustento de seu lar, muitas vezes como única provedora; não ter ninguém, em várias situações, para dela cuidar. São os diversos marcadores de vulnerabilidade a que esta mulher é submetida. A exigência de ser forte. O tempo todo.

Ao observar tudo isso, Lélia já falava em interseccionalidade, ainda que sem utilizar a terminologia, hoje tão difundida na academia.

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão... Ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação da social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos)” (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2020:58).

O dever de cuidado com os “seus”, apesar de todo amor envolvido no suporte dado aos que dela “dependem”¹⁴, esgota e muito – física e emocionalmente. E quase não há trégua para descanso. Se é que existe trégua. A reflexão sobre a jornada de infinitos afazeres da mulher negra remete à crítica de “vitimização”, comumente colocada por

¹⁴ Dependência não no sentido formal da palavra, mas a partir da convenção social de que à mulher, à mulher negra em especial, cabe o cuidar de todos em sua casa: Marido, filhos, pais, sogros e sogras, enteados, consideradas aí, todas as atividades domésticas, de cuidado com a saúde, e mesmo sustento financeiro, observada a dupla jornada – de trabalho e atividades da casa, ou mesmo tripla, caso ela decida ainda estudar.

quem não experimenta essa vivência. Aos que tendem, de forma irrefletida, a assim pensar, como contribuição ao letramento racial, fica a sugestão de leitura da obra “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus. Talvez, ao perceber na narrativa de dias comuns dessa mulher negra, autora da obra, muitos dos marcadores de vulnerabilidade possíveis, constate o leitor, que o que eventualmente chama de vitimização é a realidade diária, pesada, de muitas. E talvez constate também, que o que incomoda (e é positivo sentir o incômodo para reflexão e avanço), é enxergar o que se nega a ver: A gritante desigualdade racial existente, sobretudo de oportunidades.

Remetem à obra mencionada: O reconhecimento do talento dessa mulher negra, favelada, para a escrita. Ainda que oficialmente inculta – nos termos padronizados da academia, é rica em sabedoria, em cultura experimentada. Remete ainda, à falta de oportunidades de quem vive, como viveu Carolina Maria de Jesus, em comunidades, favelas e lixões. São, de forma majoritária, pessoas negras que escondem preciosidades diversas, à margem das possibilidades.¹⁵

Em algumas de suas anotações diárias entre julho de 1955 a janeiro de 1960, disse Carolina Maria de Jesus (JESUS,2016):

23 DE JULHO... Comecei a fazer meu diário. De vez em quando parava para repreender meus filhos. Bateram na porta. Mandei o João José abrir e mandar entrar. Era o Seu João... Quis saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário.

_Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você.

Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler...” (p. 23).

“12 DE JUNHO... Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa a pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol...” (p. 52).

“16 DE JUNHO... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: _ É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico...” (p. 58).

“9 DE JULHO Tive sonhos agitados. Eu estava tão nervosa que seu eu tivesse azas eu voaria para o deserto ou para o sertão. Tem hora que eu revolto comigo por ter iludido com os homens e arranjado esses filhos.” (p.78).

“25 DE SETEMBRO ...Não dormi por estar exausta. Pensei até que ia morrer. Eu tenho impressão que estou no deserto” (p.108).

¹⁵Sobre o Censo 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>. Acesso em 28 de janeiro de 2025.

A encruzilhada de classe, raça, gênero, é ainda “embaralhada” ao perfil de mãe solo; da solidão da mulher negra (e mesmo a falta de interesse em estar com alguém nos moldes a ela disponibilizados); do trabalho reprodutivo; do dever de cuidado não remunerado; da inobservância a direitos constitucionais, tidos como fundamentais e cuja não garantia, ontem, hoje e sempre verificada a inúmeras mulheres, negras em especial, é naturalizada. Os relatos de Carolina Maria, indicam violência, falta de perspectiva, vontade de vencer e proporcionar aos filhos melhores oportunidades. Representa muitas mulheres negras.

Homens negros também são estigmatizados. Este quadro é reforçado pela falta de informação a respeito da cultura negra e indígena. Avancemos essa reflexão.

5.DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E DA MARGINALIZAÇÃO IMPOSTA E MANTIDA PELO ESTADO ÀS PESSOAS NEGRAS. DA EDUCAÇÃO QUE IGNORA A CONTRIBUIÇÃO NEGRA

Como dito, homens negros também são vítimas de estereótipos da sociedade. Lidos como perigosos, preguiçosos. Crenças inseridas no imaginário social, a partir de estudos com base biológica já cientificamente superados (SOUZA, 2021), e para justificar a criminalização por condutas decorrentes de práticas do próprio Estado – como a vadiagem (uma vez que não era oferecido ao negro emprego, mas era crime não ter trabalho). Atividades desportivas como a capoeira, e o samba, inerentes à cultura negra, eram também considerados como infrações penais, ciente e consciente o Estado, de quem praticava tais atividades.¹⁶

Lélia, de forma irônica, faz referência à Lei Áurea, como marco do complexo da harmonia interracial (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2020:38). Traz a questão do mito da democracia racial e da ideia equivocada, disseminada na sociedade, de que o racismo inexistia no Brasil, em decorrência da miscigenação (como se esta tivesse sido verificada, nos tempos de escravização, sem violência). Que a isonomia formal sustentada coloca o País como exemplo a ser seguido pelos países que tem a discriminação racial declarada.

¹⁶ Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. Vide Capítulo XIII – DOS VÁRIOS E CAPOEIRA. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 de janeiro de 2025.

Essa falácia retrata o brasileiro como alguém que resolve todas as tensões a ele impostas, de forma mansa e pacífica. E a dita democracia traz justificativa legal para manutenção, pelo grupo racial dominante, de sua indiferença e ignorância em relação ao grupo negro. O negro é colocado como único culpado de não ascender socialmente e não participar com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais. A falta de oportunidades não é levada em consideração.

Em textos de 1979 (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2020: 39), Lélia já destacava o quão essencial é a inclusão didática a respeito da história da África, suas culturas e civilizações, sobre as características de seu povo. A Lei de diretrizes e bases da educação nacional atualizada, que determina a inclusão da história da cultura afro-brasileira e indígena no conteúdo programático dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, ainda é observada de forma insuficiente. Falta fiscalização e penalidade pela inobservância. Como já mencionado na introdução, esse conteúdo deve ser disponibilizado até o infinito, com alcance dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e às turmas de formação continuada das diversas carreiras. A providência é necessária à construção de um novo olhar social.

Há descumprimento do obrigatório ensino acerca das inúmeras contribuições dos negros e negras à construção, à cultura do País. Não é mencionada a constante resistência do povo negro às condições subumanas a que foi submetido, desde os tempos da escravização até os dias atuais, em várias circunstâncias. Ao contrário, há reforço de forma conveniente, da ideia de democracia racial, do argumento da não necessidade de políticas públicas étnico-raciais. Há distorção de realidade, com a tentativa de indicar e classificar, como discriminação ao poder hegemônico dominante, as ações afirmativas que buscam diminuir o quadro de desigualdade racial.

Ainda sobre estereótipos, destaco a consideração mencionada por Lélia, de serem as crianças negras tidas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes. Sugestão de encaminhamento a postos de saúde mental para que psiquiatras e psicólogos as submetam a testes e tratamentos que as tornem ajustadas (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2020: 39). Receber esse rótulo desde a infância, se inexistente letramento racial dos pais e sem que haja de fato, no caso concreto, algum fator clínico a ser tratado, pode significar o desestímulo a uma brilhante história.

A partir da insatisfação e pressão do movimento social negro com os diversos episódios de discriminação racial, foi promulgada, em 1951, a Lei Afonso Arinos¹⁷, que contou com nove artigos apenas, e com descrição das condutas discriminatórias não como crimes, mas como contravenções penais (o que ratifica a não relevância do assunto para as autoridades da época e para muitos ainda hoje). Nova leva de injustiças foi observada, posto que a lei foi redigida de forma a inviabilizar a comprovação da conduta e consequentemente, não permitir a punição dos contraventores. Tipo de normativo legal que dá, mas não entrega. De acordo com a norma, a infração precisaria ocorrer no rol taxativo de locais descritos na lei, e restar demonstrada a intenção do agente em discriminar em razão da raça, quando por exemplo, impedia a entrada de pessoas negras, em clubes ou outros estabelecimentos. Desafiadora a comprovação do elemento subjetivo do tipo. Pacto narcísico da branquitude, com seu arranjo silente, mas que tudo diz, sempre presente. A norma legal que seria, em tese, para proteção das pessoas negras, acabava por ser razão de incriminá-las, como caluniadoras, uma vez que não conseguiam provar as alegações de prática das condutas ilícitas previstas na Lei.

Cabe ainda destacar as poucas informações relativas ao quesito cor nos censos de 1970 (que excluiu o quesito) e o de 1980 que fez menção apenas como amostra, sob o argumento de “dificuldades técnicas” (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2020: 49). A conveniência de não demonstrar informações precisas a respeito da população negra, posto que seria enfatizada sua dificultosa condição de vida, de miserabilidade e falta de amparo do Estado, o que ameaçaria o argumento de democracia e igualdade racial predominantes.

Importante reflexão é também cabível acerca da condição à época da escrita de Lélia e hoje ainda igualmente pertinente, da chamada “massa marginal crescente”, considerada a desigual inclusão de pessoas negras no processo de desenvolvimento do país e mesmo de sua consciente exclusão de oportunidades, com disponibilização fática, apenas de atividades subalternizadas, o que conduz à maior dificuldade de acesso e gozo dos direitos sociais constitucionalmente previstos (CRFB/1988 – Art. 6º).

¹⁷ Lei nº 1.390, de 03 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1390.htm. Acesso em 18 de janeiro de 2025.

Todo esse “desconhecer” da cultura negra ratifica o olhar preconceituoso sobre aquele(a) que diverge do hegemônico. As críticas à forma de expressão do povo negro corroboram esse entendimento. Vamos ao “pretuguês”.

6.DO PRETUGUÊS E DA EXCLUSÃO RACISTA

E o linguajar dos negros, das comunidades? Por que falam “Framengo”? As regiões mais periféricas, as favelas, não por acaso, têm a predominância de pessoas pretas e pardas em sua composição como já acima mencionado. E essas comunidades, sem estrutura ideal, em todos os sentidos, inclusive sanitários, surgem, principalmente do descaso do Estado em relação a essa parte da população, que alforriada sem qualquer incentivo, criminalizada simplesmente por ser negra, se vê reunida, reproduzindo sons e costumes ajustados à atualidade, mas vindos desde a época da escravização. Então, não é um falar errado, apenas porque diferente do padrão imposto e falado pelos europeus, tido como norma culta. Trata-se da adaptação da língua portuguesa com base na forma também correta de falar dos africanos. O pretuguês. A língua portuguesa dos pretos.

A fala, a postura dos negros(as), de forma estereotipada, é considerada “emocional”, sobretudo quando precisa se colocar para ter voz, para ser ouvida(o), trazer suas vivências para o contexto em que, usualmente, não é considerado em suas especificidades (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2020: 61). O contraponto racional seria o homem branco. As habilidades negras estariam limitadas às funcionalidades artísticas. Até hoje, a produção de conhecimento negra é colocada em dúvida. O racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão. O grupo excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria. Querem sempre falar por negras e negros. Caracterizam a pessoa negra excluída, de acordo com os interesses e valores racistas.

A contribuição de Lélia acerca do pretuguês, da linguagem das pessoas negras, e da constante infantilização praticada pelo poder hegemônico, conversa com a produção de Franz Fanon, em especial na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Em sua obra, entre outras análises contundentes, o autor enfatiza a relevância da linguagem. O quanto a própria existência da pessoa negra está relacionada à condição de falar, o que implica

mais que o domínio da língua, do idioma, mas sim a assunção de uma cultura, de uma civilização. Destaca haver duas versões de uma pessoa negra. Uma delas reflete a forma de agir perante pessoas brancas e outra com pessoas negras como ela. É também abordada a assimilação. Do passar a expressar o que o Ser (homem branco) quer ouvir, para alcance da potência necessária da linguagem, maior aproximação da humanidade.

O pretuguês, como forma de falar das pessoas negras, a partir da cultura afrodiaspórica, é inferiorizado e funciona como instrumento de dominação e exclusão, é argumento para manutenção da subalternidade e estereótipos fixados. Os relatos de Fanon, ao destacar a postura dos antilhanos ao voltarem à sua origem após a permanência nos locais tidos como cultos, diga-se, nos espaços frequentados por pessoas brancas, aponta a necessária consciência que permitirá a quem retorna à casa, após vivenciar conhecimentos em outros espaços, a não também considerar inadequados seus costumes locais. Traz ainda reflexão sobre como mesmo pessoas oprimidas são também opressoras a outras em condição de ainda maior vulnerabilidade. Outro fator relevante apresentado por Fanon, ainda relativo à linguagem, diz respeito à infantilização da pessoa negra, à forma diferenciada como são tratadas – com ou sem intenção de ofensa, mas com a caracterização de diferente (FANON, 2020:31).

Tanto Fanon (FANON, 2020: 125) quanto Lélia (RIOS, Flávia e LIMA, Márcia, 2020:75), abordam com propriedade a experiência vivida do negro, que abarca as diversas considerações já apresentadas no presente trabalho, com destaque à linguagem e à negação de sua humanidade, tanto no colonialismo, quanto no pós-colonial. Mostram o quanto o exercício do racismo pode ser verificado de forma direta ou por denegação, ambas as formas violentas, traumáticas. Lélia coloca a mulher negra no centro da questão, com ênfase à sua luta histórica, estruturalmente continuada, cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são ainda os avanços necessários, ainda que muito já se tenha percorrido. A relação educacional e de renda, por exemplo, ainda é desafiadora. Já ingressamos nas universidades, e não foi presente. Seguimos para maior expressividade nos programas de *pós-graduação strictu sensu*. No entanto, o incremento educacional negro ainda não é

acompanhado por um aumento proporcional de renda, e mesmo de ingresso em cargos de chefia e direção. E quanto à mulher negra, o que ainda se observa é que, por maior que seja seu preparo e nível de formação, ela é preterida.

No Brasil, tal qual já abordado nas reflexões aqui trazidas, temos o racismo por denegação. Há racismo, sem racistas. A conta não fecha. As ações do movimento negro, existentes desde sempre, em suas variadas vertentes, desde os quilombos, são responsáveis pela pressão necessária ao desenvolvimento das diversas políticas públicas étnico-raciais hoje vigentes e do letramento racial evolutivo que observamos nos tempos atuais.

Destacada a importante atuação de intelectuais negras e negros, como Lélia Gonzalez; Nilma Lino Gomes; Neusa Santos Sousa; Petronilha Gonçalves e Silva; Abdias do Nascimento; Dora Lúcia de Lima Bertulio; Thula Rafaela de Oliveira Pires e outras(os) tantos, atuantes em diversas frentes, mas que ainda não constam de forma regular, das indicações bibliográficas da Academia. Naturalizar a leitura, nos diversos campos das graduações, de autoras e autores negros(as) implicará em importante passo para mudança do estado das coisas. O silêncio com relação à discriminação racial vem sendo quebrado. O letramento racial, ainda que por si só não seja suficiente à solução do racismo, é determinante no reconhecimento dos abusos, desrespeitos e na postura a ser adotada por negros e negras em defesa de sua dignidade e direitos outros a que faz jus. Incentiva a buscar o ingresso em todos os espaços de poder e decisão, para estarmos não apenas representados, mas inseridos, pertencentes. Em “pretuguês”, se assim desejarmos, seremos ouvidas e ouvidos.

REFERÊNCIAS:

- BENTO, Cida. *O Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.
- BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html. Acesso em 13 de janeiro de 2026.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 13 de janeiro de 2026.

- BRASIL. *Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm).htm. Acesso em 11 de janeiro de 2026.

- BRASIL. *PARECER N.º: CNE/CP 003/2004*. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em 11 de janeiro de 2026.

- DIEESE. *Boletim Especial 8 de março – Dia da Mulher. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho*. DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Março – 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2026.

- DIEESE. *Boletim Especial 8 de março – Mulher chefia mais domicílio, mas segue com menos direitos e oportunidades no trabalho*. DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Março – 2025. Disponível em: [https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/mulheres2025](https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/mulheres2025.html).html. Acesso em 12 de janeiro de 2026.

- IBGE. *Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Agência IBGE Notícias, em 04 de março de 2021. Atualizado em 05 de março de 2021. Acesso em 28 de janeiro de 2025.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006.

- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*. São Paulo: Ática, 2019.

- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

- RIOS, Flávia e LIMA, Márcia. Organizadores. Lélia Gonzalez. *Por um feminismo afro-latino-americano. Ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro. Zahar, 2020.

- SANTOS, Helena Pontes dos. *Teto de Vidro, Piso Pegajoso e Síndrome da Abelha Rainha: Metáforas da “Economia Feminista” numa perspectiva feminista amefricana*. Exposição realizada no 1º Congresso da Advocacia Assalariada realizado na Ordem dos Advogados do Brasil, em São Paulo, no dia 07 de junho de 2023. DTcrítico Multiescalar.



Disponível em: <https://direitodotrabalhocritico.com/2023/07/09/teto-de-vidro-piso-pegajoso-e-sindrome-da-abelha-rainha-metaforas-da-economia-feminista-numa-perspectiva-feminista-amefricana/>. Acesso em 21 de janeiro de 2024.

- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugêncio brasileiro (1920-1930)*. *Rev. Bras. Hist.* 42 (89) • Jan-Apr 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TLsppHZdSyVtfKjZbRx9qXK/?format=html&lang=pt>. Acesso em 28 de janeiro de 2025.
- VAZ, Livia Sant'Anna e RAMOS, Chiara. *A Justiça é uma mulher negra*. Belo Horizonte, MG. Casa do Direito, 2021.

**A COLONIALIDADE DO SABER NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA:
EUROCENTRISMO, FREYRE E FERNANDES E A
DEPENDÊNCIA EPISTEMOLÓGICA**

**THE COLONIALITY OF KNOWLEDGE IN BRAZILIAN
SOCIOLOGY: EUROCENTRISM, FREYRE AND FERNANDES
AND EPISTEMOLOGICAL DEPENDENCE**

Heitor Claro da Silva

Professor do Instituto Federal de Roraima (IFRR) e mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Atua no Ensino Médio Técnico Integrado e no Ensino superior, nos cursos Tecnológico em Saneamento Ambiental, Tecnológico em Gestão Hospitalar, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Educação Física. É coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Campus Boa Vista, onde também leciona. Integra o grupo de pesquisa em Ciência Política IpeInformação Pública e Eleições, da UnB, no subgrupo de Teoria do Domínio e Cultura Política. Tem produzido pesquisas sobre territorialidades, movimentos sociais, religiosidade, comportamento de corpo civil, adaptabilidade e luta política por moradia.

RESUMO

Este artigo analisa a manifestação da colonialidade do saber e das estruturas epistemológicas eurocêntricas na sociologia brasileira, tomando como estudo de caso as obras de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. Parte-se do conceito de *colonialidade do poder* de Aníbal Quijano para investigar como, mesmo em projetos intelectuais antagônicos, o diálogo com o cânone sociológico europeu comporta tanto elementos de subalternidade epistemológica quanto apropriações criativas e subversões ao contexto brasileiro. O objetivo geral é examinar criticamente se esses usos constituem meramente dependência ou se revelam também estratégias autônomas de construção teórica. A metodologia consiste em análise bibliográfica e discussão teórica, confrontando as obras dos sociólogos com o quadro conceitual decolonial. Conclui-se que a sociologia brasileira criou espaços de tensão que desafiam e ressignificam as teorias do Norte Global; porém, a atual *economia do prestígio* acadêmico perpetua estruturas de validação desigual.

PALAVRAS-CHAVE

Colonialidade do Saber; Eurocentrismo; Sociologia Brasileira; Gilberto Freyre; Florestan Fernandes.

ABSTRACT

This article analyzes the manifestation of the colonality of knowledge and Eurocentric epistemological structures in Brazilian sociology, using the works of Gilberto Freyre and Florestan Fernandes as a case study. It starts from Aníbal Quijano's concept of *coloniality of power* to investigate how, even in antagonistic intellectual projects, the dialogue with the European sociological canon entails both elements of epistemological subalternity and creative appropriations and subversions to the Brazilian context. The objective is to critically examine whether these uses merely constitute dependence or also reveal autonomous strategies of theoretical construction. The methodology consists of bibliographic analysis and theoretical discussion, confronting the sociologists' works with the decolonial conceptual framework. It is concluded that Brazilian sociology created spaces of tension that challenge and resignify Global North theories; however, the current academic *prestige economy* perpetuates structures of unequal validation.

KEYWORDS

Coloniality of Knowledge; Eurocentrism; Brazilian Sociology; Gilberto Freyre; Florestan Fernandes.

A COLONIALIDADE DO SABER NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA: EUROCENTRISMO, FREYRE E FERNANDES E A DEPENDÊNCIA EPISTEMOLÓGICA

INTRODUÇÃO

A formação das Ciências Sociais no Brasil é indissociável do processo histórico mais amplo da colonialidade. Como definiu Aníbal Quijano (2005), a colonialidade é a face perpetuada do colonialismo, uma matriz de poder que sobrevive à independência formal das nações e que se funda na hierarquização racial e na subalternização de saberes não europeus. Um de seus pilares centrais é a *colonialidade do saber*, que estabelece a razão ocidental como o único modelo válido de conhecimento, relegando outros modos de conhecer à condição de folclore, crença ou superstição.

Este artigo investiga como estruturas de poder epistemológico se manifestaram na obra de dois dos mais célebres sociólogos brasileiros: Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. A despeito de suas abordagens radicalmente distintas sobre a formação nacional e as relações raciais, ambos os autores dialogaram intensamente com paradigmas teóricos europeus. A questão central é se esse diálogo configura meramente dependência ou se, de maneira mais matizada, envolve apropriações autônomas, subversões epistêmicas e acomodações criativas dessas teorias ao contexto específico brasileiro. A análise proposta vai além do conteúdo de suas ideias, estendendo-se às práticas acadêmicas que regulam validação do conhecimento, como a citação de autoridades, a busca por publicação em revistas do Norte global, e as pressões institucionais que moldam escolhas teóricas. Essa dinâmica também reflete desigualdades de poder duráveis, mas que merecem análise mais nuançada do que a simples condenação como *dependência*.

Para tanto, o artigo está estruturado em três partes principais. Primeiro, analisa-se a obra de Gilberto Freyre, destacando a dialética entre a inovação da temática local e o arcabouço teórico e referencial eurocêntrico. Em seguida, examina-se o projeto sociológico de Florestan Fernandes, que, em sua busca por um rigor científico, adotou modelos teóricos europeus para criticar a sociedade brasileira. Por fim, discute-se como a dinâmica contemporânea de validação acadêmica, centrada na publicação em periódicos

de alto fator de impacto (majoritariamente europeus e norte-americanos), constitui uma moderna expressão dessa mesma colonialidade do saber.

1. GILBERTO FREYRE: A INVENÇÃO DO TRÓPICO SOB A ÉGIDE EUROPEIA

Gilberto Freyre é, paradoxalmente, um dos maiores exemplos dessa ambivalência na sociologia brasileira. Fundador de uma tradição interpretativa que marcaria profundamente as Ciências Sociais no Brasil, sua obra *Casa-Grande & Senzala* (1933) representou uma genuína reviravolta nas interpretações sobre o Brasil ao elevar a miscigenação e a herança afro-indígena a elementos constitutivos e positivos da formação nacional, em direto combate às correntes racistas científicas dominantes na época. Essa inovação temática foi revolucionária para seu tempo, abrindo espaço para a valorização das culturas não-europeias na narrativa nacional.

No entanto, essa mesma inovação se viu embalada e legitimada por um denso aparato erudito de referências europeias, revelando uma tensão central: embora Freyre interviesse criticamente contra o racismo científico europeu, ainda assim buscava validação epistemológica através das mesmas estruturas de autoridade intelectual que pretendia questionar (PALLARES-BURKE, 2005).

A relação com as citações em Freyre revela camadas complexas dessa negociação epistemológica. Seu texto constrói uma densa teia de referências que vai de Nietzsche a Spencer, dos romancistas ingleses aos historiadores portugueses, funcionando como um mecanismo duplo: simultaneamente legitimação intelectual e construção de autoridade. Conforme análise de Pallares-Burke (2005), Freyre estava engajado em um processo de tradução cultural dessas teorias, apropriando-se criticamente de conceitos para interpretá-los através de perspectiva única.

Por exemplo, sua apropriação de Franz Boas não foi meramente reprodução: enquanto Boas rejeitava o racismo científico em escala universal, Freyre o instrumentalizava para pensar especificamente a miscigenação tropical como experiência singular brasileira. No entanto, simultaneamente, o olhar estrangeiro — a citação do cânone europeu — opera como carimbo de qualidade intelectual, validando perante público internacional aquilo que poderia ser visto como meramente local.

Essa operação epistemológica tem custo: Freyre, conforme crítica posterior de Giucci (2007), romantiza relações de domínio racial ao enquadrá-las através de vocabulário eurocêntrico de *encontro cultural* e *harmonia*, minimizando a violência constitutiva da escravidão e da subalternização. Assim, sua subversão da hierarquia racial europeia ocorre paradoxalmente reforçando outra hierarquia: a do conhecimento legítimo como aquele que vem referendado pelo cânone europeu.

Sua formação sob Franz Boas nos Estados Unidos, um dos centros hegemônicos do saber antropológico, também o situa nesse circuito de dependência. Apesar de Boas ser um crítico do racismo científico, sua antropologia representava a ciência institucionalizada do centro. Freyre, assim, buscou sintetizar um olhar aparentemente localista com um método e um repertório legitimados pelo mundo acadêmico anglo-eurocêntrico. O resultado foi uma obra que, ao mesmo tempo que descolonizava o imaginário racial, reafirmava a hierarquia epistemológica, pois a verdade sobre o Brasil precisava ser consagrada por um método e por citações que vinham de fora (ALMEIDA, 2019).

Ademais, é importante ressaltar a forma como Freyre minimizava em sua obra a escravidão e as relações da Casa Grande com a Senzala. O vocabulário freyreano transforma relações de violência e dominação em dinâmicas aparentemente consensuais e afetivas. Em passagem emblemática, Freyre (2003) descreve o que chama de zonas de confraternização entre vencedores e vencidos:

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas o de pessoas de casa (FREYRE, 2003:396).

Nessa formulação, mulheres afastadas de seus filhos, submetidas a trabalho forçado e a violência sexual, são apresentadas como amas de leite e primeiras amantes, de modo que a coerção se torna condicionamento negociado. A escravidão é, assim, linguisticamente dissolvida em intimidade doméstica (ALMEIDA, 2019).

A operação epistemológica de Freyre criou, assim, um paradigma duradouro na sociologia brasileira: a ideia de que interpretar o Brasil exigia, necessariamente, mobilizar conceitos e referências do cânone europeu. Seu êxito editorial e acadêmico assegurou que gerações seguintes reproduzissem o mesmo padrão, crendo que a legitimidade de suas

descobertas dependia de serem enquadradas em tradições teóricas estrangeiras. A ambivalência de seu projeto — genuinamente inovador no conteúdo, mas estruturalmente dependente na forma — ilustra a profundidade dos padrões epistemológicos coloniais: mesmo quando o objeto de estudo é radicalmente local, a linguagem de análise precisa vir de fora para ser reconhecida como conhecimento. É essa herança que marca a sociologia brasileira desde sua fundação e que se estende, como veremos, ao projeto de Florestan Fernandes, ainda que por caminhos distintos.

2. FLORESTAN FERNANDES: A CIÊNCIA EUROPEIA COMO FERRAMENTA DE CRÍTICA DA PERIFERIA

Se em Freyre o eurocentrismo está disperso no método e no repertório erudito, refletindo sua origem social de elite colonial, em Florestan Fernandes ele se cristaliza no projeto de uma sociologia científica nos moldes europeus e norte-americanos (MICELI, 2001). Como fundador da Escola Sociológica Paulista e arquiteto da profissionalização da sociologia no Brasil, Florestan foi figura absolutamente central para a institucionalização das Ciências Sociais brasileiras (ARRUDA, 1995).

Seu rigor metodológico e seu compromisso com a crítica social marcaram gerações de pesquisadores. Porém, sua própria epistemologia pressupunha que o desenvolvimento, a modernidade e as formas de democracia liberal eram paradigmas a alcançar, fixos e universais. Desse modo, Florestan via no arcabouço teórico weberiano e marxista europeu o instrumental capaz de superar o que conceituava como *atraso* intelectual e social no Brasil. Suas categorias analíticas, importadas de centros hegemônicos, estruturavam uma compreensão das relações sociais pré-modernas brasileiras em contraste com a modernidade europeia como horizonte a ser atingido (BOMFIM, 2016).

Em sua obra magna, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964), Florestan desmonta o mito da democracia racial freyreana através de pesquisa empírica rigorosa. Ele argumenta que a abolição não produziu integração, mas inserção precária de negros em sociedade de classes já estruturalmente desigual. Nesse gesto, Florestan executava crítica radical ao *establishment* intelectual brasileiro.

No entanto, conforme análise de Miceli (2001) e Arruda (1995), as próprias categorias que Florestan mobiliza — *capitalismo*, *luta de classes*, *racismo* — são importadas do cânone marxista e weberiano europeu. Sua crítica é ferrenha, mas o instrumental teórico dessa crítica é estrangeiro. Um exemplo específico: quando Florestan analisa o padrão de integração brasileiro, pressupõe implicitamente que a modernidade capitalista europeia é o horizonte a ser atingido; ele não questiona se essa moldura conceitual é adequada para pensar a experiência afro-brasileira.

Assim, seu paradoxo é inverso ao de Freyre: enquanto Freyre criava inovação temática sob legitimação europeia, Florestan operava com rigor crítico europeu para questionar mitos brasileiros, mas permanecia preso à epistemologia que estruturava essas categorias. Conforme demonstra Bomfim (2016), mesmo quando Florestan propõe *revolução democrática* como caminho, essa revolução tem modelo europeu e norte-americano, não emergindo de processos históricos e resistências negras brasileiras.

Florestan acreditava que a modernização capitalista, seguindo um modelo europeu, levaria à superação do preconceito através da luta de classes (SANTOS, 2017). Seu eurocentrismo não era celebratório, como em parte da obra de Freyre, mas projetivo: a Europa representava o futuro possível e desejável para o Brasil, um futuro de modernidade capitalista e de cidadania onde as barreiras raciais seriam suplantadas pela luta de classes. Ou ainda, pelo desenvolvimento e modernidade do tipo capitalista autônomo e avançado, do tipo europeu.

Essa perspectiva fica explícita quando Florestan, ao diagnosticar o dilema racial brasileiro, toma como parâmetro normativo a sociedade de classes capitalista de modelo europeu:

Enquanto tal dilema subsistisse, mesmo o padrão de democracia inerente à sociedade de classe numa economia capitalista seria impraticável. Ocorria uma perversão insidiosa do regime, que trazia consigo riscos potenciais para a diferenciação e o equilíbrio da ordem social competitiva (FERNANDES, 2008, cap. I).

A formulação revela o pressuposto central: o horizonte emancipatório é o da ordem social competitiva – categoria fundada na experiência europeia de modernização capitalista. O racismo aparece como obstáculo à plena realização desse modelo, não como produto de uma estrutura colonial própria que demandaria categorias endógenas para ser compreendida.

Ao enquadrar a questão racial exclusivamente pela lógica da integração de classes, Florestan tornava invisíveis formas de organização social que não se ajustavam às categorias europeias. Comunidades negras haviam desenvolvido redes próprias de solidariedade, auxílio mútuo e resistência cultural que existiam fora da lógica da luta de classes ou da integração capitalista. Terreiros, irmandades, quilombos urbanos e movimentos culturais constituíam espaços de produção de saber e de sociabilidade que o aparato teórico florestaniano não lograva captar em toda a sua complexidade, justamente porque o instrumental analítico disponível havia sido forjado para compreender processos históricos europeus. Essas formas de organização não eram resíduos de um passado pré-moderno, mas respostas criativas e contemporâneas à exclusão estrutural. Dessa forma, a experiência vivida das populações de origem africana era filtrada por categorias que pressupunham trajetórias históricas europeias como único quadro inteligível para a compreensão da mudança social, reproduzindo, no plano teórico, o apagamento epistemológico que Florestan buscava combater no plano político.

Este projeto modernizante, portanto, mesmo em sua vertente crítica, permanecia cativo de uma epistemologia que situava a Europa no topo de um processo histórico linear e universal, do qual o Brasil era uma versão tardia e desviante. Terminologias como *desenvolvimento tardio* e *modernização retardatária*, entre outras, fizeram parte de uma geração inteira de sociólogos brasileiros e latino-americanos. Era a busca de uma sociedade europeia nos trópicos. O debate não ocorria a partir das relações locais para com as situações particulares, nem muito menos dos povos nativos e dos aqui abrigados, à luz do escravismo ou do trabalho livre, mas sim, sobretudo, dos colonos nostálgicos de um mundo que nunca foi deles.

3. A DEPENDÊNCIA EPISTEMOLÓGICA E A ECONOMIA DO PRESTÍGIO ACADÊMICO

A colonialidade do saber não se restringe ao conteúdo dos textos, mas se materializa nas práticas acadêmicas que regulam o prestígio e a circulação do conhecimento. A pressão contemporânea por publicação em revistas de alto impacto, majoritariamente localizadas no eixo Europa-EUA, é a face moderna dessa dependência. Publicar em revistas europeias ou norte-americanas, citar autores estadunidenses ou europeus, ou ainda enfrentar a dificuldade de criar alternativas de publicação endógena

— seja sobre problemas locais, seja em anais próprios para o público interno — são expressões cotidianas dessa colonialidade.

Essa estrutura é reforçada por políticas de financiamento e avaliação que privilegiam publicações indexadas em bases do Norte Global. No Brasil, agências como CAPES e CNPq, ao exigirem publicações em revistas com alto fator de impacto, majoritariamente controladas por editoras comerciais que cobram acesso, canalizam pesquisadores para circuitos hegemônicos. Internacionalmente, agências financiadoras como o *European Research Council* (ERC) e a *National Science Foundation* (NSF) adotam critérios semelhantes, criando um sistema global que premia conformidade ao cânone europeu e norte-americano.

No entanto, resistências vêm se organizando. Movimentos de acesso aberto como o SciELO, projeto latino-americano que democratiza a publicação científica da região, e o *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), que cataloga mais de 17 mil periódicos abertos, representam tentativas de dismantelar essa estrutura. O *Plan S*, iniciativa europeia que exige que pesquisa financiada publicamente seja de acesso aberto, também questiona o modelo comercial. Paralelamente, o Manifesto de Leiden (2015) critica a obsessão por métricas de impacto e propõe avaliação mais qualitativa e contextualizada da pesquisa. Esses movimentos, ainda que incipientes, sinalizam possibilidades de futuros alternativos onde o conhecimento circule de forma menos hierarquizada.

Autores brasileiros, em uma espécie de condicionamento social que ocorre por vários meios, para obterem reconhecimento e ascenderem na carreira, são incentivados a construir produção científica alinhada a agendas teóricas, epistemológicas e temáticas de grandes periódicos internacionais ou de centros europeus e norte-americanos de pesquisa e difusão científica. São igualmente incentivados a citar autores do pensamento anglicista e europeu, epistemologias do centro hegemônico, criando um ciclo de referencialidade focada no Norte Global que marginaliza pensadores periféricos.

A questão linguística é igualmente relevante. Mesmo as colonizações que buscaram apagar as línguas locais impuseram o inglês para além das línguas europeias postas durante os ciclos coloniais. Escrever em português e discutir problemas de relevância estritamente local pode parecer provinciano diante de temas euroatlânticos

redigidos em inglês. A hegemonia do inglês como língua acadêmica não é neutra: ela determina quais conceitos circulam globalmente e quais permanecem confinados a audiências locais. Um artigo sobre quilombos ou sobre relações raciais na periferia de São Paulo, redigido em português, dificilmente alcançará o mesmo prestígio que um texto em inglês sobre segregação racial nos Estados Unidos, ainda que ambos tratem de fenômenos análogos. A língua funciona, portanto, como mais um mecanismo de hierarquização epistemológica, ao lado dos índices de impacto e dos critérios de revisão por pares.

Essa dinâmica cria o que Boaventura de Sousa Santos (2018) chama de *ecologia dos saberes*, onde saberes não hegemônicos são sistematicamente suprimidos, diminuídos e legados a realidades locais, provincianizados. A *economia do prestígio* acadêmico funciona como um sistema de validação que perpetua a hierarquia colonial: o centro produz a teoria universal, e a periferia fornece os dados e os estudos de caso que testam e aplicam essas teorias oriundas do Norte Global.

A busca por publicação em revistas do Norte Global não é um simples imperativo de qualidade; é uma relação de prestígio na hierarquia das relações de sociabilidade acadêmica. Trata-se de um rito de passagem que reforça a subalternidade epistemológica da produção científica da periferia. O pesquisador brasileiro, ao buscar o selo de qualidade da *review* estrangeira, está reproduzindo, no plano institucional, o mesmo gesto de Freyre e Florestan: a necessidade de ser avalizado pela metrópole para ser ouvido, mesmo quando o assunto é sua própria realidade (GOMES, 2021). Ser avalizado é ter prestígio, é produzir para quem poderia reconhecer a sua metodologia e o seu objeto de análise: o exótico periférico.

Santos identifica nessa hierarquia acadêmica a operação continuada do que denomina pensamento abissal, cujo funcionamento depende de pressupostos epistemológicos naturalizados como universais:

Tal como no caso das epistemologias do Sul, não existe uma epistemologia do Norte única – existem várias, embora alguns dos seus pressupostos básicos sejam, regra geral, os mesmos: prioridade absoluta dada à ciência como conhecimento rigoroso; rigor, entendido como determinação; universalismo, entendido como sendo uma especificidade da modernidade ocidental; verdade, entendida como a representação do real; uma distinção entre sujeito e objeto, o que conhece e o que é conhecido (SANTOS, 2018:24).

São precisamente esses pressupostos que estruturam os critérios de avaliação por pares nas revistas do Norte Global, determinando o que conta como rigor, como contribuição teórica e como conhecimento válido. O pesquisador brasileiro que submete seu trabalho a esse circuito aceita, implicitamente, que os parâmetros de validação sejam definidos por uma epistemologia que se apresenta como neutra, mas que opera segundo a lógica da linha abissal: do lado de cá, o conhecimento reconhecido; do lado de lá, o saber periférico à espera de chancela.

Essa lógica produz efeitos concretos sobre as trajetórias acadêmicas no Brasil. Jovens pesquisadores aprendem, desde a pós-graduação, que o reconhecimento profissional depende de publicar em periódicos internacionais indexados, citar majoritariamente autores do Norte Global e formular seus problemas de pesquisa nos termos aceitos por esse circuito. O resultado é uma produção intelectual que frequentemente traduz realidades brasileiras em categorias alheias, não por escolha deliberada, mas por uma socialização acadêmica que naturaliza essa hierarquia como sinônimo de excelência. A consequência mais profunda desse processo não é apenas a invisibilização de pensadores periféricos nas bibliografias, mas a conformação das próprias perguntas de pesquisa: questões que não se enquadram nos debates correntes das revistas do Norte simplesmente deixam de ser formuladas, porque não encontram espaço institucional para existir. Dessa forma, a colonialidade do saber opera não apenas como filtro de validação, mas como mecanismo de produção do silêncio epistemológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das obras de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, à luz da colonialidade do saber, revela que a sociologia brasileira, desde a sua fundação, luta para encontrar uma voz autônoma em um campo intelectual global dominado por paradigmas eurocêntricos. Freyre buscou uma originalidade temática, mas a recobriu com a autoridade da erudição europeia, perpetuando um matiz colonial de poder. Florestan adotou a teoria europeia como ferramenta de crítica social, mas o fez dentro de um projeto de modernização que tomava a Europa como modelo — e essa modernidade é, em si mesma, uma categoria importada.

A sociedade contemporânea herdou esse dilema, transformando-o em uma prática sistêmica de validação do conhecimento que privilegia o circuito acadêmico do Norte Global. A descolonização epistemológica, portanto, não implica a rejeição pura e simples de toda a teoria produzida na Europa ou na América do Norte. Mais profundamente, ela exige questionarmos o que significaria uma epistemologia independente desses eixos. Talvez a questão não seja alcançar independência absoluta, mas desenvolver autonomia reflexiva: a capacidade de dialogar criticamente com o cânone, de traduzi-lo através de lentes próprias, de reconhecer que não há conhecimento completamente livre de influências externas.

Autonomia reflexiva significa, nesse contexto, reconhecer que o uso de categorias como classe, modernização ou democracia não precisa ser descartado, mas precisa ser submetido a interrogação permanente sobre seus limites quando aplicado a realidades forjadas pela experiência colonial. Significa, também, que a sociologia brasileira pode e deve produzir conceitos próprios a partir de sua experiência histórica particular — não como gesto de isolamento intelectual, mas como contribuição legítima ao pensamento social global. O desafio, portanto, não é apenas epistemológico: é institucional. Envolve transformar as práticas de avaliação acadêmica, valorizar publicações em português e em outras línguas do Sul, fomentar circuitos de circulação do conhecimento que não reproduzam a assimetria centro-periferia, e reconhecer que pensar desde a periferia é uma posição epistêmica, não uma deficiência a ser corrigida.

Uma descolonização epistemológica efetiva buscaria, assim, não o isolamento, mas uma construção teórica enraizada nas necessidades, saberes e territorialidades locais, que dialogue com referências globais sem se subalternizar diante delas. Somente ao enfrentar essas estruturas profundas de poder-saber, tanto em sua dimensão epistemológica quanto em suas estruturas materiais, a sociologia brasileira poderá não apenas interpretar o Brasil com mais fidelidade, mas também contribuir de forma verdadeiramente simétrica para as ciências sociais mundiais. Assim, as necessidades locais, as epistemologias nativas, indígenas e as epistemologias negras amefricanas poderiam ser um contributo para um desenvolvimento de novo tipo, pensado desde as urgências de quem vive no Brasil e dela depende, não como aplicação de modelos externos, mas como criação original enraizada em territorialidades e saberes próprios. O

caminho para essa autonomia não está no futuro: ele se constrói em cada escolha teórica, em cada citação bibliográfica, em cada decisão sobre em que língua e para que público se escreve. Reconhecer a colonialidade que nos atravessa é o primeiro passo para superá-la.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra. *Gilberto Freyre: entre o genial e o genérico*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ARRUDA, Maria Arminda do. *A Modernidade Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- BOMFIM, Ana Paula. *Florestan Fernandes e as Ciências Sociais: Engajamento, Fidelidade e Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: no limiar de uma nova era*. v. 2. São Paulo: Globo, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2003 [1933].
- GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do Maravilhoso: O Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Tiago. *A Circulação Internacional do Pensamento Social Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.
- MANIFESTO DE LEIDEN. *Measuring Science for Policy and Research Evaluation*. Leiden: Centro de Estudos em Ciência e Tecnologia, 2015.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: Um Vitoriano nos Trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- PLAN S. *Accelerating the transition to full and immediate Open Access to Scientific Publications*. European Research Council, 2018.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.



- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fim do Império Cognitivo: A Afirmação das Epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SANTOS, Renato. *Florestan Fernandes e o Projeto Democrático no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- SCIELO. *Scientific Electronic Library Online*. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 2025.



**RACISMO ALGORÍTMICO E SAÚDE MENTAL: BREVES
REFLEXÕES SOBRE O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE SUJEITOS
ACOMETIDOS PELA DISCRIMINAÇÃO RACIAL-
ALGORITMICA**

**ALGORITHMIC RACISM AND MENTAL HEALTH: BRIEF
REFLECTIONS ON THE PSYCHIC SUFFERING OF
INDIVIDUALS AFFECTED BY RACIAL-ALGORITHMIC
DISCRIMINATION**

Daniel Rocha Monteiro

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente compõe a equipe de pesquisa do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Infância Adolescência e Juventude (NIAJ). O e-mail de contato é: d.rocha0859@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo discute possíveis interseções entre saúde mental, questões étnico-raciais e tecnologia. O racismo, como um sistema global que preza pela hierarquização e discriminação de um indivíduo ou grupo social, passa a exercer grande influência em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na tecnologia. Assim, algoritmos, por meio de treinamentos com dados enviesados, intensificam opressões já existentes no mundo e promovem, dentre tantas coisas, a construção de um imaginário negativo sobre o negro solapando sua identidade e danificando sua autoestima. Nesse sentido, apesar de ser um assunto pouco explorado pelos pesquisadores, essa discussão visa analisar o impacto das constantes violências do racismo algorítmico na subjetividade do indivíduo e no seu sofrimento psíquico, a fim de servir de base para futuras pesquisas sobre o assunto e, sobretudo, conscientizar acerca da problemática atual vivenciada pela população negra. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho bibliográfico explorando autores como Silva (2019, 2020), Fanon (2008) e Bento (2022).

PALAVRAS-CHAVE

Sofrimento Psíquico; Racismo Algorítmico; Inteligência Artificial; Psicologia.

ABSTRACT

This article discusses possible intersections between mental health, ethnic-racial issues, and technology. Racism, as a global system based on the hierarchy and discrimination of individuals or social groups, exerts a significant influence in all spheres of society — including technology. Algorithms, trained on biased data, end up intensifying existing forms of oppression and contributing, among other things, to the construction of a negative imaginary about black people, undermining their identity and damaging their self-esteem. In this sense, although still little explored by researchers, this discussion aims to analyze the impact of the continuous violence of algorithmic racism on individuals' subjectivity and their psychic suffering, with the goal of serving as a basis for future research and, above all, raising awareness about the current challenges faced by the Black population. To this end, a qualitative bibliographic research approach was adopted, drawing on authors such as Silva (2019, 2020), Fanon (2008), and Bento (2022).

KEYWORDS

Psychic Suffering; Algorithmic Racism; Artificial Intelligence; Psychology.

RACISMO ALGORÍTMICO E SAÚDE MENTAL: BREVES REFLEXÕES SOBRE O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE SUJEITOS ACOMETIDOS PELA DISCRIMINAÇÃO RACIAL-ALGORITMICA

Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência. O pecado é preto como a virtude é branca. Todos estes brancos reunidos, revólver nas mãos, não podem estar errados. Eu sou culpado. Não sei de quê, mas sinto que sou um miserável (Fanon, 2008:125).

INTRODUÇÃO

O racismo é um processo que tem como base a hierarquização, exclusão e discriminação de um indivíduo ou grupo social que é definido como diferente com base em características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas (SANTOS, 2018). É um fenômeno histórico complexo e multifacetado, que se manifesta globalmente por meio de múltiplas significações sociais negativas, responsáveis por mutilar a cultura, a religiosidade, a tradição e a identidade da população negra, em uma tentativa de afirmar a branquitude como signo de superioridade frente ao grupo racial negro (COSTA; SANTOS, 2023). Trata-se de uma noção racial discriminatória enraizada na escravidão, colonização e na agressão física e simbólica, que, por meio de mecanismos de desumanização, silenciamento e negligência, impôs uma negação radical do ser e do fazer da população negra.

Decorrente da brutal rejeição do Outro instituída a partir da lógica colonial-escravista, os negros foram reduzidos à condição de "coisa", destituídos de qualquer atributo próprio da humanidade por não corresponderem às características instituídas e valorizadas pela branquitude (SANTOS, 2018). Em síntese, ao demarcar a existência humana como sinônimo de brancura, essa violência discriminatória estabelece um núcleo totalizante e autoritário, no qual todas as demais dimensões da humanidade são constituídas e dotadas de significado a partir do cerne da brancura (CARNEIRO; SILVA, 2023). À medida que estes atributos são hierarquizados conforme a sua proximidade ou distância desse ideal determinado pela branquitude, a lógica racializante impõe e condena o negativo dessa cultura racista — o indivíduo negro — a lidar com marcas psíquicas traumáticas oriundas dessa violência constante contra sua própria subjetividade e existência, como sentimentos de inferioridade, baixa autoestima, insegurança, entre outros (Carneiro; Silva, 2023). Fanon (2008) exemplifica esta tese ao dizer:

O preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores, e depois o amargo ressentimento daqueles que foram oprimidos e freqüentemente [sic] injuriados. Como a cor é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério através do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais. As raças de pele clara terminaram desprezando as raças de pele escura e estas se recusam a continuar aceitando a condição modesta que lhes pretendem impor. Eu havia lido corretamente. Era a raiva; eu era odiado, detestado, desprezado, não pelo vizinho da frente ou pelo primo materno, mas por toda uma raça (FANON, 2008:110).

No centro desse problema social-político: o racismo; é necessário analisar esse fenômeno afastados de uma concepção de ação desviante, ou seja, trata-se de tomar a discriminação racial não como uma atitude estranha em uma norma social não-racista, mas, ao contrário, como um sistema sociopolítico global, no qual orienta modos de perceber, agir, interagir e pensar, inclusive no campo das produções tecnológicas da engenharia da computação, a fim de estabelecer e perpetuar o privilégio do grupo racial branco às custas da população negra (CFP, 2017).

A ascensão da internet trouxe uma nova problemática às discussões acerca dos sistemas algorítmicos e sua mediação com nossas experiências online (ARAÚJO; SILVA, 2020). Nesse contexto, os algoritmos podem ser compreendidos como uma sequência finita e precisam de instruções que, quando implementadas em sistemas computacionais, visam solucionar problemas, processar dados e automatizar tarefas em tempo limitado (KAUFMAN, 2018). Através da utilização dessa tecnologia digital no cotidiano, passamos a estar, cada vez mais, em relação com as técnicas algorítmicas, nas quais não apenas possibilitam ou facilitam determinadas práticas, mas ativamente moldam as dinâmicas sociais que dependem deles, transformando e condicionando conteúdo, relações, entendimentos etc (ARAÚJO; SILVA, 2020).

Nesse contexto de intensa relação indivíduo-algoritmo, os sistemas algorítmicos passam a receber a possibilidade de tomar decisões por nós e sobre nós com frequências cada vez maiores a fim de prever e controlar os comportamentos dos usuários, tanto na esfera individual quanto coletiva. No âmbito das redes sociais, os sistemas algorítmicos do *Feed* de Notícias do *Facebook* influenciam diretamente o modo como os conteúdos circulam na plataforma e como temos acesso às informações ali presentes. De forma semelhante, "acessamos sistemas inteligentes para programar o itinerário com o *Waze*,

pesquisar no *Google* e receber do *Spotify* recomendações de músicas" (Kaufman, 2018:28, grifo nosso). Assim, seja nas atividades descritas acima quanto em outras práticas — como, por exemplo, na análise de currículos para a seleção de candidatos a um emprego (ARAÚJO, 2024) — estamos constantemente em contato com informações e decisões mediadas por classificações algorítmicas que buscam antecipar e controlar a atividade e os interesses dos usuários das plataformas digitais (ARAÚJO; SILVA, 2020).

Os algoritmos, por meio da utilização de uma série de inferências a partir de uma ampla rede de dados, aprendem e se adaptam, estabelecendo suas próprias regras de processamento, isto é, as formas pelas quais operam em determinadas situações (KAUFMAN, 2018). A eficácia desses sistemas é, portanto, diretamente influenciada pela qualidade, diversidade e volume dos dados de treinamento utilizados para servir de insumo para as inferências feitas pelas ferramentas algorítmicas (ARANTES; OLIVEIRA, 2024). Dessa forma, a generalização proposta por esse método de aprendizado pode revelar-se inadequada ou distorcida em relação à realidade empírica, reproduzindo determinados dispositivos de negligência e opressão que já estruturam a sociedade (Silva, 2019).

Nessa via, o racismo algorítmico é um fenômeno multifacetado caracterizado pela vulnerabilidade que os algoritmos apresentam em relação a seus dados de treinamento (ARAÚJO; SILVA, 2020). Embora se fundamente na linguagem matemática, essa ferramenta técnica não é absolutamente neutra, de modo que, caso os dados históricos utilizados para treinar e "alimentar" os modelos algorítmicos contenham preconceitos e estereótipos raciais, estes podem ser assimilados e replicados pelos algoritmos (ARANTES; OLIVEIRA, 2024). Por exemplo, se os dados de treinamento de um sistema de reconhecimento facial são majoritariamente compostos por imagens de indivíduos pertencentes a uma única etnia, o algoritmo tende a apresentar menor precisão na identificação de rostos de outras etnias (Arantes; Oliveira, 2024), constituindo vieses que podem produzir efeitos discriminatórios. Em relação ao perigo da introjeção de valores raciais preconceituosos nesse sistema técnico, Araújo e Silva (2020) destacam que:

Esses sistemas, com todos os vieses de suas condições de produção, estão atuando como potentes agentes de tomada de decisão sobre temas

socialmente sensíveis, nos quais desigualdades históricas, como o racismo, costumam se manifestar de forma contumaz, como no julgamento de crédito (O'NEIL, 2016), no cálculo de quem tem mais chance de reincidir (ANGWIN; LARSON; MATTU; KIRCHNER, 2016) ou, mais cotidianamente, ao definir o que deve ser o resultado da busca sobre o que é um “cabelo bonito” (NOBLE, 2018, tradução nossa) (ARAÚJO; SILVA, 2020:11).

Nesse sentido, o racismo algorítmico não é uma questão de programação ou engenharia. Mais do que entender as linhas de código por detrás das telas, devemos saber quais são as relações de poder, que por meio de uma série de recursos automatizados como recomendação de conteúdo, reconhecimento facial e processamento de imagens, reproduzem e amplificam uma hierarquia racial, na qual trabalha, dentre tantas coisas, rumo à construção e manutenção de um imaginário social que prega, por exemplo, a inferioridade intelectual e cultural da população negra.

Portanto, diante da escassez de material teórico que articulem o racismo algorítmico e seu impacto na saúde mental, este artigo pretende analisar como as práticas algorítmicas racialmente enviesadas podem impactar nas subjetividades negras, contribuindo para o seu sofrimento psíquico. Em última instância, estas reflexões têm como objetivo abrir a caixa preta que circunda o campo do racismo algorítmico, em outras palavras, analisar a discriminação racial-algorítmica sob a ótica de que “não somente que qualquer ordem social é impactada por desenvolvimento tecnológico [...] mas também que normas, ideologias e práticas sociais são parte constitutivo de desenhos técnicos” (BENJAMIN, 2019 apud SILVA, 2020:433).

1.METODOLOGIA

O presente artigo configura-se como uma revisão narrativa de caráter teórico-conceitual, formato adequado para estudos cujo objetivo é articular conceitos, dialogar criticamente com autores e tensionar categorias analíticas, produzindo interpretações críticas sobre fenômenos sociais complexos sem a pretensão de exaustividade (ROTHER, 2007). Nesse sentido, Rother (2007:5) afirma que “os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico contextual”. Trata-se, portanto, de um método que permite uma abrangência descritiva sobre o assunto, ainda

que não esgote todas as fontes de informação, uma vez que esse modo de organização textual não se vale de procedimentos sistemáticos de busca e análise de dados (CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2020). Assim, o objetivo metodológico central deste estudo não é esgotar a produção existente sobre a discriminação racial algorítmica e seus impactos na subjetividade negra, mas construir uma reflexão teórica aprofundada que tensione o debate acerca dos atravessamentos entre tecnologia, poder e saúde mental no contexto do racismo algorítmico, evidenciando seus efeitos sociopolíticos e subjetivos.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida em bases de dados digitais de acesso livre e reconhecimento científico, especialmente a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o Google Acadêmico. Utilizaram-se como descritores os termos “racismo algorítmico”, “sofrimento psíquico”, “racismo estrutural”, “inteligência artificial” e “*machine learning*”. Foram selecionados os estudos que apresentavam uma discussão aprofundada sobre o racismo estrutural e seus efeitos na subjetividade negra ou no sofrimento psíquico da população racializada decorrente de práticas discriminatórias, bem como aqueles que abordavam a relação entre inteligência artificial, algoritmos e discriminação racial-algorítmica. Além dos artigos acadêmicos, optou-se pela inclusão de obras impressas consideradas fundamentais para a compreensão da temática, como Fanon (2008), Kilomba (2019) e Souza (1990), de modo a aprofundar o debate sobre o racismo e suas implicações na constituição psíquica e no adoecimento psíquico de sujeitos negros.

O período de inclusão das publicações selecionadas neste estudo abrange, de modo amplo, artigos científicos produzidos entre 2015 e 2025, intervalo marcado pela intensificação dos debates sobre o avanço das tecnologias digitais, a formulação do conceito de racismo algorítmico e sua crescente expressão nas plataformas digitais e Inteligência Artificial. Para além desse recorte, o estudo incorpora obras clássicas anteriores — como Nogueira (1998), Souza (1990) e Fanon (2008) — em razão de sua relevância teórico-epistemológica e da contribuição indispensável para compreender as raízes históricas do dispositivo da racialidade e suas implicações no sofrimento psíquico racializado. Desse modo, a seleção bibliográfica não se orientou por uma delimitação temporal rígida, mas pela pertinência conceitual e contextual das obras, articulando tanto referenciais clássicos que analisam os fundamentos históricos do dispositivo da racialidade quanto produções contemporâneas que demonstram a persistência e

reconfiguração das formas de racialização nos ambientes digitais por meio da discriminação racial-algorítmica.

Essa estratégia de organização fundamenta a construção teórico-argumentativa das seções seguintes, permitindo relacionar os mecanismos discriminatórios do racismo algorítmico às discussões sobre o sofrimento psíquico da população negra. Assim, com essa base bibliográfica ampla e historicamente situada, torna-se possível avançar para a análise dos fundamentos histórico-estruturais da discriminação racial-algorítmica, evidenciando como as lógicas coloniais e raciais são reatualizadas no contexto das tecnologias digitais contemporâneas.

2.FUNDAMENTOS HISTÓRICOS-ESTRUTURAIS DO RACISMO ALGORÍTMICO

Na reflexão teórico-crítica que compõe este trabalho, propomos desenvolver a análise a partir da lógica racial-algorítmica aplicada especificamente aos corpos e às subjetividades negras, em seus contextos sociais, históricos e políticos. Cabe destacar que, neste estudo, não se pretende tematizar outras etnias que são igualmente atravessadas pelo dispositivo da racialidade, mas compreender os principais mecanismos de poder inscritos nos sistemas algorítmicos e seus atravessamentos no sofrimento psíquico da população negra.

Dessa forma, como ponto de partida para a argumentação que se estende nesse trabalho, devemos levar em consideração, primeiramente, que o racismo algorítmico, apesar de ser recente, não é um fenômeno isolado. Pelo contrário, ele atualiza o racismo estrutural, à medida que permanece ligado a uma série de fatores que tem raízes fincadas em desigualdades sociais muito anteriores a sua própria existência, como por exemplo a colonização e escravidão que constituíram as relações sociais e o lugar do negro na sociedade. Isto posto, a fim de compreender o racismo algorítmico e seus impactos no psiquismo, buscamos analisar, mesmo que de maneira breve, os principais processos sócio-históricos que consolidaram a constituição do negro na sociedade e a própria discriminação algorítmica.

De acordo com Santos (2025), a raça não pode ser entendida como campo estrito da biologia, uma vez que esse conceito, ainda que baseado por características vindas do

biológico como cor de pele, são dotadas de sentido com base em uma gama de relações de poder, de dispositivos “determinado[s] pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam (...)” (MUNANGA, 2004 apud SANTOS, 2025:27). Fanon (2008) nos explicita isso ao dizer:

Os cientistas, após muitas reticências, admitiram que o preto era um ser humano; *in vivo* e *in vitro* o preto tinha-se revelado análogo ao branco; mesma morfologia, mesma histologia. [...] No plano das idéias, estávamos de acordo: o negro é um ser humano. Isto é, acrescentavam os menos convencidos, ele tem como nós o coração à esquerda. Mas o branco, em determinadas questões, continuava irredutível. Por nenhum preço ele queria intimidade entre as raças, pois é sabido que “os cruzamentos de raças diferentes rebaixam o nível psíquico e mental... Até que nós tenhamos um conhecimento mais bem fundamentado sobre os efeitos do cruzamento de raças, seria melhor evitá-lo entre raças muito distantes” (FANON, 2008:111)¹⁸.

Nessa via, Bento (2022) nos mostra que o discurso europeu, em busca de se distinguir dos não europeus, tratou de, com base no tom de pele, estabelecer noções como “bárbaros”, “primitivos”, a fim de se afirmar enquanto homem universal em comparação com os diferentes. Além disso, Bento (2022) ressalta que, a partir da fundamentação do branco como normativo e superior — sustentada pela diferenciação entre europeus e não europeus mencionada acima —, a cor da pele passou a constituir um elemento central na atribuição de significados pejorativos, produzidos através de processos de “projeções, exclusões, negações e atos de repressão” (BENTO, 2022:17). Nessa lógica, segundo Nogueira (1998), o “ser negro” corresponde a uma categoria oriunda de um processo histórico-ideológico no qual não somente associa a cor negra a posições sociais inferiores, mas remete também a “características biológicas supostamente aquém do valor das propriedades biológicas atribuídas aos brancos” (NOGUEIRA, 1998:90). Essa relação de dominação e exploração baseada na raça, à proporção que é fundada na dualidade superioridade/inferioridade, estabelece relações sociais hierarquizadas, define lugares e papéis sociais pré-definidos e, finalmente, permite a segregação do Outro (SANTOS, 2025).

Consonante a essa perspectiva, Fanon (2008) menciona que, sem alternativa frente ao violento processo de negação e introjeção forçada dos esquemas culturais do colonizador branco, a população negra dominada passa a combater a sua própria imagem,

¹⁸ Grifo do autor.

imitando o europeu, pois “sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta” (FANON, 2008:104). Uma marca psíquica traumática que acompanha a vida e o psicológico de uma população inteira até os tempos contemporâneos. Cito Fanon:

Se ele é malgaxe, é porque o branco chegou, e se, em um dado momento da sua história, ele foi levado a se questionar se era ou não um homem, é que lhe contestavam sua humanidade. Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, [...] Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade (FANON, 2008:94).

Segundo Dussel em “1492: O encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade” (1993), o princípio da colonização é marcado pela domesticação, estruturação e, principalmente, colonização do modo como as pessoas viviam e reproduziam sua vida. Centrada na noção de desumanização, coisificação, do complexo de inferioridade e do medo (DUSSEL, 1993). Uma práxis pedagógica-cultural-política-econômica por excelência que, por meio do domínio dos corpos pela cultura e instituições criadas por esse modelo político, visava a dominação do Outro primitivo, rústico, inferior, alienado a se incorporar à Totalidade dominadora como coisa, instrumento e oprimido (DUSSEL, 1993).

No contexto brasileiro, os africanos, apartados de seus laços pessoais e comunitários, passaram a ser tratados como propriedade, como peça a ser comprada para ser utilizada como força de trabalho (CFP, 2017). Dessa forma, através da lógica escravista, o povo negro foi submetido a uma dominação na qual consolidou-se não somente no uso exacerbado e violento da mão de obra da população negra, mas na inferiorização e negação do próprio modo de existência dos negros (Santos, 2018). Vistos apenas como selvagens, primitivos, rejeitados da condição de humanidade por não possuírem os atributos vindos da brancura e, assim, reduzidos à “coisa”, “animal” e “instrumento” (CARNEIRO; SILVA, 2019).

Além da dominação e do controle físico dos corpos negros escravizados, a elite recorreu a estratégias psicológicas discriminatórias que tiveram como objetivo produzir

e manter o negro em condição de inferioridade, ao mesmo tempo em que afirmavam a superioridade da raça branca e a ideia de progresso civilizatório (Costa; Oliveira, 2019). Tais estratégias operaram, sobretudo, por meio de mecanismos simbólicos e psíquicos de projeção de aspectos negativos da branquitude no corpo negro, estigmatização cultural, invisibilização, estereotipação, entre outros.

Como observa Kilomba (2019), no racismo cotidiano, os sujeitos negros tornam-se uma “tela de projeção” dos medos, repressões e fantasias brancas, sendo reiteradamente colocados como perigoso, selvagem, infantil, animalizado ou erotizado. Essa lógica projeta sobre o negro características consideradas indesejáveis — como agressividade, irracionalidade, inferioridade e primitivismo — que a branquitude não deseja reconhecer em si mesma, consolidando o ideário racial da superioridade branca (KILOMBA, 2019).

Nessa perspectiva, Fanon (2008) explicita esse processo ao mostrar como no território europeu a negritude foi associada a valores inferiores, tais como o pecado, feiura, sujeira e maldade, em oposição a um ideal branco vinculado à luz, inocência, pureza e racionalidade. A operação simbólica da inferiorização racial atribui ao negro o lugar de sombra, de trevas e de atraso, enquanto o branco se coloca como ideal de civilidade e humanidade (Fanon, 2008). Conforme o autor:

O carrasco é o homem negro, Satã é negro fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro – tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral [...]. O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. Uma magnífica criança loura [sic], quanta paz nessa expressão, quanta alegria e, principalmente, quanta esperança! Nada de comparável com uma magnífica criança negra, algo absolutamente insólito (FANON, 2008:160).

Tal construção simbólica, como demonstra Fanon, não se limita ao passado colonial, mas permanece atual, atravessando as condições de possibilidade de existência da coletividade negra na sociedade brasileira e vinculando-a diretamente às margens sociais, à criminalidade e à pobreza (NOGUEIRA, 1998). A população racializada passa a ser entendida como “grupo perdedor e culpabilizada por suas condições de subalternidade política, econômica e social” (BENTO, 2022:76). Nesse sentido, o sujeito negro tem o seu fazer e existir constantemente atacados por um conjunto de preconceitos,

crenças e signos que o determinam enquanto incapaz de autonomia, reduzido à condição de dependente ou serviçal, associado ao atraso, equiparando-se aos primatas e como dotado de enorme potência sexual e virilidade física (KILOMBA, 2019). Dessa forma, os traços que poderiam caracterizar o sujeito racializado como “superior”, na realidade, reafirmam uma certa animalidade deste, simbolizando-o como uma besta, na dimensão dos atos selvagens — como a violência sexual — ou da sexualidade invejada — como no caso da potência sexual dos homens negros e da sensualidade exarcebada das mulheres negras (NOGUEIRA, 1998). Como sinaliza Nogueira (1998):

Na sociedade atravessada por uma história de racismo e discriminação persiste, mesmo que silenciosamente, o pressuposto de que o negro deverá agir de acordo com certos estereótipos do comportamento do negro que habitam o imaginário social, ou seja, o negro deverá agir sempre com paciência e moderação; não é suposto estar sujeito às emoções inerentes ao humano — ódio, raiva, amor — das pessoas ou do grupo. Deverá se contentar com empregos que nada exijam de inteligência e pelo qual lhe paguem um salário de subsistência; ele se sentirá feliz em viver e criar sua família em habitações inadequadas (NOGUEIRA, 1998:101).

Dessa forma, o racismo não é uma ação desviante, mas é fruto de um sistema global que tem raízes fincadas na lógica colonial. É uma estrutura que marca e define nossas relações sociais, que determina o lugar dos nossos corpos, como eles vão agir e se constituir (Santos, 2025). Ela opera dentro da sociedade tanto em relações diretas quanto as mais sutis, sofisticadas, como a algorítmica, reproduzindo, sob novas aparências, um regime de opressão racial historicamente construído. Assim, compreender essa trajetória histórica de discriminação e violência é essencial para reconhecer de que modo o racismo estrutural ressurge em novas práticas, como o racismo algorítmico, mantendo intactas as lógicas coloniais que estruturam as relações sociais.

3.O RACISMO ALGORÍTMICO E SEUS MECANISMOS

Em agosto de 2019, o algoritmo da rede social *Facebook* foi responsável por impedir que jovens negros pudessem falar sobre racismo na plataforma, buscando a invisibilização de postagens acerca desse tema (ARAÚJO, 2024). Anteriormente, em 2016, a mesma plataforma foi responsável por possibilitar a anunciantes, em seu sistema, excluir negros, latinos e asiáticos em categorias como habitação, mesmo que fosse

proibido por lei (SILVA, 2025). Estes exemplos e muitos outros apontam não para casos isolados, mas, pelo contrário, para a potencialidade que os sistemas algorítmicos das plataformas digitais têm para poder instrumentalizar e reforçar o racismo tangível na sociedade (ARAÚJO, 2024).

De acordo com Noble (2021 apud ARAÚJO, 2024:6-7), “o racismo não é um fenômeno novo e, cada vez mais, as formas como ele se manifesta vão se alterando e se aprimorando. Hoje, ele tem se perpetuado também no campo das tecnologias digitais”. Diante desse cenário, o racismo algorítmico não surge como um erro técnico ou uma falha ocasional dos sistemas digitais. Ele expressa a atualização das mesmas lógicas de exclusão, dominação e hierarquização racial presente na colonização e escravidão.

Os algoritmos podem ser definidos como um manual específico que norteia as atitudes e orienta as atividades dos softwares. Essas lógicas computacionais são amplamente utilizadas em diversas áreas desde “reencontrar uma velha amiga no Facebook, buscar por notícias no Google ou escolher o próximo livro que queremos comprar na Amazon” (ARAÚJO; SILVA, 2020:7) até na análise de crédito e empregabilidade, conforme classificam, filtram, sugerem e recomendam certos conteúdos, com base em padrões de visualização do usuário (ARAÚJO, 2024).

Nesse cenário de uso de tecnologias para práticas cotidianas, somos constantemente colocados em relação com os algoritmos que mediam a nossa experiência online. Segundo Araújo e Silva (2020), esses sistemas não apenas facilitam determinadas atividades na rede digital, mas modulam ativamente as relações sociais que dependem deles, transformando e condicionando conteúdo e entendimentos. Em outras palavras, o fazer realizado por essas tecnologias têm como objetivo, além de promover a discriminação de certos grupos sociais, sustentar determinada relação de poder, ampliando agressões intelectuais, ameaçando os princípios democráticos, alimentando bolhas de informação, principalmente da extrema direita¹⁹, nas plataformas digitais, entre

¹⁹ A título de exemplo, no dia 30 de maio de 2025, em Fortaleza, realizou-se o 2º Seminário de Comunicação do Partido Liberal (PL), no qual palestrantes ligados a grandes empresas de tecnologia, como *Google* e *Meta*, ofereceram treinamentos sobre Inteligência Artificial Generativa. O objetivo do evento era capacitar apoiadores do PL a utilizarem ferramentas da IA Generativa para buscar informações e contextos, criar frases de efeito e produzir imagens e vídeos com fins de campanhas online (Vieira, 2025). Além disso, como salientam Engler e Pereira (2024), a extrema direita tem explorado algoritmos, análise de dados e o uso de inteligência artificial capazes de remodelar rostos, vozes e cenários para criar imagens, áudios e

outros (ARAÚJO, 2024). Eles inauguram uma nova forma de produção e proliferação de certos conteúdos online que atuam na construção de verdades, moldando nossa percepção da realidade, influenciando diretamente o âmbito político a fim de manter uma ordem social-política racista e discriminatória (ARAÚJO; SILVA, 2020).

A crescente influência dos algoritmos na tomada de decisões cotidianas levanta questões concernentes à neutralidade, por exemplo. O sistema algorítmico, em sua base de funcionamento, utiliza dados que se ancoram em uma teia com uma gama de informações vindas tanto de máquinas quanto de seres humanos, como dados gerados por usuários e lógicas culturais específicas, entre outros (Araújo; Silva, 2020). Essa inter-relação necessária entre o sistema tecnológico e sua estrutura operacional situada histórico-culturalmente exerce uma influência direta para o que chamamos de viés algorítmico. Cito Araújo:

Essa poderosa influência dos algoritmos vai muito além de instrumentos inócuos de processamento de dados. Eles desempenham um papel ativo na intensificação das disparidades sociais já existentes, criando e perpetuando desigualdades. [...] Os algoritmos, ao mesmo tempo que representam avanços tecnológicos significativos, também carregam consigo potenciais perigos e consequências indesejáveis, especialmente no que tange à propagação do discurso de ódio e da discriminação racial (ARAÚJO, 2024:6).

O viés algorítmico é, como define Araújo e Silva (2020:10), “uma série de tendências mais ou menos explícitas na atuação desses sistemas e que reforçam ou replicam discriminações e opressões”. Em outros termos, os sistemas técnicos não são objetos afastados da realidade social, mas se produzem enquanto reflexos da nossa realidade, imbricada com ela, expressão dela e, por consequência, propagando e ressaltando mazelas sociais já existentes na sociedade como o racismo estrutural. Nessa via, mesmo que os algoritmos sejam baseados em dados, eles não são estão em um campo imaterial, afastados da realidade social absolutamente neutros, e sim apresentam um *éthos*, um modo de agir que reproduzem os valores de seus criadores e seus vieses, transformando-se em vetores no qual buscam propagar uma série de discriminações e violências (Silva, 2020).

vídeos falsos, a fim de difundir narrativas e produzir representações simbólicas manipuladas que desinformam e enfraquecem os princípios democráticos. Assim, essas tecnologias não se limitam a funções técnicas, mas atuam como agentes políticos que manipulam e controlam os indivíduos em benefício de uma ordem política determinada.

A produção dos vieses algorítmicos consiste principalmente no próprio modo em que os sistemas algorítmicos operam. No processo de desenvolvimento, uma série de omissões e negligências envolvendo a seleção dos dados para treinar a inteligência artificial até os próprios valores e decisões políticas dos desenvolvedores se fixam e coagulam, proporcionando um solo fértil para que diversos discursos fixados no racismo estrutural sejam inseridos, replicados e potencializados pela ação dessas estruturas sociotécnicas (ARAÚJO; SILVA, 2020).

Para fins de organização textual, esta seção foi dividida em dois tópicos, correspondentes às duas principais causas do racismo algorítmico abordadas neste artigo: Os dados utilizados no Aprendizado de Máquina e a incorporação dos vieses dos desenvolvedores homens, brancos, vindos de países do Norte Global.

3.1 SOBRE A FORMA COMO AS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS SE CONSTITUEM: O APRENDIZADO DE MÁQUINA E A APRENDIZAGEM PROFUNDA

Os algoritmos, ao contrário de uma noção na qual se postula que os computadores são mais objetivos uma vez que destilam questões e respostas com base na linguagem matemática, na verdade, como ressalta O'Neil (2020 apud ARAÚJO, 2024:6), são como “opiniões incorporadas em matemática”. Em outras palavras, os algoritmos, incorporando desvios culturais que estão presentes nos dados utilizados para seu treinamento, podem funcionar como uma maneira de propagar certos discursos que, mesmo que se afirmem neutros, estão repletos de preconceitos e discriminações.

A Inteligência Artificial (IA) e seus algoritmos estruturam-se a partir de dois processos fundamentais: o Aprendizado de Máquina (*machine learning*) e a Aprendizagem Profunda (*deep learning*). O *machine learning*, derivado dos estudos sobre reconhecimento de padrões e da teoria da aprendizagem computacional, aplica-se a tarefas em que a programação tradicional — onde as regras de processamento são fixas e definidas a priori pelos desenvolvedores — mostra-se limitada ou inviável diante da grande quantidade de dados produzidos pelas tecnologias digitais contemporâneas (KAUFMAN, 2018).

Este campo dedica-se ao desenvolvimento de algoritmos capazes de realizar previsões, cálculos matemáticos complexos e identificação de padrões ocultos em grandes conjuntos de dados. Trata-se de um processo de inferência a partir de uma extensa quantidade de informações que "alimentam" os algoritmos, permitindo o reconhecimento de padrões por meio da generalização de observações particulares, formulando sua própria regra geral de processamento que passará a ser aplicada em diversas situações (ARAÚJO; SILVA, 2020). Como reforça Silva:

Os sistemas passam a saber como identificar rostos, objetos e contextos nas imagens através do que é chamado de “aprendizado de máquina” (*machine learning*), um campo da inteligência artificial restrita que trata do reconhecimento de padrões através de uma base de dados e posterior aplicação do aprendizado no reconhecimento das variáveis em outras unidades ou conjuntos de dados (Oliveira, 2018). No caso da visão computacional, trata-se de “treinar” o sistema alimentando-o com um número relevante de imagens já marcadas (por ex: centenas de imagens da classe “cachorro”; centenas de imagens de uma raça específica e assim por diante) para que o software “entenda” novas imagens que não foram anteriormente vistas. (SILVA, 2020:434)²⁰.

De forma distinta do Aprendizado de Máquina, em que a seleção de dados depende da intervenção manual dos engenheiros computacionais, o *deep learning* utiliza redes neurais artificiais que operam por meio de múltiplas camadas de processamento, capazes de lidar com a complexidade dos dados utilizados ao realizar uma seleção automática e hierárquica, o que possibilita o processamento e a classificação dessas informações (RIBEIRO; HOSAKI, 2021). De acordo com Ribeiro e Hosaki:

Deep Learning utiliza algoritmos de aprendizado de máquina que trabalham em vários níveis, com diferentes graus de abstração. Esses modelos aprendidos correspondem a diferentes graus de conceitos, onde os conceitos de alto nível são definidos a partir de níveis inferiores, e os mesmos conceitos de nível inferior ajudam definir muitos conceitos de nível superior concentrando a aprendizagem de múltiplos níveis de representação e abstração que ajudam a dar sentido aos dados, como imagens, sons e textos (RIBEIRO; HOSAKI, 2021:3)²¹.

Nesse sentido, a Aprendizagem Profunda refere-se a um conjunto amplo de técnicas e arquiteturas de *machine learning* que utilizam múltiplas camadas de processamento não linear e hierárquico. Seu objetivo é transformar grandes volumes de

²⁰ Grifo do autor.

²¹ Grifo nosso.

dados em informação útil, possibilitando a previsão de comportamentos e preferências dos usuários (RIBEIRO; HOSAKI, 2021). Por exemplo, "quando digitamos uma consulta ao *Google*, é ele que seleciona a resposta personalizada e os anúncios apropriados ao perfil do usuário, bem como traduz um texto de outro idioma" (KAUFMAN, 2018:17-18, grifo nosso). Dessa forma, os sistemas baseados nessa técnica apresentam elevada capacidade de adaptação, aprendendo de forma autônoma, ajustando algoritmos às exigências das tarefas e identificando correlações de maneira automatizada, possibilitando avanços em áreas como o reconhecimento de fala, processamento de imagens e geração de fotos e vídeos (RIBEIRO; HOSAKI, 2021).

Nesse cenário, a Inteligência Artificial Generativa é uma área da IA voltada à produção de conteúdos como textos, imagens, áudios e vídeos. Um exemplo relevante, salientado por Assis e Moura (2025), é o DALL-E, uma extensão da série GPT (*Generative Pre-trained Transformer*) da OpenAI que utiliza técnicas de *deep learning* para interpretar comandos e convertê-los em representações visuais. Para atingir esse objetivo, os sistemas técnicos processam um grande volume de dados, a fim de identificar padrões e gerar novas construções simbólicas (ASSIS; MOURA, 2025).

Assim, como fundamentação do seu modo operacional, esses desenhos técnicos apresentam uma dependência de informações que quando enviesadas ou limitadas, comprometem a qualidade e a diversidade dos conteúdos gerados, além de potencialmente amplificar e replicar padrões discriminatórios já inscritos na tessitura social. Por exemplo, nas ferramentas de geração de imagens, como o DALL-E mencionado anteriormente, comandos referentes a profissões, tonalidades de pele ou características físicas podem produzir representações visuais que reiteram e reforçam estereótipos raciais (ASSIS; MOURA, 2025).

A partir dessas evidências, nota-se que a produção dos vieses algorítmicos está diretamente ligada, principalmente, com o teor dos dados utilizados para o seu aprendizado de máquina. Isto é, caso os dados históricos utilizados no *machine learning* para treinar a IA contenham em si preconceitos, desigualdades sociais, estereótipos reducionistas etc., esses sistemas podem aprender, replicar e perpetuar esses padrões, incorporando e naturalizando certos discursos preconceituosos sobre o grupo racial negro, normatizando padrões de opressão e violência presentes na sociedade — a exemplo do

racismo estrutural e do machismo — sob a aparência de neutralidade tecnológica (ARANTES; OLIVEIRA, 2024).

3.2 ACERCA DA IDEOLOGIA PERPETUADA PELOS SISTEMAS ALGORÍTMICOS: A PROBLEMÁTICA DA BRANQUITUDE

Como mencionado anteriormente, os sistemas algorítmicos expressam os objetivos e as ideologias de seus criadores, refletem seus pontos cegos, prioridades e julgamentos. Nos ambientes que produzem essa tecnologia, como o Vale do Silício, a diversidade racial é rara. A equipe responsável pela criação e desenvolvimento de algoritmos é composta, em sua maioria, por homens brancos oriundos do Norte Global, cuja formação acadêmica e social tende a oferecer menor exposição à alteridade e, conseqüentemente, às questões relacionadas às vulnerabilidades sociais. Esse contexto impacta diretamente na forma como os sistemas são concebidos e implementados (SANTOS, 2019, 2020). Assim, como bem afirmado por Bento (2022:46), "a neutralidade e objetividade não são características de sociedades marcadas por preconceito e discriminação".

As relações sociais funcionam buscando valorizar exclusivamente ferramentas e sistema de valores majoritariamente masculino e branco, constituindo a branquitude e seu pacto de cumplicidade não verbalizado (Bento, 2022). Cito Bento:

O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionadas à escravidão (BENTO, 2022:15).

Nessa mesma linha de raciocínio, devemos concordar com Bastos (2016 apud Santos, 2020:445) ao afirmar que “a hegemonia da brancura presente em todos os âmbitos sociais não colabora para que os indivíduos brancos passem a questionar seus privilégios bem como se importar com as desvantagens impostas aos demais grupos”. Ainda, a ausência do devido questionamento e pensamento crítico dos desenvolvedores dos algoritmos acerca do tema contribui para a atualização dos mecanismos de poder inseridos na lógica colonial (SILVA, 2020). A incorporação dos vieses nos algoritmos impõe com brutalidade discursos repletos de noções pertencentes à cosmovisão própria

da branquitude. Nesse processo, as concepções preconceituosas associadas à brancura são incorporadas aos sistemas tecnológicos em forma de dados, imagens, vídeos e outros conteúdos, promovendo a invisibilização das subjetividades daqueles que não estão incluídos no pacto da branquitude.

3.3 A RESPEITO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS NEGROS PRODUZIDA PELAS TECNOLOGIAS ALGORÍTIMICAS: A NOÇÃO DE MICROAGRESSÃO

O conceito de “microagressões” desenvolvido primeiramente por Chester Pierce e, posteriormente, ampliado por Tarcízio Silva se mostra essencial para que possamos analisar os sofrimentos psíquicos provocados por essa modalidade algorítmica. Um importante adendo que Silva (2019, 2020) nos propõe envolve o prefixo “micro”. O autor nos alerta de que o “micro” não advém de um esboço quantitativo de agressão — ou seja, uma agressão mínima —, e sim refere-se que essa violência incide a nível individual, privado, permitindo o anonimato do autor (SILVA, 2019). Em termos, o autor define que:

As microagressões raciais são ofensas verbais, comportamentais e ambientais comuns, sejam intencionais ou não intencionais, que comunicam desrespeito e insultos hostis, depreciativos ou negativos contra pessoas de cor” (Sue, 2010a, p. 29), aplicadas consciente e inconscientemente como uma “forma de racismo sistêmico e cotidiano usado para manter aqueles à margem racial em seus lugares” (SILVA, 2019:5).

Propomos a mesma divisão mencionada pelo autor (Silva, 2019:7-9):

- a) “Suposição de Criminalidade”: envolve a suposição que uma pessoa racializada tem mais chance de cometer crimes, furtos, roubos, etc.
- b) “Negação de Realidades Raciais”: aponta para a constante negação de experiências e das dificuldades vividas pelas pessoas negras.
- c) “Suposição de Inferioridade Intelectual”: presume uma menorização da capacidade intelectual de grupos racializados.
- d) “Patologização de Valores Culturais”: ocorre quando as religiões africanas e afrobrasileiras ou demais valores culturais são tratados como patologia ou anormalidade.
- e) “Exotização”: que ocorre em práticas onde a identidade individual ou de um grupo racializado é visto como algo da ordem do estranho, do fora do comum. Soma-se também a utilização de estereótipos reducionistas e superficiais para se referirem à população negra.

f) “Negação de Cidadania”: acontece quando a cidadania de um povo é questionada com base em atributos raciais.

g) Por fim, “exclusão ou isolamento” a qual implica em práticas que levam a exclusão ou isolamento dos indivíduos negros, promovendo um sentimento de não pertencimento no espaço no qual estão inseridos, por exemplo em escolas, no trabalho e no ambiente online.

Segundo Araújo (2004), para compreender o discurso racista fixado nas estruturas de racismo algorítmico, devemos propor não uma análise separada de cada modalidade de microagressão, mas buscar analisar o fenômeno da desigualdade racial nas plataformas de mídias sociais com base na interseção dessas categorias de microagressões, entendendo as mesmas como continuamente imbricadas uma com a outra se relacionando diretamente ou não. Por exemplo, “a dimensão da exclusão ou isolamento é frequentemente acompanhada pela patologização de valores culturais e pela exotização” (Araújo, 2024:18), distorcendo a percepção da população como um todo sobre a cultura e as experiências dos indivíduos negros, marginalizando-os e excluindo-os da sociedade.

Dessa forma, a compreensão das microagressões, sobretudo em sua dimensão algorítmica, nos permite avançar para uma análise mais profunda sobre os impactos psíquicos gerados por essas formas de violência. Essas formas de microagressão são potencializadas no ambiente digital pelos algoritmos, à medida que podem preservar e amplificar preconceitos raciais, disseminando as microagressões nas plataformas digitais (ARAÚJO, 2024). Esse processo incide diretamente sobre a subjetividade dos indivíduos racializados, uma vez que reforça práticas, por exemplo, de exclusão social e silenciamento de suas vivências, impactando negativamente a saúde mental desses sujeitos.

4. OS IMPACTOS DA DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA NA SAÚDE MENTAL

A subjetividade, de acordo com Costa e Oliveira (2019), mesmo que seja de cunho individual e particular, se constitui enquanto em relação com o outro. Um movimento permanente de implicação mútua do homem com a natureza e com outros homens. A construção da subjetividade através dos relacionamentos, individualiza e

funda a singularidade humana, afetando diretamente sua cosmovisão, seu modo de agir e, principalmente, suas experiências (COSTA; OLIVEIRA, 2019). Segundo Carneiro e Silva (2023), o dispositivo de racialidade é um alicerce fundamental do qual a sociedade na qual nos constituímos enquanto sujeitos se estrutura. A inserção desse dispositivo no tecido social gera profundos impactos ao psiquismo do sujeito. A experiência subjetiva, atravessada por situações de violência física e simbólica decorrentes do racismo, produz marcas psíquicas que distorcem sentimentos e percepções de si mesmo, além de incidir na produção de sintomas, traumas e sofrimentos (CARNEIRO; SILVA, 2023).

As manifestações racistas explícitas ou veladas potencializadas pelos algoritmos comunicam desprezos raciais hostis, depreciativos e negativos que exercem uma grande influência ao perpetuar noções que continuam produzindo sofrimento, desamparo e invisibilização, interferindo significativamente na saúde física e mental da população negra. Uma vez submetidas a preconceitos, humilhação e constrangimento que permeiam a rede digital, o racismo algorítmico permeia uma série de sofrimentos psíquicos ao negro, gerando efeitos como tristeza, ansiedade, menor índice de autoestima, rejeição a sua identidade, entre outros (COSTA; OLIVEIRA, 2019). Ademais, a constituição de um imaginário social negativo, disseminado e naturalizado pelos sistemas algorítmicos, sobre o indivíduo racializado solapa sua identidade e danifica sua autoestima.

Nesse cenário, após a exposição dos fundamentos histórico-estruturais do racismo algorítmico e dos mecanismos que sustentam a discriminação racial-algorítmica, a argumentação que se segue passa a organizar-se da seguinte maneira: nas seções subsequentes, a análise se concentrará em dois eixos centrais que sintetizam as principais expressões do racismo algorítmico dirigidas ao corpo negro, bem como os efeitos da violência racial-algorítmica sobre a subjetividade de sujeitos racializados. O primeiro eixo aborda a negação da estética negra e o branqueamento como método de “embelezamento” operacionalizado pelos algoritmos; o segundo examina a estigmatização e a produção de um imaginário negativo sobre pessoas negras. Cada um desses eixos será detalhado e problematizado em seções específicas a seguir.

4.1 O APLICATIVO QUE EQUIPARA BELEZA A BRANCURA

O aplicativo de edição de selfies chamado *FaceApp* possuía um filtro para “embelezar” o rosto dos usuários, transformando selfies e fotos de pessoas em “mais jovens”, “velhas”, “gênero oposto” ou “mais belas” (Silva, 2019). Ao transformar as imagens em fotografias “mais bonitas”, uma das principais alterações realizadas pelo algoritmo presente no aplicativo era o embranquecimento da cor, equiparando a beleza como sinônimo de brancura. Como evidencia a figura 1 subsequente.

Figura 1: O embranquecimento proposto pelo aplicativo *FaceApp*.



Fonte: El País (2017)

Os aplicativos de “beleza”, como o *FaceApp*, na tentativa de embelezar os rostos dos usuários, promovem o embranquecimento dos rostos como critério, reafirmando padrões eurocêntricos que negam a estética e a existência negra. Trata-se de um mecanismo no qual, não somente reforça a noção de que a estética negra é indesejável, inferior ou inadequada, como também se apoia na noção de que a identidade de um ou de um todo racializado é algo exótico, estranho, diferente, que necessita de determinadas modificações para que seu corpo esteja de acordo com os ideais determinados pela branquitude. O impacto psíquico dessa constante negação simbólica do corpo e da aparência negra, agora impulsionado pelas ações racistas de um sistema automatizado, inferioriza o indivíduo racializado e o relega à não existência.

Dessa forma, Souza (1990) nos aponta que o negro é violentado constantemente por meio de uma dupla injunção: a de negar a si mesmo, sua cultura, seu corpo, sua língua, seu passado e a de introjetar para si o Ideal do Eu do sujeito branco, europeu — dimensão psíquica responsável pela identidade. Assim, segundo a autora, o indivíduo racializado, obrigado a negar sua história, identifica-se e orienta tanto seu agir quanto sua existência

com base no modelo branco, introjetando seus valores, comportamentos e atitudes em sua própria individualidade (SOUZA, 1990). Contudo, por se tratar de um empreendimento impossível — isto é, transformar-se no seu ideal branco — a distância entre o componente imaginativo e o realizável cria um fosso vivido com sentimentos de culpa, inferioridade, insegurança e autodesvalorização (SOUZA, 1990). Consonante a esse raciocínio, Reis Filho (2006) argumenta:

O inconsciente não tem cor, nem sexo, entretanto a pessoa que sofre possui uma cor, um sexo e uma classe social. Nesse sentido, a ideia do branqueamento internalizou-se no imaginário da sociedade, a figura do negro como sendo marginal e criminoso. Ser branco era tido como uma norma essencial, pois ao negro não restava outras formas de identificação, apenas a construção fundamentada e fragmentada no branqueamento (FILHO, 2006 apud COSTA; OLIVEIRA, 2019:115).

Segundo Carneiro e Silva (2023), o dispositivo de racialidade define o desejável e o indesejável, a depender da cor da pele. Com efeito, esse mecanismo produzirá, visando as pessoas fora do padrão de brancura, marcas psíquicas que, por sua vez, podem transformar-se em sentimentos de baixa autoestima e insegurança, entre outros (CARNEIRO; SILVA, 2023).

Essa dualidade desejável/indesejável torna-se ainda mais grave quando reproduzida por sistemas algorítmicos em larga escala. O racismo algorítmico não apenas perpetua preconceitos, mas inscreve no campo psíquico marcas de desumanização, negligência e silenciamento que afetam profundamente a subjetividade negra. Dessa forma, a tentativa empreendida pelo algoritmo de embranquecer o corpo do usuário como forma de deixá-lo mais belo, solidifica noções que fixam a pessoa racializada como inferior, acentua o sofrimento psíquico ao desestabilizar sua construção subjetiva, corroer a autoestima e alimentar o sentimento de inadequação e culpa internalizada (COSTA; OLIVEIRA, 2019).

4.2 A PERPETUAÇÃO DE UM IMAGINÁRIO NEGATIVO SOBRE O NEGRO ATRAVÉS DAS AÇÕES DO ALGORITMO

A postagem feita pela deputada Renata Souza, em sua página do *Instagram*, expõe a sua vivência ao ter sido representada como uma mulher negra armada ao solicitar que uma IA gerasse uma imagem baseada no estilo de arte da Disney. A figura 2 abaixo mostra o ocorrido.

Figura 2: A ideologia perpetuada pelo Racismo Algorítmico



Fonte: Araújo (2024)

A representação exibida na figura acima reforça a discussão sobre a forma como as tecnologias não só estão suscetíveis aos preconceitos inscritos na sociedade, mas também reproduzem os vieses discriminatórios ao associar, por exemplo, pessoas negras à criminalidade. O racismo algorítmico reforça e naturaliza imagens ofensivas, normatizam certos estereótipos raciais que vinculam a negritude à violência. As ações dos sistemas algorítmicos, atualizando mazelas sociais já existentes na sociedade, operam como microagressões cotidianas que minam a saúde psíquica e a autoestima de sujeitos racializados (ARAÚJO, 2024).

No caso da deputada, essas microagressões têm como objetivo justificar a noção de que uma pessoa racializada tem mais chance de se envolver com a criminalidade. Em outros termos, apoiando-nos no comentário feito pela própria deputada na legenda desta postagem, devemos nos questionar qual o motivo de uma mulher negra, vinda da periferia, ter sua identidade relacionada automaticamente a estereótipos de violência e criminalização, sugerindo que ambos os elementos guardam entre si uma relação de necessidade obrigatória, isto é, a identidade negra é impossível e impensável fora do âmbito da criminalidade, sua própria condição de possibilidade de existência é estar vinculada ao crime.

As imagens geradas por IA não se restringem a reproduzir o que existe, mas podem compor novas realidades visuais e simbólicas, criadas a partir de lógicas

algorítmicas (ASSIS; MOURA, 2025). O caso obtido pela deputada evidencia que os dados utilizados no treinamento dessas ferramentas não são neutros. Pelo contrário, tais tecnologias estão profundamente atravessadas por noções raciais e de classe cristalizadas nas quais, dentre outras coisas, vinculam a negritude à criminalidade. Tal associação remonta a pressupostos históricos apoiados na lógica colonial-escravista, e atualiza-se em práticas contemporâneas de microagressões.

Sob esse aspecto, a IA Generativa tende a reduzir a complexidade cultural e sócio-histórica da população negra, contribuindo para uma visão desumanizadora da negritude, que a limitam a padrões simplificadores e enviesados, distorcendo sua riqueza histórica, cultural e social (ASSIS; MOURA, 2025). Essa conduta contribui para a consolidação de um mito social que projeta sobre os corpos negros a noção de inferioridade ao branco, à medida que se distanciam dos ideais eurocêntricos amplamente disseminados pela branquitude no tecido social, impactando diretamente a saúde psíquica e na autoestima de sujeitos racializados. Nesse sentido, como bem afirmado por Nogueira:

O negro é atravessado pelas construções desse imaginário centrado na inferioridade do negro, que têm como efeito, para ele, desde o auto-desprezo até à autodegradação, por colocarem em cheque sua inteligência, beleza e potencial. O negro se vê, muitas vezes, paralisado e aprisionado nesse lugar imaginário [...] (NOGUEIRA, 1998:118).

O sofrimento psíquico, portanto, não é produto de uma fragilidade individual, mas efeito de um sistema sociopolítico global de exclusão racial que opera nos corpos negros a partir de mecanismos de poder cada vez mais sutis. A discriminação algorítmica não apenas reproduz, mas atualiza e reforça a lógica do racismo estrutural na contemporaneidade, utilizando de sistemas técnicos que, por meio dos seus procedimentos, promovem novas formas de violência simbólica e subjetiva. Nesse sentido, as tecnologias que nos cercam não são neutras, mas sim carregam marcadores sociais de raça, classe e gênero, e quando operam a partir de dados enviesados, reforçam a exclusão e intensificam o sofrimento psíquico, sobretudo da população negra.

O silenciamento, alienação e estigmatização que circundam a existência do negro na esfera social contribuem ativamente para o seu desconforto na integridade psíquica e, conseqüentemente, para o surgimento de seus sintomas. A título de exemplo, pode-se citar o desprezo de si, vergonha, internalização de características negativas

atribuídas à população negra, isolamento, impotência, autodepreciação e insegurança (COSTA; OLIVEIRA, 2019).

Dessa forma, a subjetividade negra é violentada, dilacerada e forçada a se reformular em moldes que negam a sua própria existência. Vista como diferente e inferior, as vítimas desse procedimento violento e cruel, têm suas identidades constituídas com base em sentimentos de autodesvalorização, vergonha, medo e culpa internalizados, enquanto suas culturas e histórias são sistematicamente negadas por mecanismos de poder invisíveis e automatizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, urge a necessidade de tematizar certas questões que parecem importantes para a conclusão destas reflexões. O presente estudo partiu da compreensão de que o racismo estrutural formula a base histórico-social de toda a sociedade, sustentando desigualdades persistentes em todas dimensões da vida social, econômica, política e subjetiva. Trata-se de um sistema discriminatório que se constitui enquanto tal com base em séculos de colonização, escravidão e dominação simbólica, à proporção que, por meio de mecanismos de exclusão, negligência e violência, moldam as condições de possibilidade de existência das populações racializadas no Brasil e promovem a naturalização da inferiorização de corpos e culturas negras.

Com a ascensão das tecnologias digitais e da Inteligência Artificial na contemporaneidade, a relação entre indivíduo-internet passa a ser mediadas por sistemas computacionais denominados algoritmos. Esse sistema técnico passa a exercer cada vez mais influência em decisões cotidianas, como recomendação de conteúdo online, análise de crédito, empregabilidade e presença nas redes sociais. Todavia, caso operem segundo lógicas matemáticas alimentadas por dados enviesados e formuladas a partir de decisões humanas ideologicamente de acordo com uma cosmovisão hegemonicamente branca, masculina e vinda dos países do norte global, podem ocasionar no fenômeno dito viés algorítmico.

Nesse sentido, o racismo algorítmico não é uma falha técnica isolada, mas sim uma continuidade de um dispositivo estrutural de exclusão e violência racista agora disseminado nos domínios digitais. Em outros termos, ao contrário de uma teoria que

postula uma suposta neutralidade tecnológica dos algoritmos, eles acabam por reproduzir e intensificar estigmas históricos, eles escancaram as insuficiências de um modelo que ignora as desigualdades raciais, naturalizam a exclusão por meio da invisibilização de conteúdos, perpetuação de um imaginário social negativo sobre a população racializada, o branqueamento do indivíduo negro, entre outros.

Os efeitos desse processo não se restringem ao campo digital, mas afetam a subjetividade daqueles que são afetados pelo racismo algorítmico, produzindo sofrimento psíquico. A repetição cotidiana de microagressões algorítmicas contribui para a internalização de sentimentos de inadequação, inferioridade e insegurança. Tal sofrimento é resultado de uma forma sofisticada de violência simbólica, que atua de forma silenciosa e automatizada, mas cruel e devastadora, comprometendo profundamente a saúde mental e emocional dos indivíduos e reiterando seu suposto lugar subalternizado que a lógica colonial lhes atribuiu.

Concluimos, portanto, afirmando que o racismo algorítmico deve ser compreendido, não como uma exceção tecnológica, mas como uma nova camada de um fenômeno sócio-histórico que oferece um alicerce ao tecido social e perpetua a estigmatização e subalternização da população racializada. Assim, a partir de uma noção que aborde a tecnologia enquanto possível instrumento de opressão e reprodução de injustiças, reforçamos a necessidade de entender a potencialidade que essas ações têm sobre a subjetividade e saúde mental daqueles que enfrentam e são expostos diariamente a essas microagressões no campo digital.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. A. C.; OLIVEIRA, J. C. de. *Alexa, você é racista?* Racismo algorítmico, vieses e intencionalidade. DATJournal. V. 9 n. 1, pp. 4-16, 2024. Disponível em: <https://datjournal.anhembib.br/dat/article/view/749/583>. Acesso em 05/06/2025.
- ARAÚJO, J. *Racismo algorítmico e microagressões nas redes sociais*. Domínios de Linguagem. V. 18, pp. 1-37, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/74207>. Acesso em: 05/06/2025.

- ARAÚJO, W. F.; SILVA, M. L. *Biopolítica, racismo estrutural-algorítmico e subjetividade*. Unisinos. V. 24, pp. 1-20, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.40>. Acesso em: 05/06/2025.
- ASSIS, J. de; MOURA, M. A. *Semioses algorítmicas e viés racial: um estudo de imagens criadas pela IA generativa*. Encontros Bibli. V. 30, pp. 1-24, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eb/a/QkXT9mpFFmbDPyH9Gc4y3zS/?lang=pt>. Acesso: 24/08/2025.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARNEIRO, S.; SILVA, A. C. B. *Dispositivo de racialidade e saúde mental da população negra: algumas reflexões políticas e psicanalíticas*. Psicologia e Sociedade. V. 35, pp. 1-13, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/QMQyLMRkTJJkwtqQhmTDBpM/?lang=pt>. Acesso em: 05/06/2025.
- CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. de. *Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos*. Psicologia em Revista. V. 26, n. 1, pp. 83-102, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03/12/2025.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os*. Brasília: CFP, 2017.
- COSTA, E. F.; OLIVEIRA, P. A. *O sofrimento psíquico causado pelo racismo e seu impacto na subjetividade*. Uningá. V. 56, n. 1, pp. 114-130, 2019. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uninga/article/view/444>. Acesso em: 05/06/2025.
- COSTA, I. I.; SANTOS, J. E. *Vida contada, vida vivida: racismo e sofrimento psíquico*. Serviço Social & Sociedade. V. 146, pp. 1-17, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vW5wZgF8rRcs6zxQP79VZCD/?lang=pt>. Acesso em: 05/06/2025.
- DUSSEL, E. 1492: *o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- EL PAÍS. *Aplicativo FaceApp 'branqueia' os usuários para torná-los "mais sexy"*. 25 abr. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/25/tecnologia/1493122888_029183.html. Acesso em: 05/06/2025.
- ENGLER, T. T. C. PEREIRA, T. C. *Rede tecnopolítica de extrema direita e democracia no Brasil*. Intercom. V. 47, pp. 1-13, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/interc/a/pJzZhkRzJhYWZNWRLtZ4rx/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25/08/2025.

- FANON, F. *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- KAUFMAN, D. *Deep learning*: a Inteligência Artificial que domina a vida do século XXI. Teccogs. n. 17, pp. 17-30, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/48585/32067>. Acesso em: 25/08/2025.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- NOGUEIRA, I. B. *Significações do Corpo Negro*. Tese de doutorado (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000987809>. Acesso em: 05/06/2025.
- RIBEIRO, D. F., HOSAKI, G. Y. *Deep learning*: ensinando a aprender. Revista de Gestão e Estratégia, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/5060>. Acesso em: 20/09/2025.
- ROTHER, E. T. *Revisão sistemática x revisão narrativa*. Acta Paulista de Enfermagem. V. 20, n. 2, pp. 5-6, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>. Acesso em: 03/12/2025.
- SANTOS, C. C. *Formação antirracista: reflexões para descolonizar os currículos das graduações do campo da saúde?*. Revista Estudos Anarquistas e Decoloniais. V. 5, n. 8, pp. 21-42, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/read/article/view/67012>. Acesso em: 05/06/2025.
- SANTOS, J. A. *Sufrimento psíquico gerado pelas atrocidades do racismo*. ABPN. V. 10, n. 24, pp. 148-165, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/578>. Acesso em: 05/06/2025.
- SILVA, T. Mapeamento de danos e discriminação algorítmica. Desvelar, 2025. Disponível em: <https://desvelar.org/casos-de-discriminacao-algoritmica/>. Acesso em: 05/06/2025
- _____. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. *Anais do VI Simpósio Internacional Lavits*. Salvador, 2019. Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf>. Acesso em: 05/06/2025.



- _____. *Visão computacional e racismo algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado de máquina*. ABPN. V. 12, n. 31, 2020, pp. 428-448. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/744>. Acesso em: 05/06/2025.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- VIANA, N. Big Techs e Bolsonaros incentivam IA para comunicação política em seminário do PL. Pública, São Paulo. 02 jun. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/06/big-techs-e-bolsonaros-incentivam-ia-para-comunicacao-politica-em-seminario-do-pl/>. Acesso em: 25/08/2025.



A EDUCAÇÃO DE ÉLISÉE RECLUS: ASPECTOS ANARQUISTAS PARA SE PENSAR O ENSINO DE GEOGRAFIA

ELISÉE RECLUS'S EDUCATION: ANARCHIST ASPECTS FOR THINKING ABOUT GEOGRAPHY TEACHING

Amanda Rech Brands

Realizando o mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGGEO), com formação em Geografia Bacharelado pela mesma instituição. Integrante do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Geografia e Humanidades (LEPGHU) do Departamento de Geociências da UFSM, desenvolvendo pesquisas em Geografia Anarquista e Geografia Literária.

RESUMO

Élisée Reclus, geógrafo do século XIX, ficou conhecido por seus trabalhos de caráter anarquista, criando a primeira Geografia científica desvinculada ao poder estatal, direcionada à mudança da estrutura social. Aqui se objetivou explorar o potencial da Geografia Anarquista de Reclus, em específico suas reflexões sobre a educação, para abordar as possíveis colaborações de sua teoria para o ensino de Geografia na contemporaneidade. Através de *L’Homme et La Terre* (1905) e *Anarquia pela Educação* (2016) conheceu-se melhor suas contribuições no campo educacional, como valorização dos estudantes, ensino não opressivo, o uso da ciência e arte em sala de aula, entre outros. Questões estas que se associadas ao ensino de Geografia, por parte docente, favorecem uma aprendizagem crítica, com viés social, entendendo a importância da troca entre professores e alunos, a aprendizagem como processo orgânico da espécie humana e não como processo produtivo para a obtenção de resultados, são algumas das análises retiradas das obras do autor e discutidas no presente trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Geografia Anarquista; Teoria; Educação Libertária; Reflexões docentes; Élisée Reclus.

ABSTRACT

Élisée Reclus, a 19th-century geographer, became known for his anarchist work, creating the first scientific geography detached from state power and focused on changing social structures. This study aims to explore the potential of Reclus's anarchist geography, specifically his reflections on education, to address the potential contributions of his theory to contemporary geography teaching. Through *L’Homme et La Terre* (1905) and *Anarquia pela Educação* (2016), his contributions to the educational field were better understood, including student appreciation, non-oppressive teaching, and the use of science and art in the classroom. These issues, when associated with geography teaching by teachers, foster critical learning with a social bias, understanding the importance of exchange between teachers and students, and understanding learning as an organic process of the human species rather than a productive process for achieving results. These are some of the analyses taken from the author's works and discussed in this paper.

KEYWORDS

Anarchist Geography; Theory; Libertarian Education; Teaching reflections; Élisée Reclus.

A EDUCAÇÃO DE ÉLISÉE RECLUS: ASPECTOS ANARQUISTAS PARA SE PENSAR O ENSINO DE GEOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Ao pensar sobre o Ensino de Geografia, seguindo a linha de raciocínio de Helena Callai (2024), entende-se que os modos de dar aula estão em confluência com as teorias que os alimentam, que os embasam, seja pelas formas que as pessoas docentes foram moldadas no decorrer do seu processo formativo, seja pelo movimento próprio de (re)construção feito intencionalmente por estes indivíduos. Em sala de aula, esses modos podem fornecer conhecimentos, enquanto apropriação, ou estimular o pensamento, induzindo os estudantes a produzir seu entendimento.

Essa concepção de Helena Callai (2024) pode ser visualizada, inclusive, nos diversos momentos que o Ensino de Geografia passou na realidade brasileira ao longo das décadas. No balanço destas transformações feito por Lana Cavalcanti (2019), por exemplo, a autora destaca três momentos centrais: o de renovação da Geografia e do Ensino nas décadas de 1970/1980, a Geografia Escolar entre séculos (1990/2000) e a Geografia Escolar contemporânea.

Nestes períodos delimitados por Lana Cavalcanti (2019) é possível observar que a Geografia produzida em cada uma destas fases se refletia diretamente nas formas de ensinar, mesmo que as mudanças não ocorressem simultaneamente no âmbito acadêmico e escolar. No momento de renovação os docentes se movimentaram para a construção de uma Geografia única, integrada e reflexiva, sem colocar os agentes do espaço de forma separada, noções alinhadas com a corrente da Geografia Crítica que adquiriu espaço no Brasil a partir de 1970, com os escritos de Lacoste, e que se consolidou ao final da década de 70 (MORAES, 1981; SUERTEGARAY, 2005).

No entre séculos, por sua vez, houve o processo de expansão dos debates voltados ao Ensino de Geografia, a qual ainda estava em uma posição de ciência enfadonha e desinteressante aos olhos discentes. Como forma de contornar isso, os alunos foram postos como sujeitos ativos da construção de aprendizagem, aliados às análises espaciais e ao mundo vivido, noções da Geografia Humanista que se destacou nos anos de 1990 (SUERTEGARAY, 2005). Na contemporaneidade, tem-se um agravamento das

políticas neoliberais o que, no ensino, trouxe uma luta para o investimento nas pessoas docentes e na não padronização dos alunos, considerando suas diferentes formas de aprender.

Partindo deste entendimento de que por trás das práticas docentes existem teorias que as direcionam, nas ferramentas utilizadas, nos raciocínios instigados e nas metodologias aplicadas, o presente trabalho tem por objetivo explorar as possíveis contribuições que a Geografia Anarquista, surgida como contraponto as Geografias do poder (Cirqueira, 2020), teria para o Ensino de Geografia. De forma mais precisa, usando esta investigação para visualizar como os ideais educacionais anarquistas de Élisée Reclus (1830 - 1905) podem ser interessantes para (re)pensar a ciência geográfica da sala de aula.

Para isso, optou-se por empregar uma metodologia qualitativa, fazendo um breve levantamento bibliográfico, com posterior discussão, das reflexões do geógrafo francês direcionadas ao quesito educacional, visto que ele não elaborou documentos voltados exclusivamente a esta questão (Rech, 2016). Mais precisamente, focando em trechos das obras *O Homem e a Terra* (Reclus, 2015) e *Anarquia pela Educação* (Reclus, 2016) para possibilitar esse movimento investigativo.

1. ANARQUISMO COMUNISTA DE RECLUS: UM OLHAR SOBRE A BASE

Antes de iniciar efetivamente a falar sobre as considerações de Reclus sobre a educação, cabe recapitular as bases da sua formação teórica, afinal de contas o ponto de partida desta pesquisa está pautado na noção de que as formas de ensinar das pessoas docentes são construídas através de teorias prévias, logo com Élisée não foi diferente (Callai, 2024). Por isso, neste tópico será apresentada algumas características do Anarquismo defendido pelo autor e que moldaram sua forma, já que, em suas palavras, “Sou geógrafo, mas antes de tudo sou anarquista” (RECLUS, s.d. apud PELLETIER, 2016: 14).

São muitos os atravessamentos que compõem o anarquismo comunista de Reclus e de seus contemporâneos do século XIX, e é inegável que para eles o ponto central da sua luta gravitava sobre a busca de uma sociedade igualitária entre todos os seus membros, atendendo e suprimindo as necessidades de forma equitativa e justa. Necessidades

entendidas por eles não só como as imprescindíveis à sobrevivência como o alimento e a moradia, mas também as ânsias imateriais que os indivíduos são acometidos e se encontram privados no sistema capitalista.

O geógrafo anarquista russo, íntimo de Reclus, Piotr Kropotkin (1842 - 1921), por exemplo, ao escrever *A Conquista do Pão* (1892), um dos manifestos clássicos do movimento anarquista, evidenciou a existência dessas preocupações para além da materialidade dentro do ideal libertário. Segundo ele:

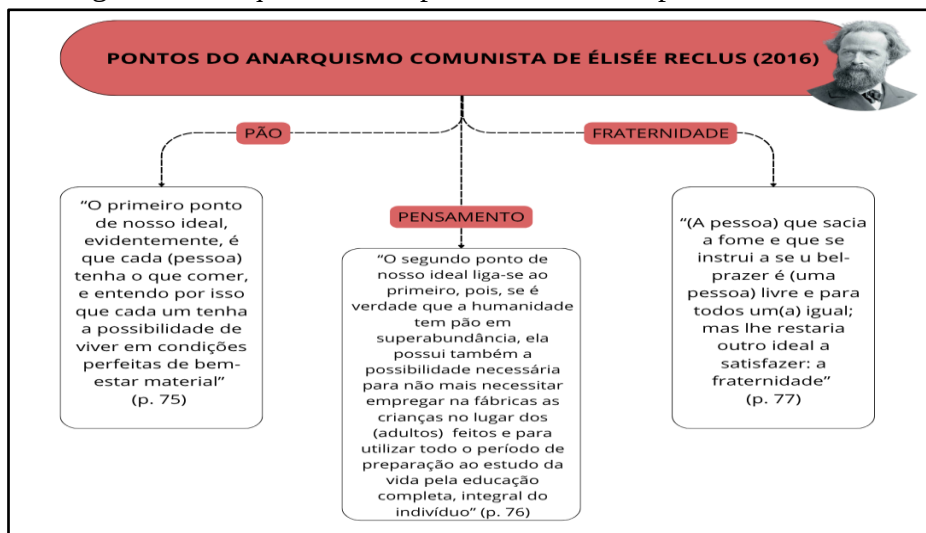
[O ser humano] não é, porém, um ser que pode viver exclusivamente para comer, beber e encontrar um lugar para ficar. Tão logo ele tenha satisfeito as necessidades materiais, as necessidades que poderiam ser atribuídas a um caráter artístico surgirão ainda mais ardentes (KROPOTKIN, 2022: 153).

Colocando ainda que:

A revolução tem que garantir a todos o pão de cada dia, para garantir ao mesmo tempo essas satisfações, reservadas hoje para um pequeno número de pessoas: ter tempo livre após o trabalho e poder desenvolver suas capacidades intelectuais (KROPOTKIN, 2022: 154).

Em síntese, Kropotkin (2022: 154) defendia o “Tempo livre depois do pão: este é o objetivo supremo”. Neste mesmo sentido, Reclus discorreu sobre os pontos centrais do ideal seguido pelos anarquistas comunistas que são três: O pão, o pensamento e a fraternidade, expressos na Figura 01.

Figura 01 - Esquema dos aspectos defendidos por Élisée Reclus



Fonte: Reclus (2016); Elaboração própria (2025).

Falando mais especificamente sobre cada um destes, quando Reclus (2016) coloca o pão como primeiro aspecto essencial da luta anarquista, assim como Kropotkin (2022) o faz, eles afirmam um olhar de coletividade, de não exclusão a algo tão básico e fundamental a todos os humanos, mas privado a tantas pessoas que são marginalizadas na sociedade. Os anarquistas reivindicam a alimentação, a segurança alimentar, negando a lógica de que a fome é um fenômeno exclusivamente natural e sim reconhecendo-o como social, induzida e criada por um sistema de privilégios, raciocínio similar ao traçado por Castro (2022) em Geografia da Fome - O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, o geógrafo coloca que “[A humanidade] não vive apenas de pão’, também vive do pensamento” (RECLUS, 2016: 76), porque para Reclus é indispensável que as pessoas saibam pensar por si mesmas para uma reestruturação social pautada na equidade e na liberdade. Saber questionar para não se deixar dominar, independente da forma de poder, conhecer a verdade para não seguir nenhuma ideologia absoluta e desvelada.

Sobre o último ponto, da fraternidade, este entra como um estímulo ao que é intrinsecamente humano, o espectro emocional, neste caso direcionado ao desenvolvimento da capacidade empática para com o restante das pessoas. Para os anarquistas aqui mencionados de nada adiantaria a barriga cheia e o cérebro pensante se estes não fossem também permeados pelo olhar humilde aos seus semelhantes; Se as pessoas não forem ensinadas a olhar pelo outro, nenhuma mudança é possível.

2. ENFIM, RUMO A GEOGRAFIA ANARQUISTA

Entendendo que as bases da Geografia construída e proposta por Reclus estavam pautadas nos aspectos fundamentais do alimento, do pensamento e da fraternidade, resta agora, antes de partir para suas considerações sobre o ensino, discorrer sobre sua visão geográfica. A Geografia Anarquista, surgida ainda no século XIX, possuindo como nome central o próprio Reclus, desponta como a primeira forma de pensar Geografia cientificamente, conhecida até o momento, que se deu desvinculada ao poder estatal e da estrutura contra-hegemônica (LACOSTE, 2012).

Um dos motivos pelos quais houve o apagamento histórico dessa corrente, ou seja, pelo seu não “vingar”, se dá pelo fato dela se tratar de uma Geografia de caráter

social e que se colocava, e ainda se coloca, enquanto um saber político, conforme pontua Pinto (2015). Isso significa que essa Geografia Anarquista foi desenvolvida como uma ferramenta de luta e não como de dominação, como foram a Geografia Tradicional e Quantitativa (LACOSTE, 2012).

Reclus tinha o seu fazer geográfico visto como Geografia Social e este, por sua vez, está associado a três princípios bem delineados, entendidos pelo pensador como parte da natureza da Geografia, que são:

A “luta de classes”, a procura do equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo, tais são as três ordens de fatos que nos revela o estudo da geografia social [...]. É a observação da Terra que nos explica os acontecimentos da História, e esta nos leva, por sua vez, a um estudo mais aprofundado do planeta, a uma solidariedade mais consciente do nosso indivíduo, ao mesmo tempo tão pequeno e tão grande, como o imenso universo (RECLUS, 1985: 40).

Através disso, é notável, por suas palavras, Reclus (1985), ao pensar sobre a área, entende a Geografia como uma ferramenta política que pode ser usada a favor da humanidade, muito mais do que meramente para a descrição e interpretação do espaço. Noção essa muito recorrente em seus escritos, os quais trazem presentes uma preocupação das formas de se compreender a utilizar os saberes geográficos para favorecer a vida humana em diferentes âmbitos (urbanos, ambientais, educacionais, entre outros). Fazer Geografia, estudar e conhecer a confluência das ações humanas sobre a natureza, serve também para reivindicar o bem-estar social a todos os indivíduos, (re)construindo o corpo social que se encontra desequilibrado e desigual. Em suma, “É d[a humanidade] que nasce a vontade criadora que constrói e reconstrói o mundo (RECLUS, 1985: 40)”.

3. AFINAL, O QUE RECLUS REFLETIA SOBRE A EDUCAÇÃO?

A educação não tem valor, nem mesmo sentido, senão sob a condição de servir a vida (RECLUS, 2015: 93).

Antes de tratar diretamente do assunto convém destacar um ponto crucial que é o fato de que Reclus não produziu reflexões sobre o Ensino de Geografia propriamente dito (Rech, 2016), se debruçando sobre a educação como aspecto mais abrangente. Fato este que não anula a aplicabilidade de sua teoria para se traçar reflexões no aspecto do

ensino que é a temática central ao qual o presente artigo gravita sobre, sem desconsiderar o período em que foi escrita. Para isso, partindo de enxertos das obras *O Homem e a Terra* (2015) e *Anarquia pela Educação* (2016), discutidos nos tópicos a seguir.

3.1 O HOMEM E A TERRA

O clássico *O Homem e a Terra* é o primeiro livro de Geografia Anarquista concebido, mesmo sem constar em suas páginas o termo anarquismo, tendo sido publicado inicialmente no ano de 1905, há 120 anos, e constituído de seis volumes que exploram diversas temáticas (Biblioteca Terra Livre, 2015). A edição aqui utilizada, da Intermezzo Editorial com a Biblioteca Terra Livre, no entanto, abarca textos escolhidos dos volumes V e VI, possuindo um capítulo intitulado “Educação” extraído do volume VI da obra original, o qual será o ponto principal da atual exploração.

Neste capítulo, Reclus (2015) traça críticas àqueles ensinadores que, em teoria, deveriam direcionar seus esforços em dialogar com a verdade, trazendo às pessoas o saber em conjunto com a fraternidade. No entanto, na prática, os professores são impelidos a ensinar conforme os interesses hegemônicos, das nações e das religiões, por exemplo, e por consequência a trazer as “verdades” destes agentes para a sala de aula e direcionar a formação de quem é ensinado de acordo com estes princípios que corroboram com a manutenção da estrutura social hierarquizada.

Para alterar essa lógica, Reclus (2015) aponta a necessidade de aproximação dos seres humanos, o resgate da coletividade, como estratégia de conseguir equilibrar o ensino para reduzir os conflitos entre populações e ideias. Reduzindo também o viés despótico, autoritário, do ensinar e abrindo espaço para as iniciativas daqueles que são ensinados, inserindo-os ativamente e considerando suas participações.

Seguindo essa linha, o autor denota que “cada fase da sociedade corresponde uma concepção particular de educação, conforme os interesses da classe dominante” (RECLUS, 2015: 78). Citando as escolas monárquicas e teocráticas, ou ainda o livro do príncipe Phtah-Hotep, como exemplo do ensino postulado como manobra de domesticação.

Outro ponto discutido é a questão de, socialmente, as crianças serem colocadas como indivíduos que pertencem a alguém que escolhe como e o que será ensinado, que

são propriedade de outros e com sua liberdade privada, para se tornarem obedientes dentro e, por consequência, fora da realidade escolar. Cabe salientar que aqui não se trata de dar liberdade irrestrita aos indivíduos em crescimento, mas sim de lhes permitir seguir um fluxo mais orgânico/espontâneo atrás dos saberes que lhes instigam de forma não impositiva.

Além disso, a lógica das escolas domesticadoras deveria ser subvertida para seguir o fluxo natural da aprendizagem, tendo como fonte primária a curiosidade daqueles que são ensinados, para o conhecimento não ser a memorização de fatos. O que se estende também para a relação entre docentes e discentes que deve ser mais do que a formação de pessoas para o trabalho, e sim como uma colaboração, um esforço em conjunto, rumo ao saber.

Mantendo a perspectiva de naturalidade do processo, Reclus (2015) preza por uma educação não exaustiva, considerando as necessidades físicas humanas do descanso, mas se mantendo resoluta quanto a construção linear do ensino, sem desvios ou inércia. O pensador critica ainda as influências do cristianismo nesse meio, seus castigos, trabalhos forçados, a moralização e os adestramentos em prol de uma divindade que não se preocupa com os indivíduos e suas especificidades, o que pode ser observado em momentos como:

Com eles [os estudantes], nada de “trabalho excessivo”, isto é, nada de desprezo pelo corpo, herança do antigo cristianismo, que, em nome de uma alma superior, adentra os indivíduos ao trabalho forçado, sem qualquer preocupação com as necessidades da vida material; mas também nada de imobilismos, dissipações e desvios; nada de hesitação na marcha regular do ensino e da conduta! (RECLUS, 2015: 82).

Questão essa, das influências cristãs antigas, que desencadeou nos moldes escolares da época, na questão da separação entre alunos meninos e meninas, restringindo a convivência entre os gêneros, o que para Reclus (2015) separou as mulheres da sociedade e normatizou a submissão. No entanto, o autor ressalta que a partir do entendimento científico, do conhecimento objetivo, não há motivos plausíveis para o ensino ser ofertado de forma diferente a homens e a mulheres.

Continuando, para o autor a ciência não pode ser um privilégio, não deve ficar trancafiada dentro das universidades, chegando a uma pequena parcela populacional que

detém as informações para a geração de lucro. Destacando a importância dos modelos de universidades populares e sua influência na disseminação de saberes e na valorização da espontaneidade das pesquisas e desbravamento de campos não valorizados.

Nesse raciocínio, Reclus (2015) comenta sobre a ciência ser parte do caminho para sanar preconceitos e estigmas, usando como exemplo questões tais como as epidemias de varíola e difteria, sabendo que os vetores não são as pessoas pobres, negras ou indígenas como alguns pensavam, e que todos são suscetíveis a contrair doenças. Ademais, aprofundando sobre o papel social da ciência, o autor coloca que: “[...] a grande fonte das doenças, sabemos-lo, é aquela que se quer manter aberta: a desigualdade social. A causa econômica da riqueza e da miséria coincide exatamente com aquela da vida e da morte” (RECLUS, 2015: 103).

A ciência e a educação, no entanto, não devem ser utilizadas de forma incisiva, estática ou inflexível, mas precisam considerar aspectos artísticos, sem menosprezá-los. Reclus (2015) exemplifica esta questão ao falar do desenvolvimento infantil, primeiro as crianças brincam/apreciam e depois buscam entender os objetos, “a arte vem antes da ciência” (RECLUS, 2015: 108), mas “[...] quando a ciência tudo explicou, retornamos à arte para admirar mais, e fazer, se possível, penetrar a alegria em nossa vida” (RECLUS, 2015: 108), para ele a arte humaniza.

Findado o levantamento acerca deste capítulo em específico, pode-se elencar pontos centrais no discurso de Reclus para com a Educação, os quais são: O ensino para além da dominação, as crianças como indivíduos que precisam ser direcionados e não subordinadas, a importância dos docentes na sociedade, a valorização de um ensino mais naturalizado seguindo as fases e curiosidades dos estudantes sem a penalização, o direito ao aprendizado das mulheres, a ciência e a arte como um bem disponível para todos.

3.2. ANARQUIA PELA EDUCAÇÃO

Neste livro, da série Estudos Libertários publicado pela Editora Hedra, diferentemente do anterior, não há uma obra estruturada de forma linear, mas sim um apanhado de escritos avulsos em que Élisée Reclus (2016) explorou as temáticas que cerceiam o movimento anarquista na sua concepção. Por mais que seu título envolva “educação”, em sua estrutura não há nenhuma parte específica para tratar do assunto

diretamente, por esse motivo, nesta seção serão exploradas as sucintas reflexões sobre educação no decorrer da obra, as quais estão em confluência com *O Homem e a Terra*. De início, Reclus, em *A Anarquia* de 1894, enquanto trata do princípio da autoridade no meio social, a qual torna os diálogos, as explicações e os debates desnecessários e o obedecer como centro das ações, afirma que “Tudo é previsto pela autoridade competente para adestrar os pequenos celerados” (RECLUS, 2016: 38). O pensador então conduz a discussão para o quesito educacional, porque, para respeitar os interesses e os direitos dos demais seres humanos, é necessário que a educação seja revista continuamente com base na objetividade para atingir um patamar de sociedade igualitária.

No escrito *A Anarquia e a Igreja* de 1901, o pensador defende ferrenhamente a noção de que a escola é um segmento da sociedade e, assim como na constituição social idealizada pelos libertários, estes ambientes não podem ser geridos por entidades ou padrões que domesticam. As escolas, portanto, deveriam ser lugares de construção de indivíduos livres em seus pensamentos e suas ações, voltadas ao ensino da ciência e da arte, lugares de proteção à integridade de quem estuda.

Por fim, em *Algumas Palavras de História* de 1894, Reclus (2016) expõe as ideias que regem a luta dos anarquistas comunistas, o que foi discutido e apresentado na segunda seção deste artigo. De forma breve, a educação é o segundo ponto central do movimento formado pelo pensador, ficando atrás apenas da alimentação que deve ser assegurada a todos, o que evidencia a centralidade dos aspectos educacionais nas pautas levantadas pelos socialistas anarquistas e sua preocupação com a formação das pessoas para além do âmbito carreirista, de trabalho.

4. A EDUCAÇÃO RECLUSIANA E O ENSINO DE GEOGRAFIA, QUAIS SÃO OS ATRAVESSAMENTOS?

Enfim, conhecendo o pensamento de Reclus, neste momento cabe realizar algumas ponderações acerca das possíveis contribuições da educação defendida pelo autor no campo do ensino de Geografia. Conforme já visto com Helena Callai (2024), existem teorias que regem os modos de ensinar, de forma consciente ou não por parte das pessoas docentes. Então, o que acarretaria na constituição docente se apropriar do pensamento reclusiano?

Existem alguns caminhos passíveis através dessa confluência, como o constante diálogo com a objetividade destacada por Reclus (2015) que, ao se tratar da ciência geográfica está completamente alinhado, não se pode ensinar a partir de ideologias individuais ou em “verdades” absolutas promovida por agentes hegemônicos. É necessário refletir sobre as formas de ensino a fim de promover uma mediação ao conhecimento que não favoreça e reafirme discursos que legitimem os agentes dominantes.

A questão do pensamento coletivo para a educação dita pelo autor bem cabe a Geografia ensinada na contemporaneidade, pois é uma área dedicada às dinâmicas que se interpõem no espaço geográfico e uma parte considerável destas dinâmicas possui a participação humana. Assim, as aulas de Geografia possuem um espaço genuíno para tratar da coletividade, nadando contra a corrente da individualidade e reafirmando a importância social.

O pensar social de Reclus (2015) reflete na importância de proteção das crianças, que são sempre parte futura da sociedade, contra as violências escolares ou parentais (quando presenciadas/percebidas) e destaca o papel dos docentes para com estes indivíduos. Considerar isso, enquanto professores de Geografia, humaniza o olhar para os discentes, vendo-os como mais do que pessoas em formação, parte do trabalho, mas que precisam de um olhar particularizado.

Essa valorização do discente posta pelo pensador segue junto a pauta da naturalização da construção do conhecimento por ele percorrida. Pensando sobre isso nos dias de hoje, em sala de aula, pode fazer com que o ensinar deixe de ser visto como um processo produtivo, mecanizado e que sempre busca mais, e sim partindo da curiosidade genuína dos alunos, sem um fluxo pré-determinado e inflexível que busca apenas resultados numéricos.

Para além do conhecimento científico que deve ser assegurado, Reclus (2015) salienta o direito ao saber artístico, o contato de quem estuda com a arte também é imprescindível para a formação humana. Na Geografia da sala de aula essa intersecção já é utilizada por meio de filmes e livros, mas diversas outras formas de arte atreladas à realidade dos alunos podem ser aproveitadas para promover ainda mais aprendizado,

como os memes por exemplo (SANTOS; et. al, 2022; PETSCH; et. al, 2023; SANTOS; et. al, 2023).

O ensino não autoritário e a educação não punitiva salientados pelo pensador, no segundo livro apresentado, dialogam com os pontos de proteção das crianças e valorização dos estudantes, vistos no primeiro livro. Partir de uma postura docente em que ser professor não é ser superior aos que estão estudando e entender que as atividades e avaliações não são utensílios de carrascos, abre espaço para uma convivência em sala mais comunicativa e flexível, o diálogo favorece as trocas entre professores e alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida deste trabalho é a noção de que durante a construção docente as pessoas professoras são transpassadas por teorias que, ao longo de suas carreiras, regem as formas de dar aula. Daí se propôs em explorar as possibilidades de contribuição da Geografia Anarquista de Élisée Reclus para se pensar a Geografia da sala de aula, em que os aspectos libertários do autor, enquanto teoria, poderiam influenciar a postura dos professores.

De início evidenciando que o Anarquismo, corrente ideológica seguida e defendida pelo autor, parte da ideia de mudança social, transformação de uma sociedade hierarquizada para uma sociedade igualitária. Os pontos de destaque postulados por Reclus como o básico necessário para o alcance dessa realidade seriam a alimentação e a educação para todos, sem distinções, direitos mínimos assegurados em conjunto com o pensamento empático, fraternal para com os demais.

A Geografia Anarquista, ou Geografia Social de Élisée, por sua vez, não diferente destes ideais, busca ser uma ferramenta política de luta para atingir a realidade desejada pelos libertários. Buscando entender a Terra e suas dinâmicas, naturais e sociais para evidenciar questões de classe, compreender o funcionamento verticalizado pelas estruturas de poder para conseguir atingir uma realidade horizontalizada.

Tratando de educação em um parâmetro mais geral, Reclus defende aspectos como: Instigar o pensamento coletivo, o diálogo constante com a verdade, um ensino não punitivo valorizando as pessoas que estudam, estímulo a uma educação por parte discente

naturalizando o processo fora dos moldes produtivistas, o diálogo com as expressões artísticas para acalentar a humanidade existente dentro dos indivíduos, entre outros.

Enfim, essas características da educação defendida pelo pensador enquanto teoria podem, para as pessoas docentes de Geografia e em demais disciplinas, incrementar as dinâmicas em sala de aula, dado o caráter científico da área e de seus estudos estarem centrados no espaço geográfico. Salientando um olhar social para com os fenômenos estudados, incrementando materiais da realidade dos alunos, exaltando seus saberes e aproximando-se deles, trazendo diversas formas de arte que dialoguem com os assuntos tratados para a troca ciência e arte.

Conclui-se assim que, através da investigação aqui traçada, o resgate do pensamento reclusiano dentro da esfera geográfica tem muito a contribuir, inclusive com a temática da educação, podendo favorecer em conjunto o ensino de Geografia. Pensar criticamente e levar isso para a sala de aula faz com que se construa indivíduos ativos e capazes de visualizar os atravessamentos da realidade vivenciada também é parte do ensinar Geografia em sala de aula.

REFERÊNCIAS

- CALLAI, Helena Copetti. Educação Geográfica para a Formação Humana. Revista Amazônica sobre Ensino de Geografia. Belém, v. 4, n. 2, p. 3 - 23, 2024. Disponível em: <https://raseng.com/index.php/raseng/article/view/211>. Acesso em 09/06/2025.
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome - O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço. São Paulo: Todavia, 2022.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Permanências, Persistências e Desafios de Renovações no/do Ensino de Geografia: Um balanço do contexto brasileiro nas últimas décadas. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. Pensar pela Geografia - Ensino e relevância social. Goiânia, GO: C&A Alfa Comunicação, 2019.
- CIRQUEIRA, José Vandério. O Continente Libertário da Geografia: Descontinuidade na história do pensamento geográfico. Goiânia: Boletim Goiano de Geografia. ISSN 1984-8501, Goiânia, v. 40, n. 01, p. 01 - 24, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/59892>. Acesso em 09/06/2025.



- BIBLIOTECA TERRA LIVRE. Apresentação. In: RECLUS, Élisée. O Homem e a Terra. São Paulo: Intermezzo Editorial, p. 9 - 12, 2015.
- KROPOTKIN, Piotr. A Conquista do Pão. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2022.
- LACOSTE, Yves. A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra. São Paulo: Editora Papirus, 2012.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. Geografia Pequena História Crítica. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- PELLETIER, Philippe. Introdução. In: RECLUS, Élisée. Anarquia pela Educação. São Paulo: Editora Hedra, p. 9 - 18, 2016.
- PETSCH, Carina; BATISTA, Natália Lampert; BEN, Franciele Delevati; SAVIAN, Carla Pizzuti; ARRIAL, Gustavo Soares; ALTERMANN, Francisco Augusto; BRANDS, Amanda Rech. Mapas e Memes: Será que “dá match” nas redes sociais? Caminhos de Geografia. ISSN 1678-6343, Uberlândia, v. 24, n. 93, p. 261-278, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/64912>. Acesso em 11/09/2025.
- PINTO, José Vandério Cirqueira. Geograficidade Libertária em Élisée Reclus: Contribuição heterodoxa à história da Geografia. Tese (Doutorado em Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia), Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/2a07ca2a-469e-4dfe-9193-b32f04fc0caf/content>. Acesso em 21/06/2025.
- RECH, Roberto Carlos. Os Princípios da Educação Geográfica para Élisée Reclus: Uma contribuição à história do pensamento geográfico. Dissertação (Mestrado em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2016. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/1149>. Acesso em 18/06/2025.
- RECLUS, Élisée. Anarquia pela Educação. São Paulo: Editora Hedra, 2016.
- RECLUS, Élisée. Geografia. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org). Coleção Grandes Cientistas Sociais 49. São Paulo: Editora Ática, p. 38 - 195, 1985.
- RECLUS, Élisée. O Homem e a Terra. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2015.
- SANTOS, Vitor Colleto dos; LOPES, Milena Ilha; BATISTA, Natália Lampert; RIZZATTI, Maurício; VIERA, Valmir. Da Fronteira do Cringe ao Memorável: Os (geo)memes enquanto possibilidade para o ensino de geografia. Geonorte. ISSN 2237-1419, Manaus, v. 14, n. 46, p. 90-114, 2023. Disponível em:



<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/12422>.

Acesso em 11/09/2025

- SANTOS, Vitor Colleto dos; RIZZATTI, Maurício; PETSCH, Carina; BATISTA, Natália Lampert. O que não é Cringe no Ensino de Geografia? Sobre práticas multiletradas e interatividade no processo de ensino-aprendizagem contemporâneo. Estudos Geográficos. ISSN 1678-698, Rio Claro, v. 20, n. 01, p. 58-80, 2022. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/16332/12364>. Acesso em 09/07/2025.

- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas Sobre a Epistemologia em Geografia. Cadernos Geográficos. ISSN 1519-4639, Florianópolis, n. 12, p. 01-64, 2005. Disponível em: <https://cadernosgeograficos.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geogr%C3%A1ficos-UFSC-N%C2%BA-12-Notas-sobre-a-Epistemologia-da-Geografia.-Maio-de-2005.pdf>. Acesso em 16/06/2025.

ESTUDANTES PRETOS E O PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO MT NO MUNDO

BLACK STUDENTS AND MT EXCHANGE PROGRAMS AROUND THE WORLD

Jose Isavam Oliveira Silva

Pesquisador (Doutorando) em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação (PPGEL) pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em Cuiabá MT. Mestre em Letras Programa de Pós-Graduação (PPGLEtras) pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em Sinop MT. Possui Licenciatura em Letras (Português/Inglês) pela União do Ensino Superior de Nova Mutum (Uninova - 2007) e Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat - 2013).

Juliana Faltz Taborelli

Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (2004). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras. Atualmente é professora efetiva da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso e Mestranda em Estudos Linguísticos - Paradigmas de Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Mato Grosso.

RESUMO

Investigamos a baixa representatividade de estudantes pretos no programa de intercâmbio “MT no Mundo”, promovido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT). Apesar dos investimentos em infraestrutura tecnológica e no ensino de Língua Inglesa, estudantes negros continuam sub-representados em oportunidades de mobilidade acadêmica internacional. Adotamos abordagem metodológica mista, com análise documental, levantamento de dados demográficos oficiais e revisão bibliográfica. Foram utilizadas estratégias quantitativas e qualitativas, com enfoque interpretativista e análise de conteúdo. A investigação considerou dados públicos de fontes como IBGE, INEP, Censo Escolar e SEDUC-MT. Os resultados apontam que os critérios de seleção do programa, baseados em desempenho acadêmico e proficiência em inglês, desfavorecem estudantes pretos devido às desigualdades socioeconômicas e raciais historicamente acumuladas. A ausência de representatividade positiva nas escolas e na sociedade reforça estereótipos negativos, afetando a autoestima e a percepção de pertencimento desses alunos. Assim, defendemos a formulação urgente de políticas públicas que promovam equidade racial, por meio de ações afirmativas, formação docente antirracista e uso de materiais pedagógicos inclusivos. Tais medidas são fundamentais para garantir igualdade de condições de acesso e permanência de estudantes pretos em programas de internacionalização da educação pública em Mato Grosso.

PALAVRAS-CHAVE

Intercâmbio; Estudantes Pretos; Desigualdade Racial; Mato Grosso.

ABSTRACT

We investigated the low representation of Black students in the "MT no Mundo" exchange program, promoted by the Mato Grosso State Department of Education (Seduc-MT). Despite investments in technological infrastructure and English language instruction, Black students remain underrepresented in international academic mobility opportunities. We adopted a mixed-method approach, including document analysis, official demographic data collection, and a literature review. Quantitative and qualitative strategies were used, with an interpretive focus and content analysis. The investigation considered public data from sources such as IBGE, INEP, the School Census, and SEDUC-MT. The results indicate that the program's selection criteria, based on academic performance and English proficiency, disadvantage Black students due to historically accumulated socioeconomic and racial inequalities. The lack of positive representation in schools and society reinforces negative stereotypes, affecting these students' self-esteem and sense of belonging. Therefore, we advocate for the urgent formulation of public policies that promote racial equity through affirmative action, anti-racist teacher training, and the use of inclusive teaching materials. Such measures are essential to ensuring equal access and retention for Black students in public education internationalization programs in Mato Grosso.



KEYWORDS

Exchange; Black students; racial inequality; Mato Grosso.

ESTUDANTES PRETOS E O PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO MT NO MUNDO

INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais na educação tem o potencial de democratizar o acesso ao conhecimento, entretanto, sua implementação mostra disparidades estruturais que aprofundam desigualdades já existentes. Na rede estadual de Mato Grosso, embora haja, em tese, acesso à internet e a equipamentos como *Chromebooks*, escolas rurais, indígenas e urbanas enfrentam limitações na infraestrutura tecnológica, que compromete o uso dessas ferramentas (SANTOS; Silva, 2023). Essa realidade contribui para a manutenção de um ciclo de exclusão educacional que dificulta a promoção da equidade na aprendizagem.

Nos últimos anos, o Governo de Mato Grosso tem investido na internacionalização da educação pública. Programas como o “MT no Mundo” e o “Mais Inglês” visam aprimorar a proficiência em língua inglesa de professores e estudantes da rede estadual, além de proporcionar experiências culturais por meio de intercâmbios.

Contudo, dados da 1ª edição do programa “MT no Mundo” indicam uma discrepância racial alarmante: apenas 8,8% dos estudantes selecionados para intercâmbio se autodeclararam pretos, apesar da cobertura integral dos custos, inclui passagens, hospedagem, ajuda de custo e suporte à conectividade. Essa sub-representação sugere a existência de barreiras que vão além do financiamento (SEDUC-MT, 2024).

Diante desse cenário, este estudo busca investigar a seguinte questão: qual a razão da baixa representatividade de estudantes pretos no programa de intercâmbio “MT no Mundo”, considerando que existem políticas públicas que garantem acesso gratuito e investimentos em infraestrutura e ensino de língua inglesa?

O problema reside na desigualdade racial no acesso a oportunidades educacionais internacionais, mesmo em contextos de investimentos públicos expressivos. A participação reduzida dos estudantes pretos, evidenciada pela baixa porcentagem de selecionados, indica que existem fatores socioeconômicos, estruturais e institucionais que limitam a inclusão plena desses jovens. Investigar os motivos da baixa participação dos estudantes pretos no programa “MT no Mundo” é fundamental para identificar as

barreiras invisíveis que dificultam a equidade no acesso a experiências internacionais educacionais. O estudo contribui para a formulação de políticas públicas, que promovam inclusão racial e social, amplia oportunidades para grupos historicamente marginalizados. Além disso, a pesquisa fortalece a agenda de internacionalização da educação pública, promove uma educação mais justa, diversa e representativa.

Portanto, a meta deste estudo é analisar os fatores que contribuem para a baixa representatividade de estudantes pretos no programa de intercâmbio “MT no Mundo”, promovido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT).

Para tanto, foram realizadas as seguintes etapas: mapear a população preta em idade escolar no estado de Mato Grosso, utilizando dados demográficos e educacionais oficiais, com o objetivo de compreender sua representatividade na educação básica; levantar e analisar pesquisas realizadas em Mato Grosso sobre questões raciais na educação, dando ênfase aos obstáculos que dificultam o acesso equitativo a programas de intercâmbio; investigar os critérios de seleção do programa “MT no Mundo” e avaliar como esses critérios impactam a participação dos estudantes pretos; e, por fim, propor estratégias e políticas afirmativas que promovam a equidade racial, ampliando a participação desses estudantes em programas de internacionalização da educação pública estadual.

A presente pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa, que articula técnicas de análise estatística e interpretação crítica de dados sociais. Essa combinação metodológica visa oferecer uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado - a sub-representação de estudantes pretos no programa de intercâmbio “MT no Mundo”, promovido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT).

Segundo Creswell (2010), abordagens mistas são usadas em estudos sociais complexos, pois possibilitam a triangulação de dados numéricos e contextuais, permite que os resultados quantitativos sejam interpretados à luz de referenciais teóricos e da realidade institucional. Dessa forma, o uso conjugado de métodos contribui para a robustez analítica e para o aprofundamento da compreensão crítica do problema.

Este artigo está organizado da seguinte forma: no capítulo 2, apresenta-se uma revisão teórica sobre desigualdades raciais e educação internacional; o capítulo 3 detalha a metodologia adotada para análise dos dados; o capítulo 4 discute os resultados obtidos

e suas implicações; e, por fim, o capítulo 5 propõe recomendações e estratégias para superar os desafios identificados, visando a promoção da equidade racial na internacionalização educacional.

1. A PRESENÇA NEGRA EM MATO GROSSO: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E IDENTIDADE

A presença negra em Mato Grosso está ligada ao complexo processo histórico da colonização e expansão territorial brasileira. Desde o período colonial, africanos e seus descendentes tiveram papel central na ocupação do interior do país, sendo submetidos às duras condições da escravidão, mas, protagonizaram formas de resistência cultural, social e política que ainda hoje permeiam e enriquecem a identidade regional (IBGE, 2021; Fundação Palmares, 2024).

O ingresso dos africanos escravizados no território mato-grossense ocorreu, sobretudo, ao longo do século XVIII, motivado pela expansão dos bandeirantes e pelo ciclo da mineração que caracterizou a região. Conforme Mattos (2004), os bandeirantes paulistas conduziam grupos de negros escravizados, cuja mão de obra era indispensável para a realização das expedições e para a estruturação dos primeiros povoados.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) corroboram que a população negra foi fundamental para a sustentação da economia colonial nas áreas mineradoras de Vila Bela da Santíssima Trindade, Cuiabá e Diamantino, onde o trabalho escravo se intensificou.

Relatos da Fundação Cultural Palmares (2024) indicam que a maioria desses trabalhadores era oriunda da África Centro-Occidental, das regiões do Golfo do Benim e de Angola, que aportaram ricas tradições culturais e modos próprios de organização social.

Diante da opressão brutal do sistema escravocrata, emergiram comunidades quilombolas como formas de resistência coletiva e luta por autonomia. O Quilombo do Quariterê, liderado pela figura emblemática de Tereza de Benguela, destaca-se nesse contexto. Segundo Silva (2008), essa comunidade desenvolveu uma organização política sofisticada e resistiu por décadas às investidas coloniais, simbolizando a persistência e a força da resistência negra em Mato Grosso.

Atualmente, o estado reconhece oficialmente 43 comunidades quilombolas, certificadas pela Fundação Cultural Palmares (2024), que seguem preservando a cultura, a identidade e o legado histórico do povo negro.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, representa um avanço na valorização da trajetória negra em Mato Grosso. A efetivação dessa legislação é crucial para o enfrentamento do silenciamento histórico e para a promoção de uma educação antirracista que reconheça o protagonismo dos negros na formação social e cultural do estado e do país.

Além disso, a titulação de terras quilombolas e a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão e ao desenvolvimento sustentável são medidas indispensáveis para a reparação das injustiças históricas e para garantir a preservação e o fortalecimento das comunidades afrodescendentes em Mato Grosso.

Essas comunidades constituem espaços vivos de produção cultural e afirmação da identidade negra. A valorização de práticas tradicionais, como o uso de plantas medicinais, as festas religiosas de matriz afrodescendente e o cultivo da terra, mostra-se como uma forma de enfrentamento ao racismo estrutural e à marginalização histórica que ainda afetam essas populações.

1.1 A POPULAÇÃO PRETA EM MATO GROSSO: PRESENÇA, VISIBILIDADE E DESAFIOS ESTRUTURAIS

Mato Grosso é um estado marcado por diversidade étnico-racial, fruto de processos históricos complexos de ocupação territorial, migração forçada, resistência cultural e invisibilização social. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), a composição racial da população mato-grossense é: 56,0% de pessoas pardas, 32,3% brancas, 9,86% pretas, 1,55% indígenas e 0,3% amarelas.

Ao considerar os parâmetros do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que define como população negra os indivíduos que se autodeclaram pretos ou pardos, estima-se que 65,9% dos habitantes de Mato Grosso se identificam como negros, o que corresponde a aproximadamente 2.409.480 pessoas em um total de

3.658.649 habitantes. Esse percentual posiciona o estado como o mais negro da Região Centro-Oeste, superando Goiás (60,4%), Mato Grosso do Sul (57,3%) e o Distrito Federal (57,6%) (IBGE, 2023; Guia Negro, 2023).

Esses dados mostram sua centralidade na constituição social, econômica e cultural do estado. Para além da dimensão numérica, nota-se um movimento crescente de fortalecimento da identidade negra. Conforme análise do portal *J1 Agora* (2023), o número de pessoas que se autodeclararam negras (pretas e pardas) no estado aumentou 56,9% entre 2010 e 2022, indicando não apenas crescimento populacional, mas também um avanço na consciência identitária e no reconhecimento étnico-racial.

Esse fenômeno está alinhado a mudanças mais amplas no cenário nacional, resultantes da implementação de políticas públicas afirmativas, da atuação de movimentos sociais negros, da valorização da cultura afro-brasileira e do combate ao racismo estrutural.

Autores como Kabengele Munanga (2004) e Silvio Almeida (2019) destacam que o processo de autoafirmação racial está diretamente ligado a lutas históricas por visibilidade, pertencimento e acesso a direitos negados ao longo do tempo.

Nesse sentido, a autodeclaração como negra carrega significados históricos e subjetivos que expressam resistência, ancestralidade e desejo de transformação social. Em Mato Grosso, estado marcado por desigualdades territoriais, econômicas e raciais, a expressiva presença da população negra demanda a formulação e execução de políticas públicas comprometidas com a equidade racial, sobretudo nas áreas da educação, saúde, trabalho, segurança e acesso à terra.

A invisibilidade da história e da contribuição do povo negro nos currículos escolares, nas estruturas institucionais e nos espaços de poder é uma das expressões do racismo estrutural, como ressalta Silvio Almeida (2019).

Portanto, é imprescindível reconhecer o papel da população negra na construção de Mato Grosso e garantir que essa maioria demográfica tenha representatividade e protagonismo nos processos decisórios e nas oportunidades de mobilidade social, como os programas de intercâmbio educacional.

Dessa forma, os dados do IBGE (2022), somados às análises do Guia Negro (2023) e do *J1 Agora* (2023), apontam para um cenário de reafirmação identitária e de

busca por justiça racial. Trata-se de um momento crucial em que a população negra reivindica, com legitimidade, o direito à visibilidade, ao respeito e à efetiva inclusão nas políticas públicas.

Com quase dois terços da população mato-grossense se autodeclarando negra, não é mais admissível que essa maioria continue à margem da construção do estado.

1.2 PERFIL E DESAFIOS DA POPULAÇÃO PRETA EM MATO GROSSO

Dos mais de 3,7 milhões de habitantes do estado de Mato Grosso, cerca de 365 mil pessoas se autodeclararam pretas, configuram uma presença numérica, porém invisibilizada em áreas importantes como educação, saúde, cultura e mercado de trabalho. Historicamente, essa população negra está ligada a trajetórias de resistência, expressas nas comunidades quilombolas, e à luta contínua por reconhecimento e direitos sociais (IBGE, 2023).

Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas que atendam às especificidades e demandas desse grupo, que promove inclusão social e reparação histórica, sobretudo no âmbito do ensino superior e das oportunidades econômicas.

Apesar da representatividade quantitativa, a população preta enfrenta desafios estruturais. Dados divulgados pelo jornal Primeira Página (2023) mostram que pessoas negras representam menos de 4% dos formados em medicina em Mato Grosso, o que evidencia as barreiras de acesso ao ensino superior de qualidade para essa população.

Além disso, o mercado de trabalho apresenta elevados índices de informalidade e subocupação entre pretos e pardos, superiores aos registrados entre brancos, refletindo padrões nacionais de desigualdade racial (IBGE/IPEA, 2022).

A discrepância salarial é marcante: com níveis equivalentes de escolaridade, a renda média da população preta é inferior à da população branca (IBGE/IPEA, 2022).

O sociólogo Jessé Souza (2017) enfatiza que “o racismo estrutural no Brasil opera pela hierarquização silenciosa de corpos e saberes, reproduzida no cotidiano das instituições”, evidencia a profundidade e complexidade do fenômeno.

No que se refere à educação básica, apesar do equilíbrio nos índices de matrícula, a evasão escolar, o abandono e o baixo desempenho são mais frequentes entre estudantes pretos, sobretudo no ensino médio.

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), a taxa de conclusão do ensino médio até os 19 anos entre estudantes pretos no Brasil é de 68%, contra 78% entre brancos.

Em Mato Grosso, embora a Lei nº 10.639/2003 determine a inclusão obrigatória da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, há evidências de que a implementação de práticas pedagógicas antirracistas ainda é insuficiente.

Pesquisa realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, 2022) em escolas da rede estadual apontou lacunas, tais como a escassez de professores negros em cargos de decisão e a ausência de conteúdos afrocentrados, fatores que impactam negativamente o sentimento de pertencimento dos estudantes pretos e contribuem para a marginalização de suas identidades.

Além da presença numérica e dos desafios sociais, a população preta em Mato Grosso é um vetor importante da cultura local. Manifestações culturais como o Siriri e Cururu, o Tambor de Crioula, o Congado e as festas quilombolas preservam e fortalecem elementos da herança afro-brasileira.

Conforme Munanga (2004), “não há cidadania plena sem a afirmação da diferença e do direito à memória dos grupos historicamente subalternizados”, ressalta o papel dessas expressões culturais na afirmação da identidade negra.

Os dados e contextos apresentados demonstram que ser preto em Mato Grosso implica ocupar uma posição central na demografia, porém, enfrentar marginalizações e limitações no acesso a direitos sociais. Reconhecer essa dualidade é imprescindível para a formulação de políticas públicas efetivas que promovam a justiça social e racial.

O enfrentamento do racismo estrutural no estado requer políticas públicas com recorte racial explícito, focadas nas áreas de educação, saúde, cultura, mercado de trabalho e acesso à terra. A valorização da população preta e a preservação de sua história e cultura são elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

1.3 PRETOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MATO GROSSO: PRESENÇA, INVISIBILIZAÇÃO E DESAFIOS

A presença de estudantes pretos na educação básica em Mato Grosso reflete uma realidade marcada por desigualdades históricas, invisibilização estatística e desafios estruturais persistentes. Embora a população negra - entendida como pretos e pardos - represente cerca de 65,9% da população mato-grossense, conforme o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023), os dados educacionais desagregados por raça/cor no estado ainda são insuficientes, compromete o planejamento e a implementação de políticas educacionais verdadeiramente equitativas.

1.4 QUANTOS SÃO OS ESTUDANTES PRETOS EM MATO GROSSO?

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), estudantes pretos e pardos correspondem a 55% do total de alunos com raça declarada nas escolas brasileiras. Contudo, aproximadamente 25% dos estudantes não declararam sua raça, fator que fragiliza a precisão dos dados e tende a invisibilizar ainda mais a população preta nas estatísticas oficiais (Agência Brasil, 2024).

Em Mato Grosso, não existem até o momento dados oficiais que separem especificamente as matrículas de estudantes pretos das de pardos na educação básica. Estimativas baseadas na composição racial do estado sugerem, entretanto, que os estudantes negros - em especial os pretos - estão sub-representados nas estatísticas oficiais e, em muitos casos, são menos presentes em espaços educacionais de maior prestígio, como as escolas técnicas e as de tempo integral.

Apesar da presença numérica, estudantes pretos enfrentam uma série de desvantagens acumuladas ao longo de sua trajetória escolar. Entre os principais desafios identificados, destacam-se:

Evasão escolar: A taxa de abandono no ensino médio entre estudantes pretos e pardos em Mato Grosso é estimada em 6,3%, superando a média nacional (INEP, 2023).

Baixa cobertura na educação infantil: Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE (2023) indicam que cerca de 20%

das crianças pretas entre 0 e 3 anos não frequentam creche, seja pela falta de vagas, distância ou outras barreiras de acesso.

Infraestrutura escolar inadequada: Escolas com maioria de estudantes negros apresentam menor acesso a bibliotecas, laboratórios de ciências e recursos digitais, limitando as oportunidades pedagógicas (CNN Brasil, 2023).

Desigualdade nos resultados de aprendizagem: Conforme os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2021, estudantes pretos apresentam desempenho inferior à média em disciplinas fundamentais como Língua Portuguesa e Matemática, refletindo desigualdades estruturais que se acumulam ao longo dos anos escolares.

Um dos maiores entraves para a formulação de políticas públicas de equidade racial é a insuficiência de dados desagregados que diferenciem pretos e pardos nas bases oficiais. Frequentemente, as categorias “preto” e “pardo” são agregadas em um único grupo, o que dificulta o diagnóstico das desigualdades mais profundas que acometem os estudantes autodeclarados pretos.

Conforme destacado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), a ausência de dados detalhados sobre a população preta e parda dificulta o planejamento e a implementação de políticas públicas eficazes para a promoção da equidade racial na educação. A invisibilidade estatística reforça a marginalização histórica desses grupos e compromete a ação afirmativa proporcional às suas necessidades.

Assim, a presença de estudantes pretos na educação básica mato-grossense é real e expressiva, mas permanece marcada por exclusões estatísticas, desigualdades estruturais e pela ausência de políticas específicas que atendam às suas demandas.

Torna-se, portanto, urgente que os sistemas estaduais e municipais de educação aprimorem os mecanismos de identificação racial, implementem ações afirmativas efetivas, ampliem o acesso à educação integral de qualidade e enfrentem de maneira direta o racismo institucional.

Garantir a equidade racial na educação básica implica reconhecer a presença dos estudantes pretos nas escolas, valorizar suas identidades culturais e assegurar condições

concretas para sua permanência e sucesso acadêmico, fomentando uma educação que seja, de fato, inclusiva e transformadora.

2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa, que articula técnicas de análise estatística e interpretação crítica de dados sociais. Essa combinação metodológica visa oferecer uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado - a sub-representação de estudantes pretos no programa de intercâmbio “MT no Mundo”, promovido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT).

Segundo Creswell (2010), abordagens mistas são usadas em estudos sociais complexos, pois possibilitam a triangulação de dados numéricos e contextuais, permite que os resultados quantitativos sejam interpretados à luz de referenciais teóricos e da realidade institucional. Dessa forma, o uso conjugado de métodos contribui para a robustez analítica e para o aprofundamento da compreensão crítica do problema.

2.1 ABORDAGEM QUANTITATIVA

A dimensão quantitativa da pesquisa tem como finalidade mensurar a composição racial dos candidatos em processos seletivos relacionados à educação e compará-la com os dados populacionais. Foi aplicado um questionário de autodeclaração racial no momento de inscrição em um processo seletivo de profissionais da área educacional em Mato Grosso, cuja tabulação revelou que apenas 8,8% dos selecionados se autodeclararam pretos.

Esse dado foi confrontado com os resultados do Censo Demográfico 2022 do IBGE, que aponta a seguinte composição racial no estado:

- Pardos: 56%;
- Brancos: 32,3%;
- Pretos: 9,86%;
- Indígenas: 1,55%;
- Amarelos: 0,3%.

O cruzamento dessas informações permitiu constatar uma sub-representação de pessoas pretas entre os selecionados, em relação à sua proporção na população geral. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a abordagem quantitativa é fundamental para mostrar desigualdades estruturais por meio de dados empíricos, ao passo que Carvalho (2008) defende que estatísticas raciais são instrumentos fundamentais para demonstrar a ineficiência de políticas públicas ditas universais no enfrentamento das desigualdades raciais.

2.2 ABORDAGEM QUALITATIVA

A análise qualitativa assume caráter interpretativo e crítico, com base nos fundamentos de Bortoni-Ricardo (2008), que entende o conhecimento como produto das interpretações construídas pelos sujeitos sociais e pelas instituições diante de seus contextos. Trata-se de uma pesquisa documental, que analisa fontes oficiais como legislações, editais de seleção, relatórios governamentais, decretos estaduais (como o Decreto nº 1.497/2022) e dados públicos da Seduc-MT, IBGE e Censo Escolar.

Segundo Gil (2019), a pesquisa documental é apropriada quando se busca interpretar fenômenos a partir de registros institucionais que moldam as práticas sociais. A análise será realizada com base na análise de conteúdo, conforme os princípios de Bardin (2011), permite a identificação de padrões, omissões, recorrências e critérios implícitos ou explícitos nos processos seletivos do programa *MT no Mundo*.

2.3 POPULAÇÃO-ALVO E OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo é o programa de intercâmbio “MT no Mundo”, e o foco da análise recai sobre os estudantes pretos matriculados na educação básica da rede pública estadual de Mato Grosso. A população-alvo será abordada de forma indireta, por meio de dados públicos, evitando a coleta direta com estudantes. A escolha metodológica justifica-se pelo compromisso ético com a proteção dos sujeitos e pelo interesse em evidenciar barreiras institucionais estruturais a partir de documentos e dados disponíveis.

2.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A geração de dados se dará por meio de fontes documentais públicas e dados estatísticos secundários, que inclui:

- Portal da Transparência do Governo de Mato Grosso;
- Relatórios, editais e legislações da Seduc-MT;
- Dados do Censo Escolar e do IBGE;

Os dados serão organizados e categorizados conforme os princípios da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), sendo posteriormente interpretados à luz dos referenciais sobre desigualdade racial, educação pública, ação afirmativa e políticas públicas inclusivas.

3. PANORAMA DO PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM MATO GROSSO

A Política Pública de Línguas Estrangeiras da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc - MT) foi institucionalizada pelo Decreto nº 1.497/2022. Essa política integra as ações do Programa Educação 10 Anos, um programa de estado cujo objetivo é oferecer “uma educação de excelência, em todas as etapas de ensino, com tempo de instrução semelhante ao dos países com educação de ponta, desenvolvendo competências que preparem os estudantes para os desafios do novo século, transformando a rede estadual de educação em uma das cinco melhores do país até 2032” (Governo de Mato Grosso, 2022).

Segundo a Secretaria, a política justifica-se pela necessidade de melhorar os índices de proficiência em línguas estrangeiras entre professores e estudantes da rede pública estadual. Para isso, foram investidos aproximadamente R\$ 30 milhões em 2022 para a implementação de um Sistema Global de Ensino de Língua Inglesa, que visa aprimorar a aprendizagem do idioma e a formação continuada dos professores.

Essa política é composta por diversos programas, entre os quais destacam-se o Mais Inglês e o MT no Mundo. O programa de intercâmbio MT no Mundo, iniciado em 2023, encontra-se em sua terceira edição em 2025. A cada ano, cem (100) estudantes e um professor, que representa suas respectivas regiões, são selecionados para uma viagem de 21 dias à Inglaterra, com todas as despesas custeadas pelo governo estadual.

De acordo com dados do Portal da Transparência do Estado de Mato Grosso, o investimento aproximado por edição é de R\$ 6 milhões. A seleção dos participantes baseia-se no desempenho na plataforma Mais Inglês e em avaliações internas, considera critérios como frequência mínima de 85% e certificações de níveis avançados de inglês.

A análise da primeira edição do programa mostrou uma disparidade: apenas 8,8% dos selecionados se autodeclararam pretos. Esse dado não é isolado, reflete um padrão estrutural observado em iniciativas similares, como o projeto Mundo Sem Fronteiras da USP, no qual 35% dos estudantes negros apresentam baixo nível de inglês, comparado a 9% entre estudantes brancos. Essa desigualdade no acesso a oportunidades internacionais está enraizada em barreiras socioeconômicas, educacionais e institucionais que perpetuam a exclusão de populações historicamente marginalizadas.

A sub-representação de estudantes pretos no intercâmbio analisado é sintoma de um sistema educacional que naturaliza desigualdades. Como alerta Young Wan Choi (*Oakland Unified School District*), “ferramentas de avaliação não podem replicar injustiças raciais”. Assim, políticas afirmativas são urgentes, para enriquecer a experiência acadêmica com diversidade epistêmica.

A inclusão efetiva exige ir além da retórica da meritocracia e confrontar as estruturas que perpetuam a exclusão. A baixa participação de estudantes pretos não é uma falha individual, mas uma manifestação de desigualdades sistêmicas que devem ser enfrentadas.

3.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO EXCLUDENTES

O programa em questão adota critérios de seleção que, embora tenham como objetivo identificar estudantes de alto desempenho, acabam por reforçar, de forma inadvertida, desigualdades estruturais preexistentes, em relação à população negra e periférica. A seguir, apresenta-se uma análise aprofundada desses critérios e suas implicações.

3.2 DESEMPENHO NA PLATAFORMA MAIS INGLÊS

A exigência de quatro (4) certificados em níveis avançados na plataforma Mais Inglês, embora justificada pela busca de estudantes com habilidades linguísticas elevadas, não considera as desigualdades no acesso a recursos educacionais de qualidade. Embora o programa tenha implementado políticas importantes para ampliar o acesso à tecnologia nas escolas de Mato Grosso - como a distribuição de *Chromebooks*, *Smart TVs* e *chips* de internet móvel - a potência dessas iniciativas esbarra em desafios estruturais que impactam a equidade educacional.

Em 2023, o Governo Federal lançou a iniciativa Escolas Conectadas, que visa garantir acesso à *internet* de qualidade em todas as instituições públicas de educação básica até 2026. No estado de Mato Grosso, 410 escolas foram contempladas, com a meta de ampliar a cobertura para as 2.271 unidades educacionais existentes. Além disso, Mato Grosso destacou-se nacionalmente ao ocupar o primeiro lugar no *ranking* de monitoramento da qualidade da internet escolar, com 67,55% das redes monitoradas, supera outras unidades federativas (INEP, 2024).

No entanto, apesar desses avanços, persistem desafios estruturais. A falta de infraestrutura tecnológica adequada e a insuficiência de suporte pedagógico ainda constituem barreiras significativas para muitos estudantes, sobretudo aqueles em áreas periféricas (FNDE, 2022; UNESCO, 2021).

Estudos indicam que, apesar dos esforços para disponibilizar dispositivos e conectividade, a infraestrutura tecnológica nas escolas periféricas continua insuficiente para garantir acesso equitativo às oportunidades digitais de aprendizagem (Brasil, Ministério da Educação, 2022; Machado; Silva, 2023).

Dessa forma, é fundamental que o programa invista em infraestrutura tecnológica robusta e suporte pedagógico contínuo, para assegurar que todos os estudantes - especialmente os residentes em áreas periféricas - tenham acesso efetivo e igualitário às oportunidades educacionais digitais.

3.3 MÉDIAS ESCOLARES

As médias escolares refletem desigualdades históricas e estruturais que afetam o desempenho dos estudantes, aqueles provenientes de áreas periféricas, no qual há maior

concentração da população negra. Nessas regiões, as escolas enfrentam desafios, como infraestrutura precária, falta de recursos pedagógicos adequados, falta de apoio pedagógico e conectividade limitada.

De acordo com dados do Censo Escolar 2023, aproximadamente 40% das escolas situadas em áreas periféricas de Mato Grosso reportaram instabilidade na conexão de *internet*, o que compromete o acesso dos estudantes a conteúdos digitais e atividades remotas, para o cumprimento das exigências educacionais contemporâneas (INEP, 2023).

Essa precariedade tecnológica impacta diretamente o desempenho escolar, pois dificulta a participação equitativa nos processos de ensino-aprendizagem mediados por tecnologias. Além disso, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, IBGE, 2022) mostra que estudantes negros apresentam, em média, rendimento escolar inferior em comparação a estudantes brancos, resultado de barreiras sociais e educacionais estruturais. Essa desigualdade manifesta-se nas médias escolares, que são usadas como critério de seleção em programas educacionais, como o intercâmbio MT no Mundo.

Ao priorizar o desempenho acadêmico sem considerar essas desigualdades estruturais, os critérios de seleção acabam por excluir os estudantes que necessitam de apoio e oportunidades afirmativas. Segundo Silva (2021), políticas educacionais que não incorporam uma perspectiva antirracista e inclusiva reforçam a reprodução das desigualdades e dificultam a transformação social.

Portanto, é fundamental que as políticas educacionais integrem uma abordagem que reconheça e combata as disparidades no acesso a recursos e oportunidades educacionais, promova a equidade real. Neste sentido, seria possível garantir que programas como o MT no Mundo cumpram seu papel de inclusão e diversidade, contribuir para uma educação pública acessível e justa para todos os estudantes (FREIRE, 1996; TELLES, 2014).

3.4 DESIGUALDADES NO ACESSO E USO DA TECNOLOGIA

Embora, em teoria, todas as escolas da rede estadual de Mato Grosso possuam acesso à *internet* e equipamentos como *Chromebooks*, a realidade mostra desafios, em escolas do campo, indígenas e em muitas unidades periféricas - locais com maior

concentração de estudantes pretos. A ausência ou instabilidade da conexão de *internet* nessas escolas dificulta o uso efetivo de plataformas digitais, como o Mais Inglês, o que compromete o aprendizado dos estudantes (ALMEIDA, 2021; INEP, 2023).

Além da infraestrutura precária, há a falta de capacitação docente para a mediação tecnológica, que limita o uso pedagógico adequado dos recursos digitais (Almeida, 2021). Essa combinação de fatores evidencia disparidades no acesso e no desempenho entre contextos educacionais distintos, impacta a equidade nos processos seletivos de programas educacionais, como o MT no Mundo.

Um dos documentos oficiais da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, a Portaria nº 1.402/2023, estabelece critérios para a seleção e atribuição de professores de Língua Inglesa, reconhece a utilização da plataforma Mais Inglês como elemento qualificatório no processo. Ainda que o documento não afirme explicitamente que a plataforma deva ser prioridade no Ensino Médio, sua valorização na pontuação docente sinaliza a relevância atribuída a esse recurso digital na rede estadual de ensino (Mato Grosso, 2023).

Todavia, a ênfase no uso prioritário - e muitas vezes exclusivo - de tecnologias digitais pode criar barreiras adicionais. Escolas com acesso limitado à *internet* ficam em desvantagem, e estudantes com deficiências podem enfrentar dificuldades para interagir com os dispositivos, necessitam de suporte especializado para utilizar a plataforma, conforme os princípios de acessibilidade e inclusão estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

Esse cenário reforça a exclusão social e educacional, pois, em vez de promover inclusão e equidade, a prioridade dada às plataformas digitais pode acentuar desigualdades, afasta estudantes vulneráveis do processo educacional. Este fenômeno aprofunda a chamada “brecha digital” - a desigualdade no acesso às tecnologias da informação e comunicação - que persiste como um desafio global e local (VAN DIJK, 2020; WARSCHAUER, 2003).

A insistência em soluções tecnológicas sem resolver questões básicas de acesso e suporte pedagógico reflete uma visão tecnocrática da educação, que negligencia desigualdades estruturais e pode transformar a tecnologia em um instrumento de segregação social (SELWYN, 2016).

Essa abordagem excludente contraria os princípios da educação inclusiva consagrados na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito à educação acessível e equitativa para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sociais ou econômicas.

Diante disso, é importante que a implementação de plataformas digitais na educação pública seja acompanhada de políticas que garantam infraestrutura tecnológica adequada, capacitação contínua de professores, suporte pedagógico especializado e acessibilidade para estudantes com deficiência.

3.5 DESEMPENHO ACADÊMICO E FATORES SOCIOECONÔMICOS

A utilização de plataformas digitais de aprendizagem como critério para seleção em programas de intercâmbio, como o “MT no Mundo”, pode parecer, à primeira vista, um método objetivo e meritocrático. No entanto, uma análise mais aprofundada mostra que o desempenho nesses sistemas está condicionado por fatores socioeconômicos e raciais, reproduz desigualdades estruturais em vez de superá-las.

Estudantes negros e de baixa renda enfrentam obstáculos sistêmicos que limitam sua capacidade de dedicar tempo e recursos ao aprendizado de línguas estrangeiras. Como mostra pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA/UERJ), 26% dos universitários negros apontam as dificuldades financeiras como o principal fator que prejudica seu rendimento acadêmico.

Por outro lado, entre os estudantes brancos, a barreira mais citada é a "falta de disciplina". Essa disparidade mostra que o problema não está nas capacidades individuais dos alunos, mas nas desigualdades materiais que afetam suas trajetórias escolares (GEMAA, 2023).

Além disso, a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar reduz drasticamente o tempo disponível para estudos. Enquanto estudantes de classes abastadas podem dedicar-se ao aprendizado, muitos jovens negros e periféricos precisam conciliar emprego e educação, o que prejudica seu desempenho em plataformas que exigem consistência e tempo de prática.

A diferença de desempenho entre estudantes de escolas públicas e privadas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é um reflexo claro dessa disparidade. Estudantes negros com renda domiciliar per capita de R\$ 1.000, oriundos de escolas estaduais, apresentam desempenho inferior no ENEM em comparação com estudantes brancos de maior renda matriculados em escolas privadas.

De acordo com um estudo realizado por pesquisadores da USP e da Unifesp, alunos brancos com renda de R\$ 5.000 por pessoa, cujos pais têm ensino superior completo, e que estudaram em escolas privadas, obtiveram, em média, entre 130 e 140 pontos a mais do que estudantes negros de baixa renda, com pais que concluíram apenas o ensino fundamental e que cursaram escolas públicas. Os autores ressaltam que essa diferença representa um abismo de oportunidades e inviabiliza o acesso de jovens negros e pobres a cursos mais concorridos nas universidades (USP, 2023).

Essa lacuna os exclui de processos seletivos baseados em métricas de desempenho digital, como os utilizados em programas de intercâmbio.

Se o objetivo do programa de intercâmbio é democratizar oportunidades, é importante que seu processo seletivo incorpore critérios socioeconômicos, como renda familiar e tipo de escola frequentada, para equilibrar as chances.

A seleção baseada em desempenho em plataformas, sem considerar demais condições dos candidatos, acaba por privilegiar aqueles que já estão em vantagem, perpetua um ciclo de exclusão. Ignorar essas dimensões significa transformar a tecnologia em mais um mecanismo de exclusão, em vez de uma ferramenta de emancipação.

Programas que se pretendem inclusivos não podem reproduzir os mesmos filtros excludentes do sistema tradicional. A justiça social exige que se equalizem as capacidades básicas para a competição, não apenas se meçam resultados desiguais como se fossem escolhas individuais.

3.6 CURRÍCULO ESCOLAR EUROCÊNTRICO E INVISIBILIZAÇÃO DA HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA

Apesar da promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, sua implementação ainda enfrenta desafios. Estudo realizado pelo Instituto Alana e Geledés - Instituto da Mulher Negra, em

parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), mostrou que apenas 29% das secretarias municipais de educação realizam ações consistentes e perenes para garantir a implementação da lei. Em contrapartida, 71% das secretarias realizam pouca ou nenhuma ação, muitas vezes limitando-se a atividades pontuais em datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra.

Essa implementação insuficiente contribui para a manutenção de um currículo escolar eurocêntrico, que marginaliza as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira. A ausência de uma abordagem crítica e inclusiva nos materiais didáticos reforça estereótipos negativos e perpetua a invisibilização da história e cultura afro-brasileira.

Além disso, a falta de representatividade nos materiais didáticos pode impactar negativamente a identidade dos estudantes negros, afeta sua autoestima e senso de pertencimento. A ausência de referências positivas e a predominância de representações distorcidas nos conteúdos escolares dificultam o reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira, perpetua desigualdades educacionais e sociais.

A autodeclaração racial no Brasil é influenciada por elementos subjetivos, como o fenótipo, o contexto regional e o racismo internalizado. Pessoas que poderiam se identificar como pretas podem preferir se declarar pardas, seja para evitar discriminação, seja por não se reconhecerem nessa categoria - fenômeno conhecido como "branqueamento simbólico".

Portanto, é imperativo que as políticas educacionais avancem além da implementação formal da lei, promova uma educação antirracista que reconheça e valorize a diversidade étnico-racial, para isso requer investimentos em formação docente, elaboração de materiais didáticos inclusivos e ações contínuas que integrem a história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas e atividades escolares.

3.7 ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER EQUIDADE

Para promover a equidade racial na educação, é fundamental a implementação de políticas públicas que enfrentem as desigualdades estruturais e garantam oportunidades iguais para todos os estudantes (TESSLER; BORNSTEIN, 2021).

Uma estratégia são os programas de tutoria e mentoria direcionados a estudantes negros, que oferecem apoio acadêmico e socioemocional individualizado. Esses programas auxiliam na superação de barreiras educacionais, fortalecem a autoestima e o senso de pertencimento, além de fornecer modelos positivos de liderança e sucesso que inspiram os alunos a desenvolverem seu potencial pleno (SILVA; SOUZA, 2020; FERNANDES, 2019).

Além disso, a adoção de políticas de ações afirmativas que considerem o contexto socioeconômico e racial, em processos seletivos para programas de intercâmbio e outras oportunidades acadêmicas. Essas medidas visam corrigir desigualdades históricas e ampliar o acesso de estudantes negros a vivências internacionais que enriquecem sua formação e ampliam suas perspectivas futuras (CARVALHO; LIMA, 2018).

A formação contínua de educadores é outro pilar importante para a promoção da equidade. Programas de formação docente podem incluir temáticas relacionadas às relações étnico-raciais, práticas pedagógicas antirracistas e estratégias para construir ambientes escolares inclusivos e acolhedores.

Professores preparados são capazes de identificar e combater preconceitos, adaptar métodos de ensino às necessidades de seus alunos e promover a valorização da diversidade cultural (GOMES; PEREIRA, 2022; Freire, 1996).

Quando integradas e implementadas, essas estratégias fortalecem a equidade racial no âmbito educacional, garante que todos os estudantes, independentemente de sua origem étnico-racial, tenham acesso a oportunidades reais de aprendizado, desenvolvimento e inclusão social (SEN, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou responder à seguinte pergunta: quais são os fatores que contribuem para a baixa representatividade de estudantes pretos no programa de intercâmbio “MT no Mundo”, promovido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT)? A partir da análise de dados demográficos, educacionais e dos critérios de seleção do programa, foi possível identificar múltiplas barreiras estruturais,

sociais e institucionais que impactam negativamente a participação desses estudantes em experiências internacionais.

Os principais resultados indicam que, embora o programa ofereça custeio integral e oportunidades de intercâmbio cultural, a representatividade dos estudantes pretos na primeira edição foi de apenas 8,8%, número muito abaixo da proporção dessa população em idade escolar no estado. Esse dado mostra que o acesso gratuito não é suficiente para superar desigualdades mais profundas, como a baixa proficiência em língua inglesa, carência de suporte pedagógico adequado, ausência de políticas afirmativas específicas para o programa e a persistência de um currículo escolar que marginaliza a história e cultura afro-brasileira, que prejudica o engajamento e a autoestima desses alunos.

Além disso, a pesquisa evidenciou que a maioria das escolas públicas do estado ainda enfrenta desafios em infraestrutura tecnológica e formação docente, fatores que limitam a preparação dos estudantes para programas internacionais.

A análise documental mostrou que os critérios de seleção priorizam o desempenho acadêmico e a proficiência em inglês - áreas em que estudantes pretos frequentemente apresentam resultados inferiores, em razão das condições socioeconômicas desfavoráveis e das desigualdades raciais históricas que os afetam. Observa-se, assim, um esforço estrutural de exclusão. Muitos alunos em situação de vulnerabilidade não enxergam o inglês como uma oportunidade concreta, pois têm internalizado, de forma histórica, a ideia de que nunca sairão do país, mesmo com a língua inglesa presente em diversos aspectos do cotidiano.

Além disso, a ausência de representatividade é evidente: na maior parte das representações sociais, o negro é retratado de forma caricata ou associado a estereótipos negativos, como a criminalidade. Essa combinação de fatores reforça um ciclo de exclusão que dificulta o acesso desses estudantes a oportunidades que poderiam ampliar horizontes acadêmicos e culturais.

Este estudo contribui para o campo da educação pública e das políticas de equidade racial ao oferecer um diagnóstico detalhado e embasado sobre as causas da sub-representação de estudantes pretos em programas de intercâmbio em Mato Grosso. Destaca ainda a importância de políticas integradas que incluam ações afirmativas

direcionadas, capacitação docente em temas étnico-raciais e a revisão dos critérios de seleção para garantir maior inclusão. Essas contribuições são relevantes para gestores públicos, educadores e pesquisadores interessados em promover uma educação mais justa e inclusiva.

No entanto, o estudo apresenta algumas limitações, como a dependência de dados secundários para mapear a população escolar e as dificuldades em acessar informações detalhadas sobre o processo seletivo do programa “MT no Mundo”. A ausência de entrevistas diretas com estudantes e gestores também limitou a compreensão aprofundada das experiências vividas por esses atores, o que poderia enriquecer a análise qualitativa do fenômeno.

Recomenda-se que pesquisas futuras explorem esses aspectos por meio de estudos qualitativos, que incluam entrevistas e grupos focais com estudantes pretos, educadores e coordenadores do programa. É importante investigar o impacto de outras iniciativas estaduais e nacionais de internacionalização da educação pública na promoção da equidade racial. Além disso, avaliações longitudinalmente planejadas podem acompanhar os efeitos de políticas afirmativas e intervenções pedagógicas ao longo do tempo.

O impacto prático deste estudo está no potencial orientação que ele oferece para a formulação e implementação de políticas públicas, que promovam a inclusão e equidade racial em programas educacionais de prestígio. Ao evidenciar os entraves e apontar estratégias, contribui para a construção de uma educação que valorize a diversidade étnico-racial e assegure que estudantes pretos tenham acesso a oportunidades que ampliem suas possibilidades acadêmicas, profissionais e culturais, fomenta assim uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R. de. Inclusão digital e desigualdades escolares: desafios contemporâneos. *Revista Educação e Sociedade*, 2021.
- ALMEIDA, M. C. Capacitação docente e mediação tecnológica na educação pública. *Revista Educação & Tecnologia*, v. 12, n. 3, 2021.

- ALMEIDA, S. L. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BOURDIEU, Pierre *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação Digital*: acesso e infraestrutura nas escolas públicas. Brasília: MEC, 2022.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Infraestrutura tecnológica nas escolas públicas brasileiras: desafios e perspectivas*. Brasília: FNDE, 2022.
- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015.
- CALDWELL, K. L. *Negras no Brasil: Cidadania e Justiça em um País Democrático*. São Paulo: Brado Negro, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2005.
- CARVALHO, J.; LIMA, M. Políticas de ações afirmativas e inclusão educacional: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, 2018.
- FERNANDES, R. Programas de mentoria para estudantes negros: resultados e impactos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, n. 172, 2019.
- FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). *Infraestrutura tecnológica nas escolas públicas brasileiras: desafios e perspectivas*. Brasília: FNDE, 2022.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. Dificuldade financeira é o que mais afeta desempenho acadêmico de alunos negros, aponta pesquisa. *Notícia Preta*, 2023. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/dificuldade-financeira-e-o-que-mais-afeta-desempenho-academico-de-alunos-negros-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 5 jun. 2025.



- GEMAA/UERJ. *Relatório sobre ação afirmativa e desempenho acadêmico de estudantes negros*. Rio de Janeiro: UERJ, 2023.
- GOMES, L.; PEREIRA, A. Formação docente e práticas antirracistas na escola. *Educação e Realidade*, v. 47, n. 3, 2022.
- GOMES, N. L. *O Movimento Negro e a Educação*. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2020.
- GOVERNO DE MATO GROSSO. Decreto nº 1.497/2022. *Política Pública de Línguas Estrangeiras*, 2022.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2021.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- IBGE. *Censo Demográfico 2022*. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 maio 2025.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua*, 2022.
- INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). *Censo*
- *Escolar da Educação Básica 2023*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.
- INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). *Relatório sobre qualidade da internet escolar*. Brasília: INEP, 2024.
- INSTITUTO ALANA; GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. *Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*, 2023. Disponível em: <https://alana.org.br/lei-10639-ensino/>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- JORNAL DA USP. Estudantes negros e de baixa renda têm desempenho prejudicado no Enem, constata estudo. *Jornal da USP*, 19 jul. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/estudantes-negros-e-de-baixa-renda-tem-desempenho-prejudicado-no-enem-constata-estudo/>. Acesso em: 5 jun. 2025.



- MACHADO, J., SILVA, R. *Desafios da infraestrutura tecnológica nas escolas periféricas brasileiras*. Revista Brasileira de Educação, 28(1), 45-62. 2023.
- MATOGROSSO. *Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes para o ensino de línguas estrangeiras na rede estadual de Mato Grosso*. Cuiabá, 2024.
- OECD. *Education at a Glance 2021: OECD Indicators*. Paris: OECD Publishing, 2021.
- PEREIRA, T. S. *O papel da pedagogia antirracista na construção identitária de estudantes negros*. Revista Em Favor de Igualdade Racial, v. 7, n. 3, 2024.
- RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, M. & SILVA, L. *Acesso digital e desigualdade educacional no Centro-Oeste*. Cadernos de Educação, 2023.
- SELWYN, N. *Education and Technology: Key Issues and Debates*. London: Bloomsbury Academic, 2016.
- SEN, A. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, J. A. Políticas Públicas e Inclusão Racial na Educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, 2021.
- SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. *Raça e desigualdade no Brasil*. Dados, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 113–143, 2001.
- SILVA, T.; SOUZA, M. A importância da mentoria para estudantes de minorias étnico-raciais. *Revista Educação e Sociedade*, v. 41, 2020.
- TELLES, E. R. *Raça no Brasil: Uma interpretação das desigualdades raciais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- TESSLER, M.; BORNSTEIN, S. Políticas públicas para equidade racial na educação: um estudo comparativo. *Cadernos de Educação*, v. 31, n. 1, 2021.
- UNESCO. *Digital Inclusion in Education: Global and Regional Perspectives*. Paris: UNESCO Publishing, 2020.
- UNESCO. *Relatório Global sobre Educação Digital*. Paris: UNESCO, 2021.



- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Estudantes negros e de baixa renda têm desempenho prejudicado no Enem, constata estudo*. Jornal da USP, São Paulo, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/estudantes-negros-e-de-baixa-renda-tem-desempenho-prejudicado-no-enem-constata-estudo>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- VAN DIJK, J. *The Digital Divide*. Cambridge, UK: Polity, 2020.
- WARSCHAUER, M. *Technology and Social Inclusion: Rethinking the Digital Divide*. MIT Press, 2003.

